



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (IGEO)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPG-GEO)

ELEDILSON MESTRE BRAGA

**O ASSENTAMENTO SUCURIJU EM RORAINÓPOLIS-RR: HISTÓRIA,
FLUXOS ECONÔMICO E PERSPECTIVAS SOCIAIS.**

BOA VISTA, RR

2021

ELEDILSON MESTRE BRAGA

**O ASSENTAMENTO SUCURIJU EM RORAINÓPOLIS-RR: HISTÓRIA,
FLUXOS ECONÔMICOS E PERSPECTIVAS SOCIAIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Artur Rosa Filho.

BOA VISTA, RR

2021

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

B813a Braga, Eledilson Mestre.

O assentamento Sucuriçu em Rorainópolis-RR : história, fluxos econômico e perspectivas sociais / Eledilson Mestre Braga. – Boa Vista, 2021.

116 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Artur Rosa Filho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPG-GEO.

1 - Agricultura familiar. 2 - Geografia agrária. 3 - Reforma agrária.
4 - Roraima. I - Título. II - Rosa Filho, Artur (orientador).

CDU - 91

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

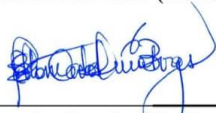
ELEDILSON MESTRE BRAGA

**O ASSENTAMENTO SUCURIJU EM RORAINÓPOLIS-RR: HISTÓRIA, FLUXOS
ECONÔMICOS E PERSPECTIVAS SOCIAIS**

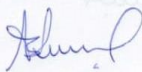
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO), para obtenção do grau de Mestre em Geografia pela Universidade de Federal de Roraima. Área de concentração: Produção do Território Amazônico. Defendida em 09 de dezembro de 2021 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



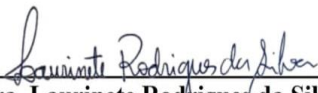
Prof. Dr. Artur Rosa Filho (Orientador – UFRR)



Prof. Dr. Elton Carlos de Oliveira Borges (UFRR)



Profa. Dra. Altiva Barbosa da Silva (UFRR)



Profa. Dra. Laurinete Rodrigues da Silva (UERR)

*A Deus, por estar sempre presente na
minha vida guiando os meus passos, à minha
família, em especial à minha adorável esposa
Nivana, e aos meus filhos Cecyllia e Camyro.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho, somente foi concretizada, pela garantia de alocação de recursos públicos para as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, que as Universidades Públicas recebem, por Direito Constitucional.

Agradeço imensamente a UFRR (Universidade Federal de Roraima) que proporcionou de forma gratuita a oportunidade de cursar uma pós-graduação em nível de mestrado.

Agradeço ao programa de Pós-Graduação em Geografia – PPG-GEO por ter pensado na qualificação de profissionais da área de geografia.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Artur Rosa Filho, pelas ricas contribuições ao desenvolvimento desta pesquisa, e principalmente por sua disposição, que com carinho me aceitou como seu orientando me guiando com serenidade e dedicação em meus trabalhos.

Agradeço à CAPES, CNPQ

A Deus, que nos presenteou com o bem mais precioso que poderíamos receber um dia, a vida, e com ela a capacidade para pensarmos, amamos e lutarmos pelas nossas conquistas e nossos objetivos.

Aos professores do Curso de Mestrado em Geografia da UFRR, cujas disciplinas subsidiaram os possíveis caminhos do projeto de pesquisa e desenvolvimento da dissertação de mestrado, em especial à professora Dra. Elisangela Gonçalves Lacerda, minha primeira orientadora.

Aos meus pais, José Ferreira Braga e Aldeci Mestre Braga, pelo esforço e dedicação para me instruir no melhor caminho.

Aos meus irmãos e companheiros de todas as horas Eleilson; Edeilson; Edilson. Em memória do meu querido irmão Elenilson, que o Senhor a tenha em seus braços.

A minha querida esposa Nivana Estevão dos Santos Braga, e aos meus Filhos Cecyllia Estevão Braga e Camyro Estevão Braga, por entender-me mesmo nas horas difíceis.

Ao pastor Raniere Matos os e sua família, que sempre têm orado por mim e pela minha família, e a todos os irmãos da igreja onde congrego pelas orações.

Aos moradores do assentamento Sucuriju, no Município de Rorainópolis, pelas informações prestadas, aos entrevistados pela atenção e contribuição.

E a todos os colegas de turma pela parceria, amizade e contribuição no decorrer deste curso, em especial ao amigo Raimundo pela força e incentivo durante todo percurso.

“Nunca foi sorte sempre foi Deus presente, por isso posso todas as coisas naquele que me fortalece”.

Fp4:13.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a dinâmica socioespacial, o fluxo econômico e as perspectivas sociais do projeto de assentamento Sucuriçu no município de Rorainópolis-RR. A metodologia parte da pesquisa bibliográfica e documental de cunho descritivo e explicativa sob a abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos para a concretização dos resultados, o estudo fez uso da pesquisa de campo e observação *in loco* para obtenção das entrevistas e relatos orais. Como resultados, a pesquisa ressalta que a falta de políticas públicas impede que o homem se fixe no campo. O INCRA apenas assentou os agricultores, mas não deu a eles a necessária assistência, seja federal, estadual ou até mesmo Municipal. Os assentados vivem abandonados pelo poder público, mas, mesmo assim, aqueles que resistem estão morando nos seus lotes e produzindo, ainda que com dificuldade. Abordando outro ângulo desta questão, a pesquisa confirma a sua hipótese levantada, de que o assentamento Sucuriçu, no aspecto econômico, não depende totalmente de Rorainópolis-RR, visto que os assentados podem fazer a comercialização dos seus produtos com outros centros comerciais como, por exemplo, Boa Vista, ou até mesmo a capital do Amazonas, Manaus. Todavia, falta incentivo por parte do poder público nas três esferas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Geografia Agrária. Reforma Agrária. Roraima.

ABSTRACT

This research aims to analyze the socio-spatial and economic dynamics of the Sucuriçu settlement project and its agrarian impact in the city of Rorainópolis-RR. The methodology is based on descriptive and explanatory bibliographic and documentary research under a qualitative approach. As for the methodological procedures to achieve the results, the study used field research and on-site observation to obtain interviews and oral reports. As a result, the research highlights that the lack of public policies prevents men from settling in the countryside. INCRA only settled the farmers, but did not give them the necessary assistance, whether federal, state or even municipal. Settlers live abandoned by the government, but even so, those who resist are living on their lots and producing, albeit with difficulty. Approaching another angle of this issue, the research confirms its raised hypothesis, that the Sucuriçu settlement, in the economic aspect, does not totally depend on Rorainópolis-RR, since the settlers can sell their products with other commercial centers, such as, for example, Boa Vista, or even the capital of Amazonas, Manaus. However, there is a lack of incentives from the public authorities in the three spheres.

Keywords: Family farming. Agrarian Geography. Land reform. Roraima.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1 - Mapa de localização Geográfica do Município de Rorainópolis-RR.....	40
Figura	2 - processo de construção e pavimentação da BR-174.....	42
Figura	3 - Rodovias na Amazônia Brasileira.....	43
Figura	4 - Núcleo Embrionário da Cidade de Rorainópolis-RR (1970).....	45
Figura	5 - Foto da sede do Projeto de Assentamento Dirigido Anauá (PAD-Anauá).....	48
Figura	6 - Projeto de Assentamento Dirigido Anauá (PAD-Anauá.....	54
Figura	7 - Localização do Assentamento Sucuriyu em Rorainópolis.....	55
Figura	8 - Infraestrutura de acesso para os lotes das vicinais do Projeto de Assentamento Sucuriyu no Município de Rorainópolis/RR.....	59
Figura	9 - Lotes das Vicinais do Projeto de Assentamento Sucuriyu no Município de Rorainópolis/RR.....	60
Figura	10 - Desmatamento na Amazônia legal por estado da federação (sigla) de 2008 a 2019.....	64
Figura	11 - Taxas anuais de desmatamento em Roraima de 1988 a 2019.....	65
Figura	12 - Desmatamento do projeto Sucuriyu no município de Rorainópolis-RR.....	66
Figura	13 - Áreas Institucionais de Roraima.....	68
Figura	14 - Destacando o Assentamento Sucuriyu dentro do PAD-Anauá.....	69
Figura	15 - Foto aérea da Feira Amazon Dalva em Rorainópolis-RR.....	73
Figura	16 - Infraestrutura das estradas vicinais no assentamento Sucuriyu.....	93
Figura	17 - Infraestrutura das estradas vicinais no assentamento Sucuriyu.....	94
Figura	18 - Plantações vicinais no assentamento Sucuriyu.....	97

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	- As quatro fases do processo histórico da mobilidade populacional no Brasil.....	72
Quadro 2	- Aspectos socioeconômicos dos assentados.....	87
Quadro 3	- Infraestrutura dos assentamentos.....	88
Quadro 4	- Produção dos Lotes.....	94
Tabela 1	- Projetos de assentamentos surgido a partir do PAD– Anauá.....	50
Tabela 2	- Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA no município de Rorainópolis a partir do ano de 1992.....	51
Tabela 3	- Percentual da população residente no Brasil.....	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	FUNDAMENTAÇÃO	17
1.1.1	Espaço, produção do espaço e Reforma Agrária no Brasil: bases conceituais e breve contextualização histórica	17
1.1.2	O conceito de espaço	24
1.1.3	A Questão Agrária no Brasil	27
1.1.4	Amazônia brasileira e seu potencial econômico	33
1.1.5	Roraima e a política de reforma agrária	39
1.2	CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE RORAINÓPOLIS-RR E DO PAD- ANAUÁ	39
1.2.1	Localização e breve contextualização de Rorainópolis	41
1.2.2	Rodovia BR-174: surgimento de Rorainópolis	46
1.2.3	PAD- ANAUÁ: O surgimento da Vila do INCRA	55
1.3	ASSENTAMENTO SUCURIJU E A SUA INFLUÊNCIA NA MATRIZ ECONÔMICA LOCAL	56
1.3.1	Breve histórico do Assentamento Sucuriju	61
1.3.2	A questão do desmatamento	69
1.3.3	Os movimentos migratórios na região	72
1.3.4	A matriz econômica do Assentamento Sucuriju no município de Rorainópolis- RR	77
2	OBJETIVOS	77
2.1	OBJETIVO GERAL	77
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	78
3	METODOLOGIA	78
3.1	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	85
4	RESULTADOS	85
4.1	A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO SUCURIJU SOBRE A DINÂMICA ECONÔMICA E SUA RELAÇÃO COM RORAINÓPOLIS	85
4.1.1	Aspectos sociais e econômicos do Assentamento Sucuriju	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	115

1. INTRODUÇÃO

A urbanização corresponde ao crescimento proporcionalmente maior da população na cidade em relação ao campo. Esse crescimento se intensificou principalmente em função do processo de industrialização, que proporcionou melhores condições de vida na cidade, favorecendo o crescimento demográfico, que ocasionou o êxodo rural (ROLNIK; KLINK, 2011). Nesse contexto, a intensificação da mecanização do campo contribui significativamente para o crescimento e expansão dos centros urbanos. Cabe mencionar que diversos outros fatores se tornaram determinantes também para esse fenômeno como, por exemplo, as políticas públicas voltadas aos trabalhadores do campo, que estão diretamente atreladas às determinações do Estado, que estabelece de que maneira os recursos são aplicados em benefício das famílias assentadas (JACCOUD, 2009).

Dessa forma, a dinâmica de apropriação socioespacial do território urbano e agrário perpassa pelas políticas que permeiam a produção do espaço, determinadas pelos agentes sociais e poder público e privado, como menciona Corrêa (1989), ao citar os agentes que atuam na (re)produção do espaço: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, que vão configurar o espaço a partir das ações desencadeadas.

Neste sentido, tanto a cidade quanto o campo podem ser entendidos como o resultado da ação humana sobre o meio o qual habita. Ao se apropriar do espaço, o homem transforma em um curto período de tempo a paisagem dos lugares, refletindo-se num determinado momento histórico a relação homem *versus* natureza (BARROS, 2006).

O Assentamento PAD-Anauá é um grande assentamento localizado no sul do estado de Roraima localizado no Município de Rorainópolis-RR, o assentamento Sucuriju faz parte do PAD-Anauá, o mesmo tem a capacidade para ser assentado 320 famílias, no qual são desenvolvidos a agricultura familiar.

Um dos aspectos que caracterizam a apropriação do espaço refere-se à habitação e moradia, às propriedades rurais e ao mercado imobiliário. A habitação caracteriza-se como uma necessidade básica e fundamental do homem, desta forma, dando-nos uma visão precisa sobre o modo de vida tanto urbana quanto rural. Nessa perspectiva, Carlos (2008, p. 13) afirma que “o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados”. Portanto, a cidade, assim como o campo, se caracterizará como um produto apropriado, diferencialmente para cada indivíduo que modificará o espaço conforme seu poder aquisitivo.

Com relação ao mercado imobiliário na reprodução espacial, deve-se ressaltar que este atua constantemente na reconfiguração da paisagem, considerando que o ramo imobiliário encontra-se em constante expansão, trazendo ao cidadão uma nova proposta, aproveitando-se de diversos fatores, tais como: crescimento desordenado das cidades, o êxodo rural, falta de segurança tanto na cidade como no campo, falta de infraestrutura, entre outros, que levam o cidadão a refugiar-se em pequenas cidades do interior e até mesmo na zona rural (MONTEIRO; VERAS, 2017).

Com relação às propriedades rurais, cabe ressaltar que os projetos desenvolvidos nos assentamentos, sejam eles de desenvolvimento econômico ou até mesmo projetos de valorização do homem do campo, precisam ser bem definidos, para que possam contemplar um maior número de beneficiados que dependem diretamente das políticas públicas do governo vigente (LOPES; CARVALHO, 2015).

As constantes transformações que o espaço rural sofre, são promovidas por diversos agentes e fatores; sendo assim, no processo de (re)produção do espaço, há lugares que se destacam dos demais, devido à valorização que estes recebem em razão das transformações feitas nos espaços rurais. Partindo dessa perspectiva, a pesquisa tem como problema o seguinte questionamento: Como se dar a dinâmica socioespacial, o fluxo econômico e as perspectivas sociais do projeto de assentamento Sucuriju no município de Rorainópolis-RR?

Esta pesquisa parte da hipótese de que o assentamento Sucuriju não depende totalmente de Rorainópolis-RR, visto que os assentados podem fazer a comercialização dos seus produtos com outros centros comerciais como, por exemplo, Boa Vista, ou até mesmo com a capital do Amazonas, Manaus.

A fim de nortear o caminho que se pretende trilhar para consecução do presente trabalho, metodologicamente falando, o estudo se utilizou de consulta bibliográfica, buscando autores renomados que contribuíram para a consolidação das análises, além de pesquisa documental e pesquisa de campo.

Com relação à relevância e justificativa, cabe mencionar que a opção por estudar o Assentamento Sucuriju deve-se ao fato de ter sido feita uma visita *in loco*, na qual foi possível observar as condições socioeconômicas em que se encontram as famílias assentadas do Projeto. Despertou-se assim o desejo de analisar o contexto da localidade, de modo a contribuir com a comunidade e com a apuração de dados para a elaboração desta pesquisa, que tem como princípio sensibilizar as autoridades quanto aos impactos ambientais produzidos no Assentamento.

Desta forma, a presente pesquisa se justifica em três aspectos: Pessoal, Social e Científico.

Pessoal: Por se morador de Rorainópolis há mais de 15 anos e por acompanhar as transformações econômicas, políticas e sociais do município nas últimas décadas. O interesse pelo tema veio após uma conversa com o professor Antônio Tolrino de Rezende Veras, que tinha uma preocupação em estudar os assentamentos rurais do sul do estado de Roraima.

Depois de iniciar a disciplina Território e Mobilidade na Amazônia, notou-se a necessidade e a importância de se trabalhar com o tema “assentamentos rurais em Rorainópolis-RR” e a dinâmica existente entre eles. Sendo assim, foi despertado meu interesse em pesquisar o tema com maior profundidade, para entender como se dá a relação do homem e o meio ambiente no fazer econômico entre o Assentamento Sucuriju e a sede urbana de Rorainópolis.

Social: a pesquisa poderá trazer benefícios na qualidade de vida dos assentados, pois, com a pesquisa, o poder público poderá implementar políticas de incentivo à permanência do homem no campo, bem como uma política voltada para levar conhecimento técnico a essas comunidades, através da secretaria estadual de agricultura, ou até mesmo a secretaria municipal de agricultura, que conhece com mais profundidade as demandas dos assentados, podendo futuramente trazer um impacto econômico positivo na vida social da comunidade do Sucuriju.

Científico: Quanto à abrangência científica da pesquisa, percebe-se que todo estudo requer esforço e participação efetiva do pesquisador para que possa trazer contribuição na área do conhecimento em que será aplicado, bem como para a sociedade de modo geral. Neste contexto, o estudo sobre o tema exposto desperta interesse científico, pois surge como base de fundamentação teórica para futuros estudos na região.

Quanto à estrutura da dissertação, a mesma encontra-se dividida em tópicos além da introdução e das considerações finais.

No primeiro tópico está disposto o arcabouço teórico que fundamenta a pesquisa. Na ocasião discutiram-se alguns conceitos que nortearam o trabalho, como: a evolução do conceito de espaço nas escolas geográficas; a Reforma Agrária no Brasil, na Amazônia, em Roraima e em Rorainópolis, tendo como base teórica em autores como: Henri Lefebvre, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Antônio Carlos Robert de Moraes, entre outros.

O segundo tópico apresenta de maneira lacônica os aspectos do processo de formação do espaço em Roraima, destacando os principais fatores que contribuíram na dinâmica desse processo. Igualmente, é pertinente enfatizar a formação do espaço urbano da

cidade de Rorainópolis-RR, por meio de uma contextualização que permite maior compreensão das mudanças atuais ocorridas no Assentamento Sucuriçu.

O terceiro tópico é destinado a uma abordagem teórica, em que se busca contextualizar a dinâmica econômica do Assentamento Sucuriçu e a sua influência na matriz econômica do município, levando em consideração vários aspectos, tais como: os tipos de plantação que cultivam no assentamento, bem como a escoação da produção para os centros consumidores, e outros aspectos mais que se fizerem necessários.

O quarto tópico trata-se dos resultados e as discussões oriundas da pesquisa de campo realizada junto aos moradores do objeto de estudo, bem como a percepção destes acerca do Assentamento Sucuriçu, sobre a dinâmica econômica e sobre sua relação com Rorainópolis-RR. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, por meio das quais serão retomados os objetivos, além disso, serão mencionadas as contribuições que a pesquisa possa deixar para futuros estudos.

Sendo assim, a pesquisa apresenta uma característica importante: servirá de fonte bibliográfica para outros pesquisadores interessados sobre o tema no estado de Roraima e, em especial, no sul do estado, onde a pesquisa foi desenvolvida.

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1.1 - Espaço, produção do espaço E Reforma Agrária no Brasil: bases conceituais e breve contextualização histórica

Pretende-se, neste capítulo, expor ao leitor conceitos de espaço e produção do espaço, valendo-se de abordagens teórico-metodológicas já elaboradas por renomados autores, por suas contribuições ao tema, na certeza de que a apreensão desses conceitos venha nos dar suporte para o entendimento do processo de (re)produção do espaço, tendo como apoio teorias desenvolvidas por Milton Santos, Henri Lefebvre e Roberto Lobato Corrêa. A contextualização da Reforma Agrária no Brasil perpassa a reflexão sobre a Amazônia brasileira e seu potencial econômico, bem como a política de assentamento, ressaltando a questão agrária na Amazônia, em que se inserem os projetos de assentamento para a criação do estado de Roraima, com ênfase ao Vale do Rio Branco, que foi uma estratégia política de integração regional.

1.1.2 O conceito de espaço

O espaço, objeto de estudo da Geografia, é o palco das realizações humanas, onde o homem relaciona-se com o meio, imprime suas marcas e o produz, com o intuito de atender aos seus anseios. Portanto, o desafio de compreender o conceito de espaço numa escala mais ampla, não é tarefa fácil, visto que é um viés um tanto complexo e rodeado de polêmicas, pois cada sociedade vê o espaço de uma maneira que diretamente estará ligada as suas concepções sociais e culturais (CORRÊA, 2000).

Neste sentido, é de suma importância também compreender a evolução deste conceito ao longo do tempo. Assim sendo, Santos (1979) ressalta que:

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, [...] a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. [...] Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, p. 42-43).

Nesta perspectiva, parte-se num primeiro momento pela análise do conceito de espaço no bojo das correntes geográficas que se desenvolveram ao longo do tempo, primeiramente passando pelo debate dentro da Geografia Tradicional. Posteriormente, a discussão se dará no âmbito da Geografia Teorético-quantitativa ou Nova Geografia, para que mais adiante se chegue à chamada Geografia Crítica e, por fim, a discussão terá base à luz do pensamento de geógrafos humanistas e culturais (CAVALCANTI, 2017).

Conforme Corrêa (2000), a Geografia Tradicional não via o espaço como um conceito-chave, sendo dada total importância apenas aos conceitos de paisagem e região, em torno dos quais se estabeleciam as discussões acerca do objeto de estudo da Geografia. Na Geografia Tradicional, as discussões que envolvem o espaço estão presentes nas obras de Friedrich Ratzel e Richard Hartshorne.

Nesse sentido, Moraes (1990) esclarece que o espaço proposto por Ratzel é concebido como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aquelas socialmente produzidas. Portanto, o espaço, mesmo que não sendo o principal foco, embasava as teorizações que estavam em evidência naquele determinado momento histórico.

Neste contexto, Corrêa (2000) aponta que:

Ratzel desenvolve assim dois conceitos fundamentais em sua antropogeografia. Trata-se do conceito de território e de espaço vital, ambos com fortes raízes na ecologia. O primeiro vinculado à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo, enquanto o segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função do seu desenvolvimento tecnológico, de total de população e de recursos naturais (CORRÊA, 2000, p. 18).

Partindo desse princípio, Moraes (1990, p. 23) aborda o espaço e sua produção a partir da relação do homem com o meio e esclarece que “seria uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica”. Por outro lado, Corrêa (2000) enfatiza que, devido à preservação e ampliação do espaço vital, ou mesmo por intermédio da política, o território torna-se conceito chave da ciência geográfica.

Nessa perspectiva, Braga (2007), embasado em Hartshorne (1978), aponta três definições para o objetivo da Geografia em relação ao espaço, sendo eles: O objetivo da Geografia é propiciar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície terrestre; a Geografia enquanto disciplina busca descrever e interpretar o caráter variável da Terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem ;e, por

último : a Geografia é o estudo que busca proporcionar a descrição científica da Terra como o mundo do homem.

Nessa ótica, Corrêa (2000) afirma que Hartshorne (1978) considerava o espaço como absoluto, apresentando um conjunto de pontos existentes entre si e sendo independentes de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva da experiência, sendo apenas intuitivamente utilizado na experiência.

Dessa forma, o espaço aparece somente como um recipiente, que apenas contém coisas, sendo empregado ainda no sentido de superfície. Portanto, caberia à Geografia constituir-se como ciência encarregada de estudar todos os fenômenos dispostos espacialmente e, por outro lado, a história teria a incumbência de estudar os fenômenos conforme a dimensão do tempo (CORRÊA, 2000).

Cabe enfatizar a contribuição de Hartshorne (1978) em seu livro “Propósitos e Natureza da Geografia”, que buscou, no conceito de unicidade, o embasamento teórico para os estudos geográficos, ao afirmar que cada porção do espaço absoluto corresponde ao lócus de uma combinação única entre diferentes fenômenos.

Sendo assim, Teixeira (2015) menciona que Hartshorne (1978) concebe o espaço como um recorte espacial, fruto da integração entre fenômenos relacionados entre si pela partição singular do espaço. Logo, o espaço surge da integração do maior número possível desses fenômenos, que caracterizaram a abordagem de Hartshorne como Geografia Ideográfica.

Posterior a esta corrente, a Geografia teórico-quantitativa ou Nova Geografia, compreendida entre os anos de 1950 e 1970, tratou pela primeira vez o espaço como conceito-chave da Geografia, e é possível indagar que foi a primeira vez que o conceito de espaço de fato foi trabalhado (CAVALCANTI, 2017).

Baseada também no positivismo lógico e na revolução teórico-quantitativa da década de 1950, esta corrente do pensamento geográfico trouxe novas formas de entender o espaço. Nesta corrente “adotou-se a visão da unidade epistemológica da ciência” (CORRÊA, 2000, p. 20). Embasada nas ciências da natureza, cabe ressaltar a contribuição de Camargo e Reis Júnior (2007) que denominam a Geografia como:

“Teórica e Quantitativa” ou Geografia “Neopositivista”, a corrente que começou a se formar logo após a Segunda Guerra Mundial [...] Esta escola se caracterizou pelo emprego maciço das técnicas matemático-estatísticas na geografia, provocando uma verdadeira revolução no seio dessa ciência [...] (CAMARGO; REIS JÚNIOR, 2007, p. 83).

Portanto, a Geografia Teorético-quantitativa se manifestou, sobretudo, através da quantificação e da abordagem sistêmica. Para Santos (1986), a quantificação ocorreu em razão da procura de uma linguagem matemática para dar cientificismo à Geografia.

Na abordagem do positivismo lógico, para ser considerado científico, o conhecimento deve ser mensurável por técnicas matemáticas. Assim, conforme Corrêa (2003), é utilizado o emprego de técnicas estatísticas como: média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, entre outras.

Dessa forma, a Geografia quantitativa se caracterizou pelo maior rigor na aplicação da metodologia científica embasada no positivismo lógico ou neopositivismo de Christofolletti, (1985), presente especialmente na Suécia, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Rússia, e que fez uso de técnicas de estatística e matemática na abordagem sistêmica e no uso de modelos (CORRÊA, 2003).

Então, a base da Geografia teórico-quantitativa se debruça na aplicação do método hipotético-dedutivo que, de maneira geral, caracteriza as ciências naturais. Conforme Popper (2013), a lógica subjacente ao método hipotético-dedutivo é a de que existe uma realidade externa à nossa existência, e esta realidade pode ser apreendida, ainda que maneira aproximada, por meio de princípios da lógica e da matemática.

Corrêa (2000) afirma que no âmbito da corrente Teorético-quantitativa, o espaço é considerado sob duas visões que não são mutuamente excludentes. Sendo a primeira, por intermédio da planície isotrópica; e, de outro lado, de sua representação matricial.

A planície isotrópica é uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo. Admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e à cobertura vegetal, assim como à sua ocupação humana: há um uniforme densidade demográfica, de renda e de padrão cultural que se caracteriza, entre outros aspectos, pela adoção de uma racionalidade econômica fundada na minimização dos custos e maximização dos lucros ou da satisfação. A circulação nesta planície é possível em todas as direções. (...) Sobre esta planície de lugares iguais desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam a diferenciação dos espaços (CORRÊA, 2000, p. 20-21).

Já as representações matricial e topológica, conforme Corrêa (2000), devem se constituir em meios operacionais que permitam extrair um conhecimento sobre localizações e fluxos, hierarquias e especializações funcionais, sendo, neste sentido, uma importante contribuição que, liberada de alguns de seus pressupostos, como a planície isotrópica, a racionalidade econômica, a competição perfeita e a historicidade dos fenômenos sociais, pode ajudar na compreensão da organização espacial.

A década de 1970 apresenta-se como um marco dentro da ciência geográfica, visto que surge a então chamada Geografia Crítica, fundada no materialismo histórico e na dialética marxista. Essa revolução no pensamento geográfico rompe, por um lado, com a Geografia Tradicional e, por outro, com a Geografia Teorético-Quantitativa (TEIXEIRA, 2015).

Para Harvey (1980), a principal crítica em relação à Geografia teórico-quantitativa assenta-se no fato de que, apesar dos resultados obtidos no estudo dos padrões espaciais, as técnicas da Geografia quantitativa não eram suficientes para explicar os processos socioeconômicos subjacentes a estas distribuições, nem apreender o componente das ações e intenções dos agentes sociais.

Os críticos desta corrente do pensamento geográfico defendiam que a quantificação deixou de ser uma ferramenta auxiliar do geógrafo em sua análise, e tornou-se o referencial básico das pesquisas. Em consequência disso, os estudos se preocupavam mais com os modelos matemáticos e com a estatística do que em compreender as relações sociais e espaciais presentes no espaço (CAVALCANTI, 2017).

Vale destacar ainda que a quantificação tem como méritos o enriquecimento da Geografia com o uso de modelos matemático-estatísticos, inserção dos computadores na análise e a busca de aprimoramento metodológico. Porém, o uso demasiado dessas técnicas, que são modelos aplicados nas ciências naturais, não dava conta de solucionar todas as questões impostas às ciências sociais (TEIXEIRA, 2015).

Na Geografia Crítica, o espaço reaparece como conceito-chave. O debate principal sobre o tema se debruçava nas obras de Marx, em que se discutia se o espaço estava ausente ou presente e, por outro lado, qual a natureza e o significado do espaço (MOURA *et al.*, 2008).

Portanto, as principais discussões dentro da concepção marxista debruçam-se em David Harvey, Yves Lacoste, Massimo Quaine, Neil Smith entre outros. Em relação ao Brasil, ressalta-se a intensa produção científica elaborada pelos geógrafos Milton Santos e Ruy Moreira (SOUZA, 2018).

Conforme Moura *et al.* (2008), a influência do marxismo levou a uma nova orientação na prática política dos geógrafos, que trataram de romper com a neutralidade defendida pela corrente positivista e passaram a buscar maior envolvimento em propostas de mudanças sociais. Para Moraes (1983), os geógrafos críticos, em suas diferenciadas orientações, assumem a perspectiva da transformação da ordem social.

Por sua vez, Corrêa (2000) destaca que Lefébvre, em suas obras, teve uma importante contribuição no que se refere à natureza e significado do espaço, principalmente

La production del' espace (1974) e Espacio y política (1976). Lefébvre teve um papel significativo nesta escola quando argumenta que o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, e uma lógica de um sistema. O autor ainda explica que o espaço, entendido como espaço social e vivido em estreita correlação com a prática social, não deve ser visto como espaço absoluto, vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções.

Na concepção de Braga (2007), o espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade. Milton Santos também foi outro geógrafo importante na conceitualização de espaço, estabelecendo o conceito de formação socioespacial, afirmando ainda não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem recorrer ao espaço, e que, modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependentes.

O mérito da conceitualização de Milton Santos, de formação socioespacial, está no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através do espaço que ela produz, e o espaço só é inteligível através da sociedade. A natureza e o significado do espaço aparecem em diversos estudos de Santos, quando aborda o papel das formas e interações espaciais, os fixos e os fluxos a que ele se refere. Santos contribuiu significativamente para a compreensão da organização espacial dos países subdesenvolvidos, explicando a coexistência de dois circuitos da economia, um circuito superior e outro inferior (CORRÊA, 2000).

A década de 1970 marca não somente o surgimento da Geografia Crítica, mas também da chamada Geografia Humanística e Cultural. Corrêa (2000, p. 30) afirma que “Contrariamente às geografias Crítica e Teorético-Quantitativa, por outro lado, a Geografia Humanística está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência”.

Conforme Lencione (2009, p. 149), “a fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer ideia prévia que se tem sobre a natureza dos objetos deve ser abolida”. Portanto, o contato do indivíduo com o mundo dos objetos exteriores, numa dimensão subjetiva, se dá através da percepção, pelas experiências que cada indivíduo vivencia.

Já para Entrikin (1980), o humanismo contemporâneo contido na Geografia dá ênfase ao estudo de significados, valores, metas e propósitos. Sendo assim, a Geografia Humanista e Cultural tem como objetivo enaltecer em sua abordagem teórica as experiências individuais e a subjetividade para o conhecimento do espaço geográfico.

Ressalta-se ainda que esta corrente de pensamento, fundamentada na fenomenologia e no existencialismo, procura valorizar a experiência do indivíduo ou do grupo, com o objetivo de compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares, ou seja, a cultura dos grupos sociais (CORRÊA, 2000).

Para Cavalcanti (1998), as noções de espaço e lugar aparecem como conceitos-chave no âmbito da Geografia Humanística, sendo que o lugar se constitui naquele em que o homem se encontra adaptado, no qual está integrado. O lugar não é todo e qualquer localidade, mas aquele que apresenta uma significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas. Neste sentido, um dos principais geógrafos que abordam o conceito sobre a ótica da percepção é Yi-Fu Tuan, na obra “Topofilia”.

Na concepção de Tuan (1980), o termo topofilia é compreendido como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar, sendo ainda um termo usado para designar uma experiência pessoal vivida. Relaciona-se ainda à percepção, às atitudes e aos valores envolvidos na relação entre os seres humanos e o meio ambiente.

Sendo assim, o espaço passa a ter o significado de espaço vivido e percebido. Conforme Tuan (1980), simultaneamente através dos cinco sentidos e da mente, as pessoas percebem o espaço a sua volta e interagem com ele, tornando-se conscientes de sua existência e de sua influência. A percepção se desenvolve como resposta desses sentidos aos estímulos externos e fornece à pessoa conhecimentos imediatos a respeito do que a cerca.

Já Lima (2007), esclarece que a apreensão sensível, imediata do espaço, refere-se ao sentido, mas, para que este se tome um significado ou conceito, é preciso a reincidência de uma série de experiências regulares e retroativas.

Por sua vez, Malanski (2014) diz que o algo percebido não é um simples amontoado de sensações e memórias. Quando se assume o fenômeno, descobre-se um todo que se projeta com um significado próprio, e assim constitui o fundamento da experiência.

Enfim, tomando como ponto de partida as reflexões citadas anteriormente, é possível afirmar que através da percepção é que se constrói o conhecimento de espaço. Ou seja, a percepção é um dos processos necessários para a estruturação do mundo para a pessoa. O espaço envolve um complexo de ideias. A percepção visual, o tato, o movimento e o pensamento se combinam para dar sentido característico de espaço, possibilitando a capacidade para reconhecer e estruturar a disposição dos objetos (SOUZA, 2018).

Destaca-se ainda que, para a Geografia Humanística e Cultural, a noção de espaço está associada de maneira muito próxima com a linha de pensamento do filósofo alemão Kant, em que o espaço não é absoluto, nem relativo e nem relacional. Em Kant, o espaço é

apreendido pela mente humana, que capta a realidade, mas de forma limitada. Portanto, o espaço é a forma pelo qual estabelecemos relações entre os fatos exteriores a nós, ou seja, é uma forma de sistematização das coisas no plano exterior (MALANSKI, 2014).

Sendo assim, para a compreensão do contexto da Reforma Agrária no Brasil, deve-se considerar essa concepção de espaço e de ocupação do espaço, sob a ótica de apropriação na qual se concebem as propriedades rurais no país.

1.1.3 A Questão Agraria no Brasil

Segundo Oliveira (2001), a história da questão agrária no Brasil vem se arrastando por vários governos, mas apenas no governo Lula teve certa importância mais não foi capaz de resolver os problemas da reforma agrária, na atualidade, que o MST é a face moderna do Brasil, a parte deste país que está em luta pela posse da terra. Nos assentamentos procura-se implantar a produção coletiva e/ou comunitária, ou mesmo individual. Os problemas são muitos e vão desde os entraves para acesso ao crédito, ao mandonismo burocrático, à falta de vontade política de resolver a questão. Mas, são esses sem terra, agora no seio do Movimento dos Sem Terra, que marcham pelas estradas e pelas cidades deste país, ocupando locais e prédios públicos. Para poder chamar a atenção da sociedade as suas reivindicações que são justas e precisam ser levado a sérios pela classe política brasileira.

Para compreender a distribuição de terras e Reforma Agrária no Brasil, é fundamental conhecer o contexto de colonização, pois, desde a colonização do Brasil, a política de distribuição de terras no país esteve sempre presente e, com essa política, os problemas relacionados à distribuição. Estes têm sido considerados os principais fatores para o Brasil tomar certos rumos já na fase de colonização, com reflexos visíveis até os dias atuais (MORAES, 2009).

Segundo Alcantara Filho e Fontes (2009), no período de colonização, prevaleceu no Brasil a distribuição de grandes quantidades de terras por parte da Coroa Portuguesa, para atrair pessoas que pudessem ocupar, ou seja, povoar as terras brasileiras, criando, com isso, uma cultura de grandes plantações de cana na Região Nordeste do Brasil.

A colonização do território brasileiro foi uma colonização de exploração e teve como principal produto explorado o pau-Brasil, que era o principal objeto de escambo entre os indígenas e os colonizadores portugueses. Esse período se estendeu por um longo tempo, sendo que não havia nenhum critério quanto à quantidade de terras doadas para cada família

de imigrantes que chegava ao Brasil (MORAES, 2009). Dessa forma, para regularizar esta situação, a Coroa Portuguesa estabeleceu uma resolução, de 17 de agosto de 1822, que definia um sistema de ocupação de terras brasileiras com um regime de ocupação ou posse, indicando alguns pré-requisitos para tal. Esta lei teria uma validade e que se estenderia até o ano de 1850 (REZENDE, 2006).

Ainda, segundo Moraes (2009), no ano de 1850, o governo imperial promulgou a Lei de Terras no Brasil (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que veio regulamentar a quantidade de terras que cada família poderia adquirir. Em março de 1857, o governo Imperial elaborou um contrato de posse de terras entre governo e associação Central de Colonização, estabelecendo que os lotes não poderiam ter menos de 48,4 hectares. No ano de 1867, o imperador aprovou um novo regulamento para ser aplicado nas colônias (REZENDE, 2006).

Já no mês de junho de 1890, meses após a Proclamação da República, através do Decreto nº 528/1890, estabeleceram-se normas para a regularização das posses de terras aos imigrantes que estavam aqui no Brasil, regulamentando os primeiros assentamentos rurais em terras brasileiras, nos quais foram estipuladas dimensões para as terras: lotes em uma área mínima de 5 e, no máximo, de 15 hectares para cada família (MORAES, 2009).

No ano de 1907, no então governo de Campos Sales, criaram-se as bases e regulamentação para todo assentamento, povoamento em solo brasileiro. Determinou-se, então, o tipo de povoamento que poderia se desenvolver às margens das estradas e ferrovias, e que teria como área máxima 50 hectares. Com essa nova regra, implantaram-se projetos de assentamento rurais para a ocupação agrícola e pecuária, como parte da política de colonização do governo federal na região amazônica (MOURÃO, 2003).

Conforme Delgado (2005), no governo de Getúlio Vargas, em 1943, houve uma nova roupagem no que diz respeito à legislação fundiária brasileira, com a criação, neste mesmo ano, do Estatuto da Terra, que prescreveu como nova dimensão à quantidade de 30 hectares, tamanho considerado suficiente para cada família poder explorar a terra, delimitando com isso a denominada propriedade familiar.

Nesse sentido, Moraes (2009) aborda que, com o avanço tecnológico nos anos 60, muda-se a estrutura rural, acontecendo uma verdadeira revolução no campo devido à incorporação de novas tecnologias, as quais deram um incremento à maneira de produzir e, por consequência, aumentou consideravelmente a produtividade, tanto na agricultura como na pecuária, devido à aplicação de novas maneiras de se cultivar e de técnicas mais eficientes para criação de gado, principalmente.

Segundo Delgado (2005), na década seguinte, as questões agrárias voltam ao cenário nacional. Devido às pressões sociais, o governo brasileiro tenta fazer uma mudança na estrutura fundiária, por meio da Reforma Agrária, através da desapropriação de terra e redistribuição desta para pessoas que precisavam de um pedaço de terra para trabalhar com a família.

Nesse período o efeito mais palpável que podemos observar com a crise agrária no Brasil foi um crescimento desordenado da urbanização das grandes cidades, pois muitas famílias deixaram suas propriedades e passaram a viver nos subúrbios das grandes metrópoles (MORAES, 2009).

De acordo com Barbosa (1993), a chegada de novas tecnologias no campo avança também o capital e, a partir dos anos 1960, grandes áreas consideradas improdutivas passam então para as grandes empresas, ou seja, a quem tem um poder financeiro maior e que pode manejar a terra de maneira a tirar dela o máximo de proveito, até exauri-la, levando com isso a maioria das pequenas e médias propriedades à mão do grande latifúndio.

Concentram-se, desta forma, grandes propriedades de terras nas mãos de poucas famílias, surgindo uma estrutura concentrada e na qual se pode produzir uma maior quantidade de alimentos, através da adubação do solo com produtos químicos; a mecanização surge a todo vapor, tendo em vista uma maior produção para atender ao mercado externo e às demandas das indústrias que haviam se instalado no Brasil, e que a cada dia necessitavam de uma maior quantidade de produtos vindos da agricultura brasileira (MORAES, 2009).

O histórico processo de ocupação de terras no Brasil, baseado na exploração, resultou nas grandes propriedades de terras e nos grandes latifúndios, o que teve reflexo na luta pela terra na atualidade. Desta forma, discutir e conhecer a política de Reforma Agrária brasileira torna-se fundamental para os mais diversos pesquisadores da área, constituindo um respaldo para a construção de proposta nesta área, proposta esta, que vinha superar os problemas decorrentes das distorções da Reforma Agrária implantado no Brasil, a qual deixa uma imensa massa de pessoas vivendo abandonadas pelo poder público. Como consequência, geram-se exclusão e miséria social no campo brasileiro, devido à falta de atenção do poder público (BARBOSA, 1993).

A questão agrária brasileira é uma questão de várias dimensões. Tem se manifestado de múltiplas formas, desde a questão de abandono por parte do poder público, ocasionando sofrimentos a muitos produtores no campo. Estes, no entanto, têm travado várias lutas em busca de reconhecimento e cidadania por parte do poder público, sendo que a história dos

movimentos sociais tem se mostrado nas lutas, que são travadas pela busca de um pedaço de terra, bem como por cidadania (BARBOSA, 1993).

Estes problemas de luta pela terra se expressam na desigualdade social e nas grandes áreas de terras nas mãos de poucos, concentrando com isso a terra e a riqueza. Têm se manifestado assim graves problemas provenientes dessa concentração de terras, tais como a permanência da fome e da desnutrição na população de baixa renda, já que o que se pratica hoje nas grandes propriedades rurais do Brasil é uma agricultura extensiva, com produtos voltados ao mercado externo (DELGADO, 2005).

Esse contexto da concentração de terras no Brasil, voltadas para uma minoria, também pode ser observado no âmbito da Amazônia brasileira, no qual os pequenos proprietários, detentores dos minifúndios e de uma rede escassa de financiamentos, arrastam-se em meio ao processo burocrático para aquisição de crédito, e acabam se limitando a uma atividade agrícola de subsistência.

1.1.4 Amazônia brasileira e seu potencial econômico

A Amazônia Legal (AMZ-L) foi instituída em 1953, por meio da Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953, com vistas a se promover o planejamento econômico e o desenvolvimento da região. Inicialmente a região abrangia os estados do Pará e do Amazonas, os territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, além de parte do estado de Mato Grosso, a norte do paralelo 16°, do estado de Goiás, a norte do paralelo 13° e do Maranhão, a oeste do meridiano de 44° (DIAS, 2012).

Tendo em vista as mudanças processadas na divisão territorial brasileira, a Amazônia Legal sofreu transformações nos anos de 1966, 1977 até atingir, em 1988, a atual configuração, a qual corresponde aos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Mato Grosso, Pará, Tocantins e parte do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°) (LACERDA, 2017).

A Amazônia Legal apresenta, além das extensas áreas de floresta tropical úmida, faixas de vegetação de transição e áreas de savana. O Estado brasileiro, ao longo dos últimos sessenta anos, tem empreendido múltiplos esforços na tentativa de integrar essa vasta região ao restante do território nacional. Todavia, os mais de 5.300.000 km² da Amazônia Legal permanecem, ainda, como uma das áreas mais desabitadas do planeta, com densidade demográfica aproximada de 4,7 habitantes por Km² (REZENDE, 2006).

A Amazônia brasileira constitui uma ampla área de fronteira com países vizinhos e com alguns estados brasileiros, no sentido de se configurar em uma área de transição entre diversos biomas nacionais, na qual novas formas de produção do espaço vão se configurando nessa extensa porção de terra, sobrepondo-se a costumes e tradições, que muitos dos povos que habitam a região tentam implantar, além de mesclar-se às estruturas tradicionais que até então vigoravam na região (LACERDA, 2017).

Na concepção de Becker (1990), a fronteira na Amazônia já nasce heterogênea, pois é formada pela superposição e junção de frentes que se formam a partir de atividades diversas e também de diferentes povos e tradições, que há anos compõem esta parte do território brasileiro. Apesar de a densidade demográfica e a produção serem relativamente pequenas, comparadas com outras regiões brasileiras, a Amazônia sobressai com a sua exuberância e o seu potencial de riqueza no subsolo. Logo, essa região já seria urbana na sua gênese legal e apresenta um ritmo de urbanização acelerado, pois, mesmo que a maioria das atividades desenvolvidas seja do setor primário, a base da organização territorial se dá na cidade.

Nas décadas de 1950 e 1960, esta região se apresentava como uma fronteira de caráter marcadamente agrícola, a qual começa a se modificar na década de 1970, quando a organização produtiva da fronteira passou a se expandir num ritmo mais acelerado, e essa área passa a ser cobiçada por grandes produtores da Região Sul e Sudeste do país, que compram grandes dimensões de terras para cultivar os mais variados produtos, elevando com isso a especulação de terras na Amazônia. Já num contexto urbano, passa a ser esta a condição de organização do mercado de trabalho regional e de ocupação do território (REZENDE, 2006).

Por conseguinte, o núcleo urbano constitui-se na base logística de configuração da fronteira, espaço no qual se dá a organização do mercado de trabalho, e que é significativamente móvel e flutuante. Sendo que, “o caráter não plenamente estruturado da fronteira manifesta-se em uma rede indefinida” (BECKER, 1990, p. 20).

O desenvolvimento da dimensão urbana da fronteira em muitos casos antecipa a própria expansão de frentes pioneiras, devido aos significativos incentivos governamentais, principalmente pelo governo federal, numa política de colonizar a região para marcar presença humana na região amazônica, associada à política de migração induzida e financiada pelo Estado. Tais ações fomentaram o surgimento de novos núcleos urbanos, sobretudo em apoio aos projetos de mineração, agropecuária e colonização (BECKER, 1990).

Assim, a atuação intensa do Estado criou uma situação complexa, na qual se insere a formação de núcleos urbanos, que surgiram às margens da construção da BR-174, que liga Manaus-AM a Boa Vista-RR. Deste modo, o Estado se antecipa às atividades do setor

primário e ao próprio modo de vida rural, em áreas até então não ocupadas, pois, depois da construção da rodovia, muitos dos vilarejos constituídos às suas margens passaram a ser cidades (LACERDA; DINIZ, 2020).

Como esclarece Reis (2009), não é a predominância de atividades não agrícolas frente às atividades agrícolas que definem esse novo urbano, trata-se de uma nova lógica urbana em áreas nas quais existe uma baixa, ou até mesmo nula, densidade demográfica. Os fatores e agentes ligados a essa nova dinâmica do urbano promoveram a criação de uma realidade distinta daquela até então conhecida e que prevalece nas demais regiões do Brasil. Pois, com as construções de várias rodovias no país, em especial na região amazônica, várias agrovilas foram implantadas, vários assentamentos rurais foram criados pelo governo federal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, com isso, começou uma nova dinâmica na região antes totalmente intacta e hoje com um viés de desenvolvimento mais próximo (LACERDA, 2017).

Portanto, na Amazônia, as iniciativas estatais, privadas e espontâneas de colonização resultaram na gênese de núcleos urbanos que não apresentam vínculo com a produção de excedente agrícola local, mas, sim, com uma política governamental de povoar essa região, que fica distante dos grandes centros comerciais do país, e uma das maneiras foi atrair pessoas que estavam principalmente na Região Nordeste, passando por dificuldade devido à seca, e trazer essas pessoas para a região amazônica, incentivando desta forma, o povoamento (REIS, 2009).

De acordo com Lacerda e Diniz (2020), diversos fatores impedem o estabelecimento de propriedades economicamente viáveis, voltadas para a produção comercial de gêneros agrícolas. Além disso, as características apresentadas pelo campo também não estão conectadas à lógica do campo brasileiro tradicional, devido à logística de escoação da produção e à exploração da terra, que para muitos ainda são fatores significativos, tendo em vista as áreas não serem tituladas, impedindo ao produtor o acesso a um financiamento que lhe permita trabalhar na terra.

Na concepção de Monte-Mór (2006, p. 16-17), a difusão da urbanização que passa a atingir todo o território nacional já no final do século XX, apresenta em sua dinâmica características das condições urbano-industriais modernas, em um fenômeno que o autor tem denominado de “urbanização extensiva”. Neste contexto, se destacariam “[...] as fronteiras amazônica e do centro-oeste, onde a produção do espaço já se dava a partir de uma base urbano-industrial”.

O processo de urbanização extensiva faz com que se multipliquem as fronteiras urbanas, que passam a compor os espaços internos, intermediários e as bordas da fronteira amazônica, as margens das rodovias onde se implantam as agrovilas para atender muitas das vezes as pessoas que são assentadas em uma determinada área rural, criando espaços com dinâmicas diferenciadas e de difícil classificação (SATHLER; MONTE-MÓR; CARVALHO, 2009).

Dessa forma, a urbanização extensiva tem se feito presente nas áreas ocupadas ao “longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões cuja colonização ainda é recente [...]” (MONTE-MÓR, 2006, p. 18). Assim, as agrovilas se desenvolveram passando à condição de cidades no interior da Amazônia, dando um ar de urbanismo a regiões de difícil acesso, pois, com a chegada de vários grupos de pessoas dos mais diferentes estados da federação, começou a exploração das terras da região, cultivando-se os mais diferentes produtos.

Por conseguinte, a urbanização da Amazônia como um processo não tem sido simples, linear ou unidirecional (PADOCH *et al.*, 2008). Os espaços urbanos têm criado um *continuum* de relações e processos para com os espaços tidos como rurais, no sentido clássico. Justamente devido às características da região, boa parte de sua rede de comunicação é através dos rios que cortam a Amazônia, principalmente no estado do Amazonas, que é recortado por diversos rios no seu interior.

Cabe citar Veiga (2004b), ao questionar a ideia de urbanização integral do Brasil, presente implicitamente no conceito de urbanização extensiva. Segundo o autor, a ideia de uma urbanização integral é falaciosa, todavia, não se deve perder de vista que a expansão das relações capitalistas de produção, que são urbanas por natureza, está presente sempre no meio da sociedade, por excelência, e afeta áreas remotas do país devido ao seu apelo por consumidores dos seus mais variados produtos, ainda que sua intensidade varie ao longo do território nacional e seja virtual, em muitos casos, especialmente na própria fronteira de povoamento que a Amazônia representa, mesmo de longe; uma fronteira que precisa ser povoada, mas o sistema capitalista a considera mais como uma área de exploração de recursos naturais do que propriamente para benefício e consumo das pessoas que residem na região.

Outro aspecto mencionado por Veiga (2004c) refere-se ao crescimento populacional apresentado nas áreas que ele qualificou como parcialmente urbanizadas, pois trata-se de áreas cuja ocupação até há pouco tempo era significativamente rarefeita, e que deixaram de ser rurais em alguns sentidos, mas não chegam a ser plenamente urbanas. Sendo assim, não representam o fim da histórica dicotomia material existente entre os meios rural e urbano.

Muitas comunidades na região têm se destacado em proteção ao meio ambiente, pois, como fazem parte desse bioma, sobrevivem através da coleta de frutos e da caça de animais silvestres, mas suas moradias e infraestruturas apresentam elementos urbanos. Conforme Veiga (2004b, p. 29) “em termos econômicos e ecológicos, aprofundam-se, em vez de diluírem-se, as diferenças entre esses dois modos de relacionamento da sociedade com a natureza” que caracteriza a forma de ocupação e produção do espaço na Amazônia.

Considerando o processo de globalização que acarreta mudanças significativas na urbanização e na própria reestruturação produtiva, dentro de uma região que leva muitas das vezes um ar de desenvolvimento, mas que tem por trás a política desenvolvimentista, não deixa de ser uma forma de exploração dos recursos naturais o que a região oferece. Dessa forma, nota-se que tais mudanças não ocorrem ao mesmo tempo e nem com a mesma intensidade em todos os lugares, visto que cada área tem suas características peculiares, e isso deve ser levado em consideração quando se fala em urbanização das regiões, principalmente no Brasil, que é um país de dimensão continental. Dessa maneira, a diferenciação e a própria heterogeneidade inerente a esses espaços se amplificam (HESPANHOL, 2013).

Portanto, entende-se que nem tudo é totalmente urbano no Brasil, primeiramente pelos vazios demográficos em função do seu imenso território, que, apesar de ter uma população gigantesca, não é povoado. Consequentemente, o meio urbano e o rural podem ser vistos de maneiras diferentes, pois, mesmo morando em áreas rurais, existem famílias com poder aquisitivo elevado, que consomem o mesmo que as pessoas que moram no meio urbano, tais como: internet, computadores, televisão celulares etc. (VALADARES, 2014).

Entretanto, cabe ressaltar que as relações entre o rural e o urbano estão cada vez menos distinguíveis, tendo em vista o avanço dos modos de produção espacial urbanos sobre as áreas rurais. Dessa forma, o rural e o urbano se misturam, e em muitos lugares já não se distingue onde começa ou termina o urbano e o rural. Esse processo é visível na Região Norte, em que o meio rural tem sua própria dinâmica, que afeta diretamente alguns espaços urbanos na Amazônia, uma vez que várias cidades existem exclusivamente para atender às demandas do meio rural, principalmente as cidades localizadas às margens dos rios que recortam a Amazônia brasileira (HESPANHOL, 2013).

Percebe-se que a histórica diferença entre urbano-rural não desapareceu e tornou-se ainda mais dinâmica e complexa. Assim, a realidade da Amazônia Legal (AMZ-L) atualmente aponta para a existência de áreas nas quais as relações, ainda em processo de estruturação, dificilmente podem ser categorizadas como sendo rurais ou urbanas puramente, tendo em vista que o modo de vida que seus residentes adotam, aparenta ser um modelo híbrido, o qual

mescla atividades e processos urbanos com outras que são classicamente rurais (VEIGA, 2004d).

Doravante, faz-se necessário superar os recursos analíticos que se apoiam na dicotomia rural e urbano, ou campo e cidade, quando se pretende desvendar a organização espacial e a rede de relações sociais e econômicas que os núcleos populacionais desenvolvem na Amazônia (HESPANHOL, 2013).

Além disso, dentro do contexto da Amazônia, apresentam-se várias questões que precisam ser levadas em consideração. Uma delas é a imagem que normalmente se tem a respeito da região, construída a partir da ótica dos colonizadores e exploradores, e não a ótica dos próprios moradores da região, pois sua população ainda é vista como primitiva e atrasada; os recursos naturais que se encontram no subsolo são vistos por muitos como uma fonte de desenvolvimento para o país, uma vez que através desses recursos se garantiria um futuro promissor para a região, tendo em vista que a Amazônia brasileira corresponde acerca de 54% do território brasileiro. Ao mesmo tempo, essa imensa região abriga recursos naturais, em espaços vistos como verdadeiros vazios demográficos e, portanto, vulneráveis a eventuais pretensões de potências internacionais. Nesse sentido, a região se vê, via de regra, envolvida em debates que giram em torno das complexas questões de soberania nacional, as quais interferem nas políticas de assentamentos rurais na região (LACERDA, 2017).

A toda e qualquer atividade oficial ou até mesmo particular que tem como objetivo principal dar acesso à propriedade da terra, utilizando mais variados meios de divisão, visando o aproveitamento econômico por meio de povoamento voltado para atividades relacionadas à agricultura, a pecuária, ao extrativismo ou até às atividades agroindustriais que visam o desenvolvimento econômico e a fixação do homem no campo, pode-se chamar de colonização (BECKER, 1990).

Conforme Dantas (2015), em 1941, ocorreu no estado de Goiás a criação da primeira colônia agrícola nacional com uma série de 8 (oito) assentamentos em todo o estado, com implantação de infraestrutura viária e de loteamento (o tamanho da terra variava de 26 a 36 hectares) para as famílias que necessitavam de um pedaço de terra para trabalhar e tirar o seu sustento; além da terra, receberam ferramentas, sementes, casas de alvenaria, assistência médica em uma sede que foi planejada para receber essa demanda.

Como a experiência foi bem sucedida no estado de Goiás, o governo federal decidiu replicá-la em outros estados, como: Amazonas, Pará, Maranhão, entre outros da federação. Nesse caso exitoso, de Goiás, o governo federal gerenciava todo o processo de colonização, estimulando-o através da abertura de estradas e formação de vilarejos às margens das

rodovias, que depois de um tempo passaram à categoria de cidades, com um bom grau de desenvolvimento (FREITAS; MELLO, 2014).

Todavia, cabe mencionar que, por volta de 1970, essa política de assentamento entra em declínio em função do êxodo rural, em consequência do qual as pessoas passaram a abandonar os lotes para buscar moradias nos centros urbanos, que passavam a apresentar maiores oportunidades de emprego, em contrapartida à pobreza no campo, intensificada pela falta de crédito para os assentados produzirem em sua própria terra. Esse contexto contribuiu para uma nova frente de povoamento, desta vez com a inclusão de muitos produtores do sul do país, que dirigiram para a nova frente de povoamento, acontecendo, desta forma, uma migração espontânea e dirigida para os estados da Região Norte do Brasil, que passou a ser colocada no centro dos debates sobre as questões agrícolas (FERREIRA, 2017).

1.1.5 Roraima e a política de reforma agrária

O estado de Roraima está situado no extremo-norte do Brasil. Tendo como fronteira a Guiana (ao norte e ao leste, com 964 Km de extensão) e a Venezuela (ao norte e oeste, com 958 Km de extensão), possui uma fronteira predominantemente seca. A capital de Roraima, Boa Vista, é a única capital do Estado brasileiro situada totalmente no Hemisfério Norte (FREITAS, 2001).

A sul Roraima faz divisa com o Amazonas e com o Pará, com uma área física de 225.161,1 Km², cerca de 2,6% do território brasileiro, e 4,5% da Amazônia Legal. Roraima se divide em três grandes sistemas ecológicos: florestas, campinas-campinaranas e savanas ou cerrado, representando as duas últimas 85% da sua cobertura vegetal, ficando os outros 15% ocupados pelo lavrado, como regionalmente são conhecidos os campos naturais roraimenses (SILVA, 1997).

Situado na fronteira setentrional, Roraima teve início na antiga fazenda Boa Vista, implantada em 1830 e transformada em município em 1890, como ação estratégica dentro de uma consolidação geopolítica da Amazônia brasileira (GALDINO, 2018a).

Conforme Vieira (2003), na década de 1830, Roraima, sob a tutela do estado do Amazonas, não foi contemplada com o processo de industrialização que teve início na época, pois esse movimento concentrava-se nas regiões Sul e Sudeste do país. E desta maneira, o processo de industrialização não chegava à região amazônica.

Nesse contexto, a população de Roraima concentrou-se no meio rural até o ano de 1940. Somente com a transformação da área em Território do Rio Branco, em 1943, ocorreu uma mobilidade intensa de pessoas vindas das mais variadas regiões do país, criando um fluxo enorme de migração para essa região, concentrando-se na capital, Boa Vista. Essas pessoas foram atraídas como parte de uma política de povoamento implantada pelos governadores da época, que eram nomeados pelo presidente da República, cujo principal objetivo era povoar o território com o maior número de habitantes, criando para isso um centro urbano administrativo em Boa Vista, e como diversas vilas agrícolas no interior do estado (GALDINO, 2018a).

Nesse contexto, cabe mencionar também a estratégia política de integração e ocupação do Vale do Rio Branco, que contribuiu para o surgimento e formação da Vila de Boa Vista do Rio Branco e sua inserção no cenário da Amazônia brasileira, de forma independente e isolada do restante do país, dando-se de forma inusitada, pois os habitantes desta região tinham certa autonomia, por sua atuação no o setor primário da economia, através da pecuária de subsistência, que já praticada no estado de forma extensiva, mas continuava sendo dependente ainda da província do Amazonas, que continuava com sua política de dominação-dependência até o ano de 1943 quando, através de um decreto do então presidente da República Federativa do Brasil, Getúlio Vargas, cria-se o Território Federal do Rio Branco (FREITAS, 2001).

De acordo com Galdino (2018a), na época, Roraima adotou uma estratégia política para que pessoas de outras regiões pudessem se estabelecer, a qual favoreceu a dinâmica da produção da principal cidade, Boa Vista, que tem seu início ainda no período colonial, entre os séculos XVII e XVIII, quando o então governo de Portugal tratou de criar uma estrutura de ocupação permanente na região amazônica devido à cobiça dos espanhóis, ingleses, franceses e holandeses pelas terras brasileiras colonizadas pelos portugueses.

Segundo Andrade (2004), esses povos utilizaram-se em primeiro momento das missões religiosas e depois de uma estrutura (construções de fortes, aldeamentos, fazendas), entre outras estratégias, para obrigar os indígenas a trabalharem e produzirem, tanto para subsistência como para o mercado externo. Esse processo ocorreu por meio da captura e catequização dos índios, na tentativa de que estes desempenhassem trabalho forçado na coleta de drogas do sertão.

De acordo com Rezende (2006), esses fatores reiteram a conquista da Amazônia durante o período colonial, época em que o governo do estado conduziu uma política de planejamento para a conquista da Amazônia, no que se refere à implantação de uma política

que adotava como prioridade o governo metropolitano. Coube então a Portugal, durante a vigência dessa política ibérica sob o comando do rei da Espanha, a expulsão dos franceses que estavam no Maranhão.

Sendo assim, o processo de ocupação da região amazônica foi realizado por via fluvial devido ao grande número de rios que cortam a região, e desta maneira todos os estabelecimentos estavam às margens dos rios, principalmente nos pontos de confluências, como mostra a história sobre a construção do Forte São Joaquim e a maioria das fazendas reais localizada no Vale do Rio Branco. O povoamento da região foi disperso, concentrando-se apenas em pequenos aldeamentos missionários, onde também estavam os pequenos comércios das “drogas do sertão” (ANDRADE, 2004).

A expansão portuguesa no século XVIII foi ampliada e consolidada ao norte, com a ocupação da Amazônia, numa estratégia que levava o homem e o gado a áreas muito distantes, como Roraima (ANDRADE, 2004).

Contribuindo com a contextualização, Santos (2004) menciona que:

A intervenção do Estado na região se iniciou com o marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, a qual buscava garantir territórios para a coroa portuguesa, construindo fortalezas nas entradas “naturais”, isto é, junto a alguns rios, como nos campos do Rio Branco, hoje Roraima. Uma segunda intervenção se deu quando da repressão da revolta da Cabanagem (1835-1839), ocasião em que o governo imperial aumentou maciçamente sua presença militar na então província do Pará. Após a metade do século XIX, ocorreu o que comumente é conhecido como o “ciclo da borracha”, cujo período áureo inicia-se por volta de 1870, decaindo após 1912. Segue-se um período de estagnação até 1940, quando o governo central cria vários órgãos técnicos e de apoio e desencadeia uma série de ações na região. Essas medidas estão ligadas aos denominados “Acordos de Washington” e, segundo Bahiana (1991), foram assinados em plena Segunda Guerra Mundial, quando a borracha e outros produtos estratégicos foram extremamente valorizados (SANTOS, 2004, p. 10).

Nessa perspectiva, Silva (2008) aborda que, durante o período imperial e da República Velha, a Amazônia foi esquecida pelas políticas de desenvolvimento regional; não contava com a presença do Estado Nacional e com políticas públicas, sendo que, nesse momento, projetos consistentes de desenvolvimento da região eram raras exceções.

Já para Oliveira (1988), o processo político e a produção do território na região amazônica foram divididos em quatro momentos, podendo ser analisado da seguinte forma, a seguir:

- a) Século XVII – A expansão portuguesa adota como política a captura de indígenas que até então tinham como principal modelo uma economia de subsistência com a coleta

de frutos e caça, fazendo um comércio entre as próprias tribos que existiam nas proximidades dos aldeamentos. Com o processo de colonização, passaram ao sistema de trabalho para uma economia de produção voltada mercado externo. O sistema se mantinha com a captura e escravidão dos indígenas, em um programa de catequização implantado pela Igreja Católica, visando utilizar a mão de obra dos nativos, dizimando seus valores, culturas e costumes. Cabe mencionar que os colonos, para sobreviver, tiveram que adaptar-se as tecnologias existentes na época;

- b) Século XVIII – Marcado pela adoção da política do Marquês de Pombal na região, a chamada política pombalina, os aldeamentos missionários deram origem às pequenas cidades e vilas na região amazônica; desta forma, houve uma pressão para o “aportuguesamento” dos indígenas, bem como um desejo de integrar esses povos nativos à sociedade, que a cada dia se tornava mais ampla. Ocorreram fatos interessantes relacionados a essa política de integração dos indígenas à cultura dos brancos, tais como: a demarcação de limites; abertura através dos rios da Amazônia para o Mato Grosso; criação da Capitania de São José do Rio Negro; e criação do Diretório dos Indígenas, que tinha como papel desempenhar a função que era exercida pelos missionários que atuavam na região;
- c) Século XIX – Marcada pela expansão e procura da borracha da Amazônia, a região começa a perder sua face indígena devido ao grande número de migrantes vindos à região para trabalhar na exploração do látex, em decorrência do desenvolvimento da indústria da borracha, que se expandia com o aumento da procura pelo produto. Nesse período, a mão de obra indígena deixa de ser essencial, sendo substituída pela mão de obra dos migrantes que vinham das mais diferentes regiões brasileiras, ficando assim os indígenas desalojados de seu território, dando lugar ao homem que coletava o látex. Foi nesse período que a ação do governo da Província do Amazonas, juntamente com os pecuaristas, ordens religiosas e a camada pobre da população constituíram os principais agentes promotores do espaço da Vila de Boa Vista do Rio Branco; esta realidade estava pautada em setores da agropecuária praticada de maneira extensiva em grandes áreas do lavrado roraimense, extrativismo mineral (garimpos) e se constituía ainda como um marco na defesa do território nacional no extremo-norte do Brasil.

- d) Século XX – Marcado pela ação das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, inauguradas nos anos 60, quando essa região passou a comunicar-se via terrestre, com o Centro-Sul, em especial com a capital federal que, naquela época, foi transferida para Brasília. Com essas políticas, iniciou-se a mais forte investida de expansão interna na área amazônica, liderada por grandes grupos empresariais. Assim, a integração econômica, territorial e social de Roraima no século XX consistiu numa estratégia do Estado, que agiu, interferiu e produziu o seu espaço, como forma de criar condições para atender ao interesse da ocupação, reprodução e expansão do capital na fronteira.

Silva (2007) menciona que, a partir de 1990 para o ano de 2000, dá-se uma nova fase na dinâmica urbana das cidades capitais da Amazônia, com a inserção de ações (atividades produtivas diferentes da agropecuária) por meio do Estado e de empresas privadas, acarretando um processo intenso de migração do meio rural para o urbano e, ao mesmo tempo, definindo novas formas de produção e (re)produção do espaço urbano das cidades amazônicas.

Reforçando o exposto acima, Corrêa (1989) e Trindade Júnior (1997) advogam que:

O crescimento das cidades capitais amazônicas, expressa por um lado, a criação de novas atividades urbanas pelo Estado e pelas empresas privadas e, por outro lado, a profunda decadência e transformação das atividades agropecuária e extrativista, que passam a desencadear correntes migratórias no sentido rural-urbano, definindo formas marcantes de apropriação do espaço da cidade e de constituição de sua paisagem, a exemplo da produção de favelas e\ou futuras favelas (TRINDADE JÚNIOR 1997, p. 45).

Segundo Moraes (2009), na região da Amazônia o processo de colonização toma duas vertentes: de um lado, um processo espontâneo em que muitas famílias, principalmente nordestinas, saem de sua terra natal à procura de novas oportunidades de possuir um pedaço de terra. De outro, foi um processo denominado de colonização dirigida, que contou com o apoio intenso dos estados da região, através de criação de condições mínimas de apoio para as famílias que se dispusessem a vir para Roraima, com uma infraestrutura de transporte e comunicação, programa de colonização, incentivo à ocupação e crédito agrícola (MORAES 2009).

Nesse contexto, deve-se considerar que o processo de colonização pode ocorrer de três maneiras distintas. A primeira, que ocorre de forma espontânea, quando determinado grupo social se estabelece com seus próprios recursos, de forma livre, em determinada região.

A segunda, que ocorre de forma orientada, na qual o processo de colonização direciona e estimula a escolha da área a ser ocupada através de um envolvimento mínimo de organização. A terceira, consiste na elaboração de um planejamento que visa a escolha da região e do grupo social que irá colonizar a área, ofertando e aproveitando os recursos existentes, bem como promovendo incentivos para o desenvolvimento da atividade econômica no local. No caso brasileiro, pelo fato de a Lei de Terras, de 1850, ter estabelecido a possibilidade de se obter terras através da posse, fez com que qualquer tentativa de colonização planejada fosse bastante dificultada (RODRIGUES; SILVA, 2017).

A forma pela qual se dá a colonização depende muito dos tipos de políticas públicas voltadas a esta finalidade e as forças políticas na qual vão agir no período de implantação. No caso do Brasil, com dimensões continentais, onde parcela da população vive de forma precária, para ocupar uma região como a Amazônia, a colonização de forma dirigida acaba sendo a de maior frequência (EMMI, 2009).

Nessa perspectiva, cabe mencionar novamente a contribuição de Moraes (2009), ao afirmar que:

Na década de 1970, houve ações públicas na tentativa de colonizar a região, sendo esta experiência significativa em Rondônia e no Acre. O mesmo não ocorreu em toda a região. Já na década de 1980, começa um movimento espontâneo de ocupação de terras devolutas na região sul do Pará, abrangendo o Bico do Papagaio, por populações, afugentadas pela seca ocorrida no Nordeste, principalmente do Maranhão. Este fluxo demográfico foi alimentado pela implantação de Carajás e toda sua infraestrutura, bem como uma forte expansão da atividade mineradora, em época mais recente (MORAES, 2009, p. 33).

Desta forma, a Reforma Agrária tem sido vista como um programa de assistência social, pois visa a distribuição de terras para as famílias de baixa renda e que não possuem um pedaço de terra para cultivar e tirar seu sustento, visando à elevação de renda, com foco na diminuição da pobreza e fixação do homem ao meio rural. Os exemplos deixados pelos programas passados repassam algumas vezes ao observador externo a noção de desorganização e completa dependência dos assentados em relação aos poderes públicos, principalmente o governo federal (FERRANTE; WHITAKER, 2008).

A consolidação dos assentados deveria, por certo, ser algo rápido e notório, tendo em vista uma infraestrutura e uma rede de políticas públicas para beneficiá-los e também uma política agrícola para a fixação do homem no campo, capaz de trazer benefícios às famílias assentadas e desenvolver um sistema produtivo viável, que possa tornar essas famílias em pouco tempo autossustentáveis, com os produtos cultivados nas suas propriedades. Entretanto,

o desenvolvimento sustentável rural necessita ser aprofundado com o estudo das peculiaridades da situação agrária do estado, buscando criar indicadores de sustentabilidade na Reforma Agrária, que acaba se resumindo numa ação burocrática, que dificulta ao pequeno agricultor e favorece os latifúndios (MORAES 2009).

1.2 – CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE RORAINÓPOLIS-RR E DO PAD-ANAUÁ

O presente capítulo tem por objetivo descrever a área de estudo de forma contextualizada, apresentando o município de Rorainópolis, a partir de sua localização e breve descrição sobre o papel da rodovia BR-174 como o embrião da cidade, que favoreceu os assentamentos na região, com ênfase para o PAD - Anauá considerado a gênese da vila do INCRA no estado de Roraima.

1.2.1 Localização e breve contextualização de Rorainópolis

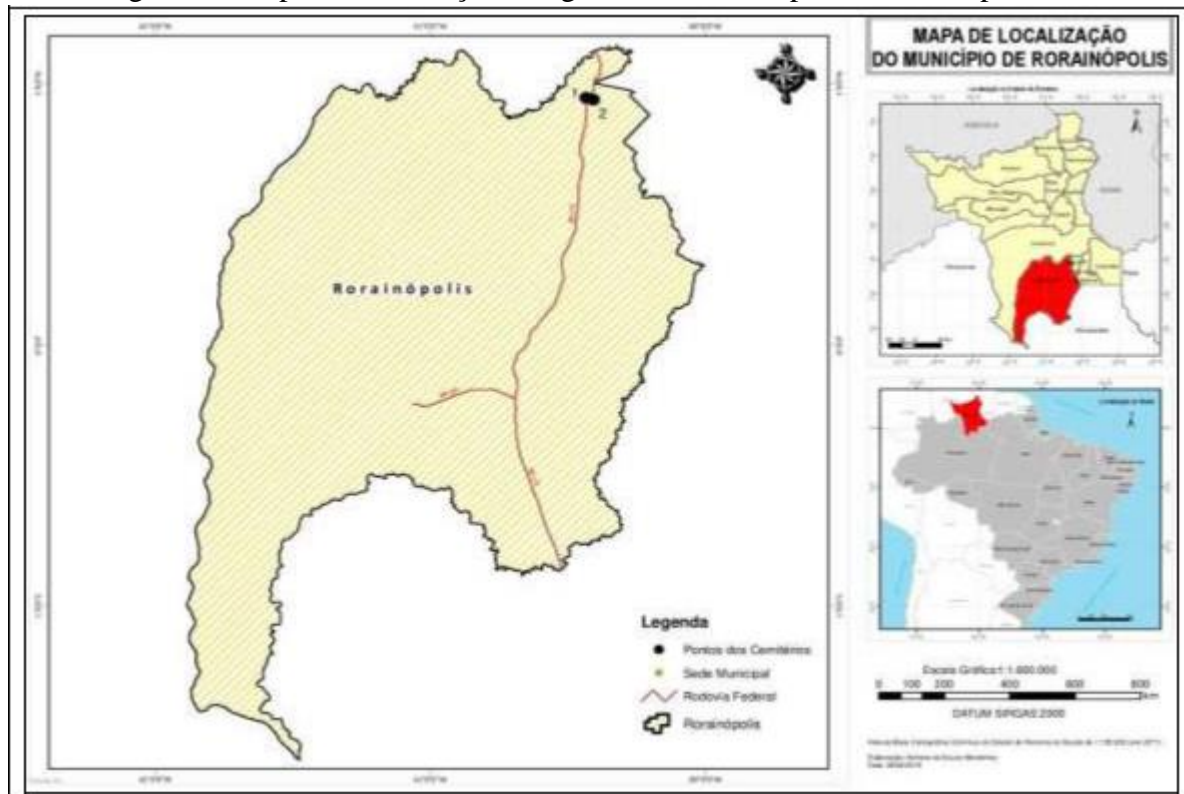
Rorainópolis teve sua gênese em meio à Floresta Amazônica devido aos imigrantes que vieram à procura de oportunidades de trabalho e também de um pedaço de terra para trabalhar. Dentre esse contingente de pessoas, vindo de todas as partes do Brasil, cabe ressaltar principalmente o da Região Nordeste, onde os períodos prolongados da seca e a falta de políticas públicas castigam boa parte da população (LACERDA, 2017).

O município de Rorainópolis localiza-se às margens da rodovia BR-174; sua população estimada é de 30.782 habitantes (IBGE, 2020). Localizada no estado de Roraima, na Região Norte do Brasil; de acordo com a divisão feita pelo IBGE, Rorainópolis fica na macrorregião sul e na microrregião sudeste do estado; já de acordo com a regionalização realizada pelo pesquisador Pedro Pinchas Geiger, que classifica os estados brasileiros em regiões geoeconômicas, Rorainópolis se insere na Amazônia, em sua porção setentrional do país, juntamente com as cidades de São Luiz, São João da Baliza e Caroebe (LACERDA, 2017) (Figura 1).

O surgimento de Rorainópolis está diretamente relacionado às ações realizadas pelo governo central na política de interiorização brasileira, que, por sua vez, teve início com o governo Getúlio Vargas nos períodos de 1930 - 1946 e 1951 – 1954. Essa política tinha por objetivo ocupar grandes áreas despovoadas do interior da Floresta Amazônica, visando

colocar pessoas nas fronteiras do país para salvaguardar as fronteiras nacionais de invasão por parte de outras nações (CAMILO, 2019).

Figura 1 - Mapa de localização Geográfica do Município de Rorainópolis-RR



Fonte: NASCIMENTO (2019).

Conforme Souza (2001), uma das medidas adotadas pelo governo central da época, para a ocupação humana e territorial na Amazônia, foi a instalação das colônias agrícolas, com pessoas das diversas regiões do Brasil, criando assim uma política de assentamentos na região. O estado de Roraima não fugiu à regra e nele foram instaladas várias colônias agrícolas, entre as quais destacam-se as de Fernando Costa, Brás de Aguiar e Coronel Mota. Contudo, cabe mencionar que as medidas não tiveram o efeito esperado no crescimento demográfico da região, devido à falta de uma política que fixasse o homem do campo na terra. Dessa forma, as medidas não sustentaram uma infraestrutura de transporte e comunicações, além das precárias condições de vida a que foram submetidos os colonos, que vieram residir nas agrovilas da região.

Para efetivar a ocupação da região, foram adotadas algumas medidas, como a implantação de infraestrutura suficiente para a permanência dos colonizadores nas agrovilas, que contemplaram a criação e desenvolvimento dos grandes projetos na região, como a construção de rodovias, estrategicamente para garantir a ocupação e a permanência das pessoas nos assentamentos (LACERDA, 2017).

Segundo Souza (2001), com a implementação desses grandes projetos de ocupação amazônica, foram construídas grandes rodovias que cortavam o interior da floresta, iniciando um novo ciclo migratório para a região, oriundo de todas as regiões do Brasil, com destaque para a macrorregião do Nordeste brasileiro, em que há maior escassez de terras para pessoas de baixa renda, devido à falta de políticas governamentais, problema que se soma ao período de seca, que faz com que muitas famílias fiquem desassistidas e sejam forçadas a procurar melhores condições de vida em outras partes do país.

Esse contexto contribuiu para o êxodo nordestino para a Região Norte, sendo que, inclusive Roraima, recebeu parte desse fluxo, que foi incentivado tanto de forma dirigida quanto espontânea, constituindo um novo padrão de povoamento na Amazônia, que antes se localizava ao longo dos rios, e passou então a se localizar ao longo das novas estradas que facilitam o acesso à região, com um crescimento vertiginoso no início da ocupação. Cabe ressaltar que a abertura de estrada foi fundamental para a colonização atual na Amazônia, pois, a partir das vias abertas, passou a vivenciar uma nova dinâmica, estando integrada em parte com as outras regiões do país, possibilitando o povoamento e o desenvolvimento da região do extremo norte (LACERDA, 2017).

1.2.2 Rodovia BR-174: surgimento de Rorainópolis

As primeiras tentativas de uma ligação via terrestre pode ter acontecido no ano de 1847, sendo a primeira iniciativa de abertura de uma rodovia ligando Manaus, capital do estado do Amazonas, até a cidade de Caracarái no estado de Roraima, e tendo como meta a ligação entre a Bacia Amazônica com a Bacia do Prata, ligando esta região ao Centro-Oeste, pois essa rodovia partia da cidade de Cáceres, em Mato Grosso, situada à margem esquerda do Alto Rio Paraguai (ESCOBAR, 1998; SOUZA, 1977). Na (Figura 2), pode-se observar a rodovia antes e depois da pavimentação.

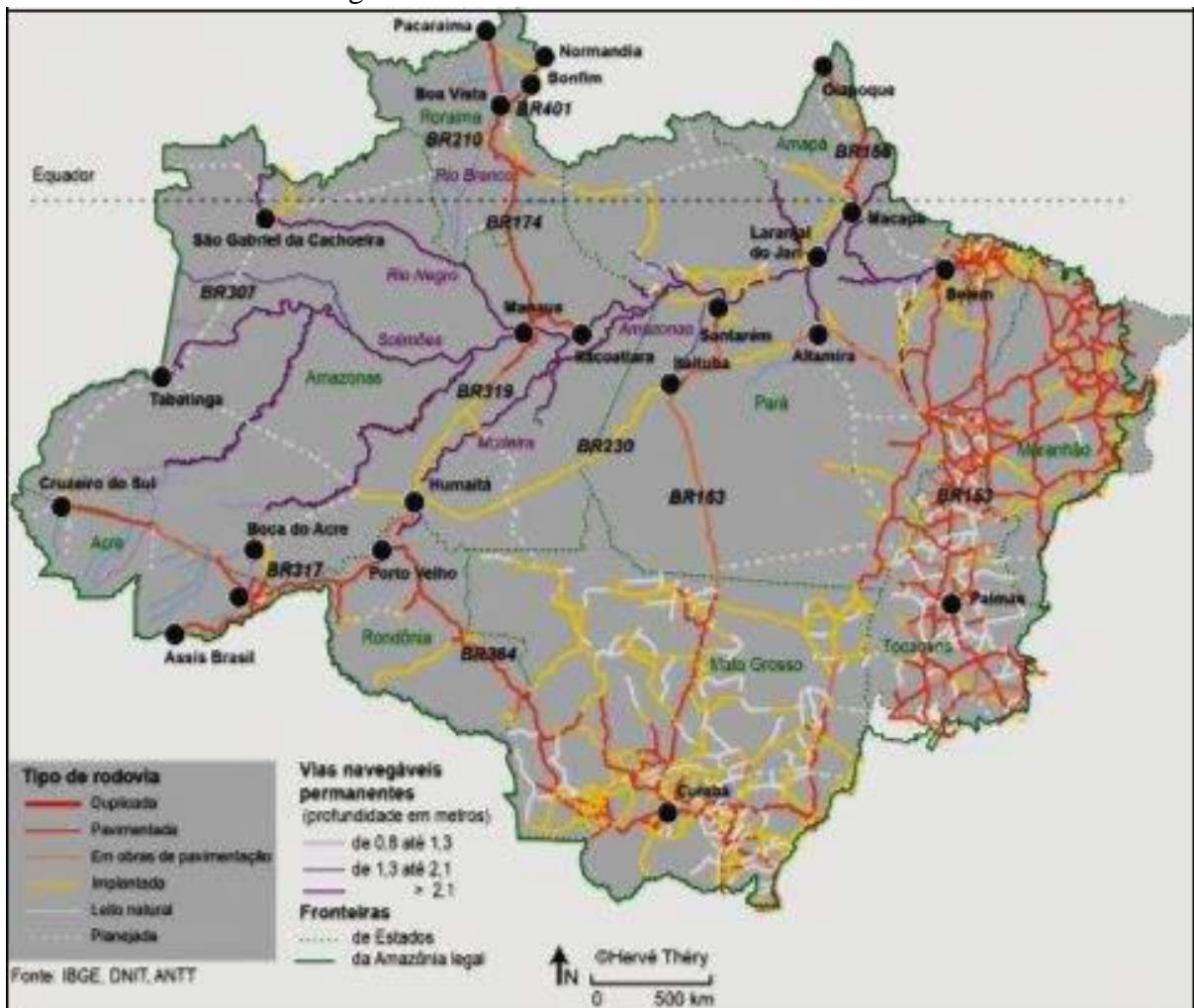
Figura 2 - Processo de construção e pavimentação da BR-174



Fonte: Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/BR-174>. Acesso em: 20 jun. 2021.

De acordo com Lacerda (2020), apesar das primeiras tentativas de abertura da rodovia no século XIX, somente nos anos de 1970, do século passado, mediante um conjunto de políticas propostas através dos discursos de segurança, desenvolvimento e integração nacional, foi possível a inserção da Amazônia no contexto econômico globalizado. Entretanto, essa integração ocorreu de fato com a concretização deste projeto de construção de uma rodovia que liga os estados do Amazonas e Roraima. Dentro desse discurso, a ocupação da Amazônia tinha por meta principal desenvolver e integrar a região, com o emprego de infraestrutura, por meio de abertura de rodovias (Figura 3).

Figura 3 - Rodovias na Amazônia Brasileira



Fonte: NETO (2019).

Nesse contexto, foi mediante convênio entre o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e o Ministério do Exército, que de fato iniciou-se a construção da rodovia BR-174, com a finalidade de proporcionar uma ligação terrestre entre Manaus e o Marco BV-8, na fronteira do Brasil com a Venezuela, o que promoveu a chegada de várias famílias dos mais distantes estados da federação para ocupar essa região, que na época tinha uma baixíssima densidade demográfica (SOUZA, 2001).

Segundo Lacerda (2020), o objetivo da construção da rodovia BR-174 era consolidar a ligação rodoviária de Roraima ao restante do Brasil, visto que esta ligação era extremamente precária, pois a trafegabilidade na região sul do estado era comprometida em certa época do ano, sem contar com as condições de trafegabilidade da estrada, que era péssima.

Conforme Diniz (1996), o acesso fluvial só era possível até a cidade de Caracarái, e de forma intermitente, sendo interrompido durante os períodos de baixas vazões do Rio

Branco. Desta forma, cria-se uma alternativa para que as pessoas pudessem se deslocar até a cidade de Boa Vista, sem ter que utilizar a via fluvial, pois, em períodos de verão, o rio era praticamente intrafegável, devido à Cachoeira do Bem-Querer, no município de Caracaraí.

De acordo com Souza (1977), a construção da rodovia BR-174, com extensão de 970 km, tinha por objetivo integrar o Brasil e Roraima ao sistema Pan-americano, uma vez que do Amapá parte a rodovia BR-210 (Perimetral Norte), que atinge Roraima até Mítu, cidade colombiana que faz fronteira com o Brasil (ainda não concluída). Rodovia essa, que, se for concluída, pode dar um impulso à região sul de Roraima, pois haveria mais uma saída de ligação de Roraima com o restante do país, pois a BR-319 (pavimentação incompleta), que liga Manaus a Porto Velho, fica intrafegável, em Rondônia, no período de inverno, devido à falta de manutenção, que governos anteriores não faziam.

Durante a construção da rodovia BR-174, ao alcançar Boa Vista, a referida rodovia bifurca-se para permitir o surgimento da BR-401, rumo às povoações de Bonfim e Normandia, esta já localizada à fronteira da República da Guiana, completando dessa forma a ligação ao sistema Pan-americano (DINIZ, 1996).

Conforme Souza (1977), a execução da obra da rodovia BR-174 ficou a cargo do 6º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção), sediado em Boa Vista e Manaus, que trabalhou em duas frentes; uma com sede em Manaus, e outra em Caracaraí. A obra foi dividida em dois subtrechos e iniciada, no primeiro subtrecho, com 359 km, através da Primeira Companhia do 6º BEC, entre Manaus (Marco Zero) e o Rio Branquinho (destacamento Sul); o segundo subtrecho, com a extensão de 629 km, foi implementada pela segunda Companhia, entre o Rio Branquinho e o marco da fronteira BV-8, (destacamento Norte), havendo, ainda, a restauração da estrada: Boa Vista-Caracaraí.

Destaca-se, por sua vez, que no trecho Manaus – Caracaraí, esses dois eram os únicos núcleos populacionais consolidados no período, pois já havia na região um número considerado de pessoas vindo de outras partes do Brasil (LACERDA, 2017).

Neste sentido, o tempo de construção da rodovia BR-174 foi de sete anos, e o efetivo populacional trabalhando nesta rodovia foi de 565 militares e 704 civis. Entre as distintas funções destes trabalhadores, estava as construções das chamadas obras de arte, que eram os bueiros e as pontes de madeira (SOUZA, 1977).

Durante o período de construção da referida rodovia, no eixo de Manaus até Caracaraí, foram edificadas alguns acampamentos ao longo da BR-174, que posteriormente se tornariam um embrião das cidades em questão, como é o caso do município de Rorainópolis, formado a partir de um destes acampamentos, construídos para abrigar os trabalhadores da

rodovia e que, ao término da construção, acabaram por impelir o Instituto de Colonização e Reforma Agrária a fazer a distribuição de terras para as famílias que aqui já residiam (LACERDA, 2017).

Durante o período de construção da rodovia BR- 174, foram organizados oito acampamentos, sendo dois no Amazonas, um na divisa entre os estados do Amazonas e Roraima e cinco em Roraima, sendo três no município de Rorainópolis, e dois no município de Caracaraí, isso às margens da rodovia, nos trechos de Manaus a Caracaraí (FREITAS, 2001).

Os acampamentos que estavam dentro do perímetro da área que corresponde ao município de Rorainópolis eram: o de Alalaú, na divisa de Roraima com o Amazonas; o de Jundiá; Arara Vermelha; e Martins Pereira. Observa-se que que o acampamento de Paranapanema, mesmo não fazendo parte da área que corresponde ao município de Rorainópolis, ficava localizado a 11 Km da vila de Novo Paraíso (conhecida também como km 500) no sentido de Boa Vista, pertencente ao município de Caracaraí, mencionando-se que esse acampamento tinha grande importância por estar localizado no entroncamento das rodovias BRs 174 e 210 (Perimetral Norte) (SOUZA, 1977; DINIZ, 1996).

Nesta perspectiva, os acampamentos de Jundiá, Arara Vermelha e Martins Pereira, funcionaram como possíveis focos populacionais para o núcleo embrionário urbano de Rorainópolis, haja vista que o mesmo já demandava certa estrutura que facilitaria a aglomeração de pessoas neste local (OLIVEIRA, 2014) (Figura 4).

Figura 4 - Núcleo Embrionário da Cidade de Rorainópolis-RR (1970)



Fonte: OLIVEIRA (2014), fotografia cedida por Luiz Mario Severo Avila.

De acordo com a Figura 4, observa-se como era a estrutura dos acampamentos do BEC, no período de construção da rodovia BR-174, no ano de 1974. É pertinente notar que o acampamento de Paranapanema, pertencente ao município de Caracará, devido a sua localização estratégica, era o local ideal para surgimento de um núcleo urbano de um possível município, por se encontrar no entroncamento de duas rodovias, ofuscando de certo modo o nascimento do núcleo urbano de Rorainópolis; contudo, este lugar não prosperou a ponto de se tornar uma cidade, servindo apenas de instalações para a vila de Novo Paraíso (OLIVEIRA, 2014).

A rodovia BR-174 é hoje a principal ligação entre Manaus e Boa Vista; entretanto, o ideal de segurança nacional e desenvolvimento da Amazônia contrasta com o que representou a construção dessa rodovia, que tinha por objetivo do governo militar o acesso a fontes de energia e ocupação das áreas consideradas vazios demográficos, na visão do próprio governo e do empresariado (NETO, 2019). Hoje, Roraima pode contar com uma via de acesso rápido entre a capital do estado, Boa Vista, e a capital do Amazonas, Manaus, rompendo desta forma uma distância de aproximadamente 800 km, em aproximadamente 6 (seis) horas de viagem (REZENDE, 2006).

Destarte, todos os percalços relatados durante o período da construção da rodovia BR-174, estabeleceram em Rorainópolis os seus primeiros moradores, e, no ano de 1976 chegou a essas terras, onde é a atual cidade de Rorainópolis, o seu primeiro morador e fundador, o senhor Francisco Carvalho Duarte, que reside até hoje no município. Desta forma, aponta-se a construção da referida rodovia como um marco histórico para o surgimento não só para a cidade de Rorainópolis-RR, mas de outras ao longo da rodovia BR-174, na Amazônia setentrional (OLIVEIRA, 2013).

A produção do espaço urbano de Rorainópolis se deu com a construção deste importante via de acesso, facilitando desta maneira a circulação de pessoas, mercadorias e serviços entre os dois estados, dentro de um contexto em que a Floresta Amazônica se torna fundamental para a permanência dessas pessoas na região (LACERDA, 2017).

1.2.3 PAD- ANAUÁ: o surgimento da Vila do INCRA

Com o objetivo de povoar a região amazônica com pessoas de outras regiões do país, principalmente às margens das novas rodovias construídas o governo brasileiro estabeleceu o Decreto-lei nº 1.164 de 01/04/1971, e declarou indispensáveis à segurança e ao

desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, já construídas, em construção ou projetadas (BRASIL, 1971).

A construção da rodovia atraiu muitas pessoas, principalmente exploradores de terras e de madeiras, que vieram à região para explorar de maneira deliberada a região amazônica. Devido a essa situação, grandes faixas de terras foram queimadas, e muitas madeiras de lei entraram num processo de extinção (LACERDA, 2017).

O Decreto-Lei em questão ampliou o controle do governo federal sobre as terras amazônicas, e, para dar continuidade a este projeto, o INCRA passou a executar um número ilimitado de programa da chamada “Reforma Agrária”, que apenas entregava uma porção de terra às famílias assentadas, mas não dava nenhuma condição de se fixar no campo, por corresponder à política militar e elitista de colonização. Assim, atraiu muitos moradores da Região Nordeste para a região amazônica (BRASIL, 1971; LACERDA, 2017).

Segundo Ianni (1979), a política de colonização imposta pelos governos militares foi uma medida de reorientação do fluxo migratório para as regiões de pequena densidade demográfica, principalmente para a Região Norte, onde temos a menor densidade, a fim de diminuir a direção rural-urbana desse fluxo, e, com isso, a limitação pelo Estado das condições de mobilização social dos movimentos camponeses, tanto no Nordeste como no Sul.

Nesta lógica, o Estado criou uma representação ideológica, afastando a possibilidade de reforma agrária, e em que a colonização seria a única solução para a crise fundiária brasileira. Abre-se, então, uma frente de povoamento na Região Norte, com incentivo do governo federal, implantando-se uma política de doação de terras por parte do INCRA para pessoas que tiverem interesse em se deslocar para região (LACERDA, 2017).

Assim, as rodovias que estavam em construção em Roraima nesse período, a saber: rodovia BR-174, que liga Manaus até a divisa de Roraima com a Venezuela cortando de norte a sul passando pela capital Boa Vista; rodovia BR-210 (Perimetral Norte); e rodovia BR-401. As faixas de 100 Km dessas rodovias seriam destinadas aos projetos de assentamentos promovidos pelo INCRA (LACERDA; DINIZ, 2020).

Concomitante à construção da rodovia BR-174, estava a rodovia BR-319, conhecida como Porto Velho-Manaus. Foi durante a construção de outras rodovias na Amazônia que um grande fluxo migratório rumo à Região Norte do Brasil, principalmente, se deu em direção a Rondônia por intermédio da Região Centro-Oeste; esses fluxos provinham de todas as regiões

do Brasil, mais precisamente da Região Sul, tendo o estado do Paraná como destaque dessa migração (NETO, 2019).

Sabendo da existência de terras devolutas no sul do Território Federal de Roraima, no ponto do entroncamento da Perimetral Norte (BR-210) com a BR-174, o governo central, por intermédio do INCRA, através da resolução nº 141 de 7 de outubro de 1975, autoriza a criação e a implantação do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano Vinagre, com sede em Caracaraí. Os recursos financeiros destinados a este projeto tinham como objetivo a criação de unidades agrícolas, e eram também aplicados nos trabalhos preliminares necessários à implantação desses projetos (LACERDA; DINIZ, 2020).

Devido às dificuldades de efetivação do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano Vinagre, o INCRA, por meio da resolução nº 95 de 11 de junho de 1979, cria o Projeto de Assentamento Dirigido Anauá – PAD-Anauá (Figura 5) em substituição ao projeto anterior, para novas localizações e para atender às necessidades do grande fluxo migratório em direção ao Território Federal de Roraima, em especial a região ao sul do estado (OLIVEIRA, 2014; LACERDA, 2017).

Mencione-se que as rodovias BR-174 e BR-210 já estavam concluídas, possibilitando o deslocamento populacional que estava ocorrendo neste período. Desta forma, cria-se o projeto e implantam-se as famílias, então, um pequeno vilarejo começa a surgir, e que mais tarde se torna a vila do INCRA, devido ao projeto de assentamento. Essa vila, posteriormente, é transformada na cidade de Rorainópolis (LACERDA, 2017).

Figura 5 - Foto da sede do Projeto de Assentamento Dirigido Anauá (PAD-Anauá)



Fonte: OLIVEIRA (2014).

Com as mudanças ocorridas, o PAD-Anauá passa a ter os seguintes limites: ao norte, pela rodovia Perimetral Norte (210); ao Sul, pelo Igarapé do Jaburu e pelo Juaperi; ao oeste, pelos rios Anauá e Barauna; a Leste, pelo rio Jauaperi. Com os referidos limites, o Projeto de Assentamento Dirigido Anauá – PAD-Anauá abrangia uma área de 2.218.322.046 hectares, com capacidade para instalação de 3.460 famílias, e destas, 1.690 títulos foram expedidos (OLIVEIRA, 2014).

Consolidado parcialmente por meio da resolução INCRA/SR (25) /RR/nº 01, de 31 de outubro de 2002, o PAD-Anauá sofre novas alterações, visto que os objetivos esperados pelo INCRA não foram alcançados, uma vez que não houve mudanças significativas no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas em função da consolidação do referido projeto (LACERDA, 2017).

De acordo com Lacerda (2019), o INCRA argumentava que, devido às situações diversas e por sua complexidade, seria inviabilizada qualquer tentativa de consolidar de fato o referido projeto e promover a integração das famílias ao desenvolvimento local e regional. Dessa forma, situações diversas impossibilitaram o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas. Porém, o que impediu tal desenvolvimento foram as condições em que essas famílias viviam, uma vez que foram assentadas sem nenhuma condição de progredir no assentamento.

As condições de instalação dessas famílias eram precárias, faltava infraestrutura básica para a sua sobrevivência, como estradas e eletricidade; enfrentavam malária agressiva somada à falta de assistência médica, ausência de suporte técnico, entre outros complicadores. Todas essas condições sociais contribuía para a baixa produtividade agrícola desses assentados (LACERDA, 2019).

Cabe ressaltar que o contexto dessa situação levou muitas dessas famílias a abandonarem os seus lotes e irem embora para a cidade, relatando-se ainda que algumas venderam os lotes por um valor abaixo do mercado para se fixar na periferia da cidade, vivendo através de “bico”, devido a não terem nenhuma qualificação (OLIVEIRA 2014).

Por meio de estudos técnicos, o INCRA identificou 16 áreas distintas no PAD-Anauá, com características próprias em termos de desenvolvimento das famílias, infraestrutura viária, de abastecimento d'água e energia elétrica, sustentabilidade ambiental, assim como titulação de bens imóveis, mostrando assim a importância de dar uma infraestrutura para as famílias assentadas, para se desenvolverem e tirar o sustento da família trabalhando em sua propriedade (LACERDA, 2019).

Dadas as características, o INCRA considerou insubsistente a consolidação parcial do PAD-Anauá, revogando a resolução que consolidou parcialmente o projeto em 2005. Como consequência deste fato, a Superintendência Regional do INCRA, no estado de Roraima, em 2005, mudou a área total e as unidades agrícolas familiares, passando para 21.855,3140 hectares, incluindo o perímetro urbano de Rorainópolis, com capacidade para 285 unidades agrícolas familiares. Todo o projeto, desta forma, volta à configuração original, como havia sido planejado anteriormente, com a devida capacidade de famílias assentadas (OLIVEIRA, 2014).

Considerando insubsistente a viabilização do projeto no seu total, o INCRA realiza sua subdivisão em 16 novos projetos (Tabela 1), todos localizados no município de Rorainópolis. Podemos ver na tabela abaixo os dados referentes a cada projeto, com as peculiaridades de cada assentamento (INCRA, 2020).

Tabela 1 - Projetos de assentamentos surgidos a partir do PAD - Anauá

Projeto	Data da Criação	Área	Vicinais	Nº de Famílias		
				Capacidade	Assentadas	Ocupação (%)
PA/Anauá	07/10/1975	50.792,2730	BR-174, BR-210, 01 e 02	528	528	100
PA/Caju	28/11/2006	7.108,5190	1-A	118	40	33,8
PA/Campina	28/11/2006	12.113,5846	4, 25, 34	225	73	32,4
PA/Chidaua	28/11/2006	9.994,5163	21, 22, 23,24	158	39	24,6
PA/Curupira	28/11/2006	9.815,2571	11, 12	159	84	52,8
PA/Garapaja	28/11/2006	9.951,9751	14/A, 29	162	44	27,1
PA/Jenipapo	28/11/2006	4.412,6066	5, 33, 35	84	41	48,8
PA/Juari	28/11/2006	16.565,3215	3, 10, 19	280	79	28,2
PA/MonteSinai	28/11/2006	16.415,1584	10, 12, 14	267	79	29,5
PA/Muriru	28/11/2006	9.688,2589	30, 31, 37	193	98	50,7
PA/Pirandira	28/11/2006	9.693,6727	7, 17, 26	176	51	28,9
PA/Sucuriçu	28/11/2006	16.013,6043	41, 42, 43,44	320	297	92,8
PA/Tepurema	28/11/2006	9.033,6043	15, 20	150	53	35,3
PA/Tucumã	28/11/2006	12.403,3750	9, 27	225	60	26,6
PA/Ajuri	28/11/2006	12.949,8615	16, 18, 38,39, 40	217	51	23,5
PA/Maguari	28/11/2006	11.798,9392	6, 8, 28, 32,36	193	66	34,1

Fonte: INCRA (2020), adaptações do autor.

A subdivisão do PAD-Anauá em 16 novos projetos, de acordo com o INCRA, facilitaria a implementação de novas obras de infraestrutura, assim como a consolidação dos assentamentos, visando desta forma combater o alto índice de evasão, além da compra e venda ilegal das parcelas no local. De acordo com Lacerda; Diniz (2020), pode-se classificar o assentamento PAD-Anauá em três categorias: Consolidada, transitória e pioneira. Essas categorias dizem respeito ao processo de ocupação, em que a maioria dos assentamentos se encontra em fase transitória, na qual apresenta ainda um baixo índice de ocupação por parte das pessoas que foram assentadas.

A partir da década de 1990, proliferaram os projetos de assentamentos em Roraima, tanto que, num período de cinco anos, passam de 6 para 31 assentamentos na região sudeste do estado, triplicando o número de assentamentos além da expansão dos já existentes (MOURÃO, 2008). Nesse sentido, devido ao fluxo migratório que se dava, na porção sudeste de Roraima, principalmente em Rorainópolis, novos projetos de assentamentos foram criados, a partir de 1992 (Tabela 2).

Tabela 2 - Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA no município de Rorainópolis a partir do ano de 1992

Projeto	Datada Criação	Área	Títulos de Propriedades expedidos	Títulos definitivos expedidos aos assentados %	Nº de Famílias		Ocupação %
					Capacidade	Assentadas	
PA/Equador	02/09/1992	11.728,4914	31	17,7	176	175	99,4
PA/Jundiá	19/10/1995	13.355,1885	44	28,7	190	153	80,5
PA/Ladeirão	19/10/1995	21.384,5100	24	12,4	322	193	59,9
PA/Trairi	15/09/2008	5.156,6405	1	5,8	73	17	23,2

Fonte: INCRA (2020), adaptações do autor.

Podem-se visualizar na tabela acima esses novos projetos de assentamentos criados no município de Rorainópolis, a partir de 1992, que ficam localizados na porção sul do município, organizados para atender à nova demanda de migrantes que se dirigiam a esta porção do município. Migrantes estes que trabalharam na construção da BR-174 e que, ao término da construção da rodovia, decidiram permanecer em Roraima. A ocupação irregular às margens da rodovia obrigou o governo federal a instalar um posto avançado do INCRA para regularizar a distribuição dos lotes. Em 1979 foi criado o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) denominado Anauá, no qual vários vilarejos foram sendo formados ao longo da BR-174 (DINIZ; LACERDA, 2019).

Uma das características que se observa na tabela, é que nesses projetos de assentamentos do INCRA, as famílias assentadas ainda se encontram em número inferior à capacidade prevista, o que confirma a grande disponibilidade de terras, constituindo assim uma grande esperança de assentamentos para trabalhadores sem-terra (DINIZ, 1998). De acordo com os dados do INCRA (2020), dos 3.455 lotes disponíveis em Rorainópolis dentro do projeto PAD-Anauá, apenas 1.858 estão ocupados, isso equivale a 53,7% de ocupação. Vale lembrar que muitos dos lotes ocupados são aqueles próximos aos aglomerados rurais, ao eixo da rodovia BR-174, onde há estradas vicinais e energia elétrica; desta forma, os assentados têm uma mobilidade maior, principalmente no período de verão, pois no inverno as estradas ficam intrafegáveis sem condições de escoar a produção para a cidade e comercializar suas mercadorias.

Os lotes que se encontram desocupados, de acordo com o INCRA (2020), são por não possuírem infraestrutura mínima, dificultando o assentamento de famílias. Outro fato que chama atenção é o pequeno número de títulos expedidos para os assistidos de cada projeto, o que leva à conclusão de que a política de assentamento de trabalhadores rurais na Amazônia respondeu à necessidade de se “distribuir alguma terra para não distribuir as terras, esse acabou sendo o lema de fato da política governamental de colonização dirigida” (IANNI, 1979, p. 81).

A falta de título de propriedade dos assentamentos muitas vezes inviabiliza, para algumas das famílias assentadas, o investimento em suas parcelas, pois em grande parte, não se sentem donas de seus lotes, além de não poderem contrair empréstimos junto às empresas creditícias para investir efetivamente em “suas terras” por falta da referida documentação (DINIZ; LACERDA, 2019). Desta maneira, a família assentada não tem sequer condições de garantir um empréstimo nos bancos credenciados para poder investir nas suas propriedades, pois o que garante a posse da terra é justamente o título definitivo, reconhecido pelo órgão competente, que legitima o proprietário daquela porção de terra. Tal situação dificulta o desenvolvimento da área e até mesmo do município a que pertence, portanto, é urgente que os órgãos competentes deem aos assentados o título definitivo de suas propriedades rurais (MOURÃO, 2008).

O INCRA estabelece seus programas de apoio à colonização e com ajuda dos políticos locais, desenhou um projeto de colonização e com metas a cumprir, cujos objetivos principais eram: regularização fundiária, assentamento de novos colonos com a expansão de projetos já existentes e criação de outros, concessão de créditos para a produção agropecuária, construção de caminhos vicinais, organização de cooperativas, assistência técnica aos colonos e supervisão de créditos. Estes

assentamentos teriam 15 anos para se emanciparem. Na prática estes critérios ficaram longe de serem cumpridos (MOURÃO, 2008, p. 4).

Nessa perspectiva, é pertinente o apontamento de Mourão (2008), ao mencionar que a maioria dos projetos de assentamento nessa região são frutos de interesses políticos locais; que são criados sem planejamento e levam os colonos aos lotes em condições ínfimas à sua sobrevivência. Assentamentos que são marcados pela ingerência política dos órgãos públicos pela falta de fiscalização e gestão, fazem com que esses projetos fiquem condenados ao abandono e constituem, principalmente, territórios de domínio político e econômico.

Assim, Diniz e Lacerda (2019) ressaltam que a política de assentamento se torna diferenciada, pois nem todos os colonos que logram, conseguem consolidar-se e melhorar seu nível de vida, o que reforça a concentração de terras e a expulsão de colonos empobrecidos. Dessa forma, a avaliação social é desalentadora e leva os colonos ao abandono ou à venda de seus lotes; por outro lado, a pecuária, com um tipo de produção extensiva, contribui para acelerar a diferenciação da estrutura agrária nos assentamentos rurais.

Lacerda (2017) enfatiza a importância dessa política de assentamentos, tendo em vista que foi a partir da instalação do Projeto de Assentamento Dirigido PAD- Anauá que se vislumbrou a consolidação da Vila do INCRA, núcleo embrionário urbano da atual cidade de Rorainópolis.

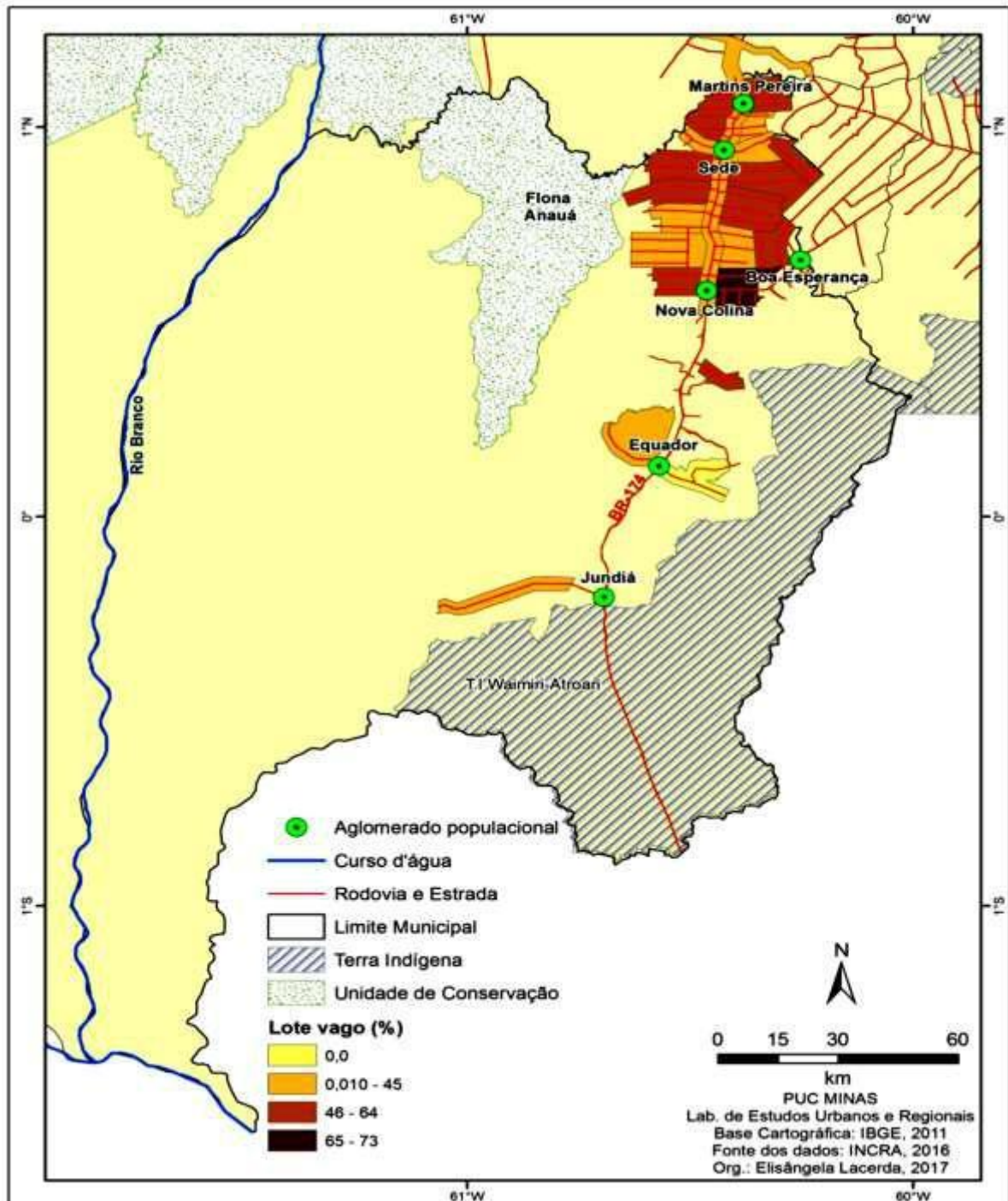
Segundo Oliveira (2014), grande parte do processo de colonização de Roraima se deve às políticas implantadas pelo governo federal com os planos de desenvolvimento nacional implantados nos anos de 1975 e 1979. O processo de ocupação acontece às margens das rodovias recém-abertas, assim como muitas das cidades de Roraima iniciaram nesses núcleos rurais, que iam se formando ao longo da rodovia recém-abertas.

Nessa época, sob a tutela do INCRA, muitos assentamentos foram planejados para atender a uma demanda crescente de pessoas que havia nos vilarejos às margens da rodovia; desta forma, o governo implanta uma política de assentamentos para atender à necessidade, com o objetivo principal de regularizar a migração espontânea e também dirigida, que estava no estado e que tinha vindo devido às aberturas de rodovias na região. Desta forma, destaca-se o Projeto de Assentamento Anauá como um dos mais importantes, e o primeiro a se consolidar no sul de Roraima (DINIZ; LACERDA, 2019).

De acordo com Mourão (2003), os órgãos responsáveis por esse primeiro agrupamento de colonização em Roraima foram o INCRA e o Instituto de Terras e Colonização do estado de Roraima (ITERAIMA), que passaram a trabalhar juntos a partir de

1998, depois de convênio firmado. Sendo assim, considerado um projeto gigante de assentamento, o PAD-Anauá teve inicialmente apenas 21,4% da sua área total ocupada e passou a se estruturar legalmente, conforme mostra a (Figura 6), sobre a distribuição do assentamento PAD-Anauá por todo o município de Rorainópolis (MORAES, 2009).

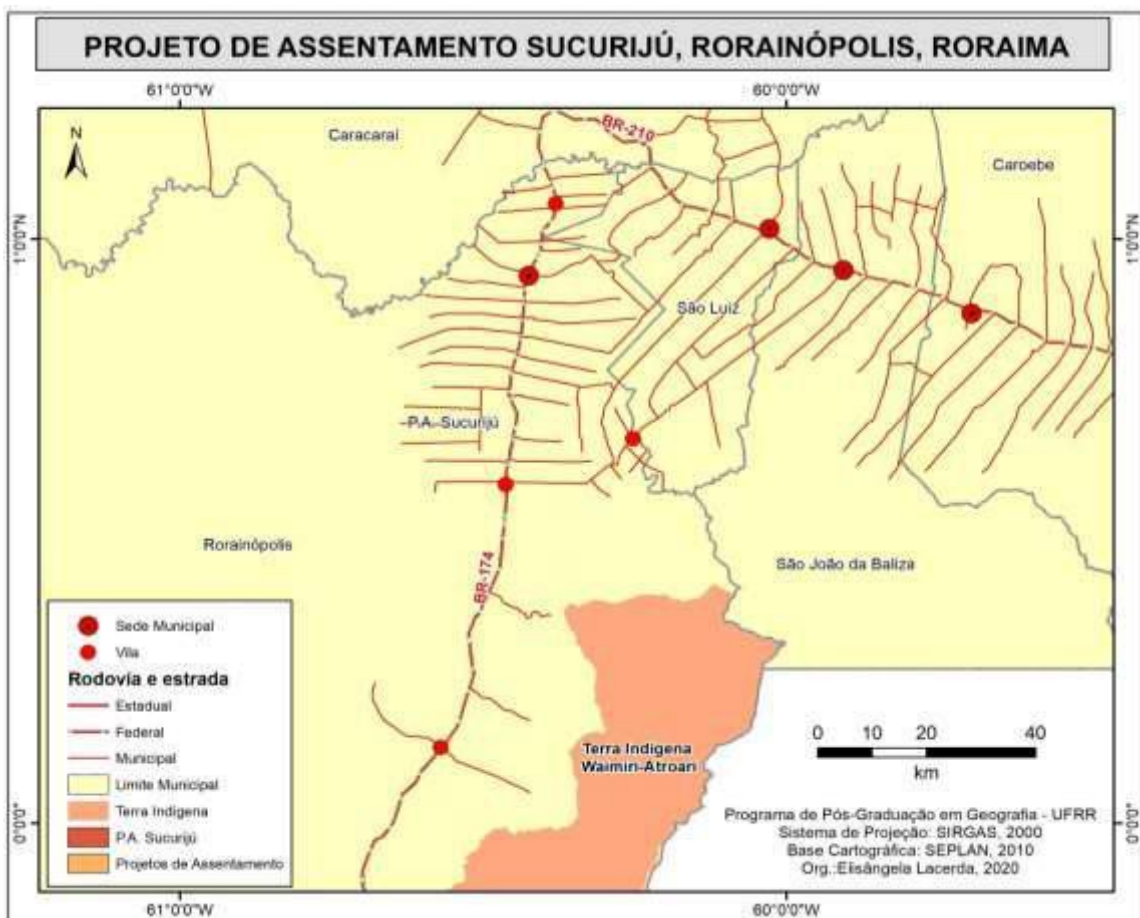
Figura 6 -Projeto de Assentamento Dirigido Anauá (PAD-Anauá)



1.3 – ASSENTAMENTO SUCURIJU E A SUA INFLUÊNCIA NA MATRIZ ECONÔMICA LOCAL

O presente capítulo faz uma abordagem histórica do assentamento Sucuriju em Rorainópolis. O assentamento Sucuriju é um complexo do grande assentamento PAD-Anauá, criado a partir da resolução 95 de 11 de junho de 1979. O capítulo foi construído através de entrevistas com um antigo executor da subsele do INCRA em Rorainópolis, durante o período de 2003 a 2005, e com o presidente da ADELIS-Rorainópolis nos anos de 2006 a 2010, pois ambos tiveram grande influência na efetivação do assentamento. Dessa forma, o capítulo tem como objetivo oferecer ao leitor uma breve reflexão histórica sobre o assentamento Sucuriju em Rorainópolis, considerando que não há sobre este tema nenhum registro histórico em órgão público. Logo, o capítulo aborda ainda o processo histórico do desmatamento e das migrações na região. Inicialmente, podemos observar na (Figura 7) a localização do assentamento.

Figura 7 - Localização do Assentamento Sucuriju em Rorainópolis



Fonte: LACERDA (2020).

1.3.1 Breve histórico do Assentamento Sucuriju

A construção do histórico do assentamento Sucuriju, presente nessa pesquisa, parte de um estudo de campo, baseado em duas entrevistas realizadas com um antigo executor da subsele do INCRA em Rorainópolis, durante o período de 2003 a 2005 e com o presidente da ADELIS-Rorainópolis nos anos de 2006 a 2010. Mediante seus relatos, foi reconstruído o processo histórico do assentamento Sucuriju.

A primeira entrevista foi realizada com o senhor J. S. M., que trabalhou como executor da subsele do INCRA entre os anos de 2003 a 2005, na unidade PAD-Anauá. De acordo com ele, o Sucuriju foi uma extensão do assentamento PAD-Anauá, criado na gestão do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e tinha como superintendente do INCRA, em Boa Vista, o senhor T. B., no ano de 2006.

Conforme relato, no ano de 2006, o senhor J. S. M. não era mais o executor do assentamento, que se encontrava sob a administração do senhor Edilson, que atualmente não mora mais no estado de Roraima. De acordo com o relato da entrevista, foi Edilson quem executou o assentamento Sucuriju e, durante esse período, ficou abandonado, nos governos anteriores, todavia, o assentamento foi pago em espécie para 320 pessoas que se diziam proprietárias de lotes dentro do projeto, o que acabou ocasionando diversas denúncias na superintendência do INCRA, mas na época nada foi apurado.

Segundo J. S. M., antes do governo Lula, não existia nenhuma “picada” (estrada de chão) para que essas pessoas pudessem chegar até seus devidos lotes; e as pessoas que foram contempladas com os assentamentos, entretanto, não receberam seus lotes. Posteriormente, assim que Lula se tornou presidente, os projetos de assentamento foram retomados, dando origem ao assentamento Sucuriju, com uma diferença: nem todos os que receberam autorização para assentamento foram beneficiados, pois agora outras pessoas seriam assentadas.

Durante o ano de 2006, conforme J. S. M., o nome Sucuriju surgiu de dentro do PAD-Anauá para diferenciar e localizar melhor a porção de terra que estava sendo ocupada, com o objetivo de facilitar a questão de financiamentos e abertura de créditos, pois o assentamento PAD-Anauá já estava saturado e precisava definir novos nomes, para facilitar as ações dos assentados.

De acordo com J. S. M., muitos benefícios foram negados, e diversos assentados foram prejudicados, pois nos registros continuava registrada a nomenclatura PAD-Anauá.

Diante desse contexto, surgiu a necessidade de criar novos assentamentos dentro do PAD-Anauá, cuja denominação já existia na documentação e não poderia ser mudada.

Segundo o entrevistado, na teoria, o assentamento foi idealizado para a produção da agricultura familiar, padrão que corresponde a um lote de 60 hectares. Mas, hoje, a maioria dos recém-assentados do projeto Sucuriju não são mais os proprietários, pois o projeto descaracterizou-se e, atualmente, há no local muitos pecuaristas, com grandes áreas de terras cercadas, mais para a criação de gado do que para as pessoas que sobrevivem da agricultura familiar.

Cabe ressaltar que há ainda no assentamento muitos madeireiros, perdendo assim a função social que deu origem ao Sucuriju. É relevante mencionar também que a primeira vicinal (vicinal 41) aberta dentro do projeto é considerada a espinha central do assentamento, que em seguida recebeu as demais vicinais com boa estrutura (toda piçarrada¹), que foi entregue aos produtores, mas que atualmente se vê abandonado por parte das autoridades competentes, que não dão nenhuma assistência aos assentados no projeto.

O segundo entrevistado foi o Secretário de Agricultura do Município de Rorainópolis, que na época era presidente da ADELIS, o senhor A. A. de S². Conforme o entrevistado, o projeto PAD-Anauá foi subdividido em 2006 em 16 grandes assentamentos, para facilitar a emancipação de forma individual dos 16 projetos.

Desse modo, houve a tentativa era emancipar aos poucos esses assentamentos desmembrados, mas, segundo o entrevistado, o INCRA entrou num gargalo, marcado por duas situações que impediram que isso acontecesse. A primeira delas é que o INCRA não estava acompanhando o processo de compra e venda de lotes dentro dos assentamentos, nos quais um mesmo imóvel chegou a ter 5 assentados; desta forma, quando o INCRA identificou o problema, paralisou o processo de emancipação, pois não tinha como continuar desta forma.

A segunda situação que fez com que o INCRA fizesse novamente o remembramento, foi o alto valor do registro desses assentamentos desmembrados no cartório, o que custaria milhões por parte do INCRA. Sendo assim, o órgão preferiu fazer o remembramento novamente ao PAD-Anauá, por estar registrado há muitos anos, o que permitiria ainda uma significativa economia.

Segundo o entrevistado, o Sucuriju nasceu em função de uma reunião e, logo em seguida, criou-se uma associação, da qual a maioria das famílias fizeram parte. A primeira

¹Que foi revestida de piçarra. A piçarra é espécie de rocha mole, parecida com saibro, de granulação arredondada.

²Formação: Técnico em Agropecuária, Gestor Ambiental com função de extensionista Rural e atualmente está concluindo o curso de Engenharia Florestal pela Universidade Estadual de Roraima, no Campus Rorainópolis.

presidente foi a senhora Sandra, que morava em Martins Pereira; e o tesoureiro da associação foi senhor Rafael. Nesses moldes, a intenção era assentar as pessoas para trabalhar em regime de agricultura familiar, só que, ao mesmo tempo, ocorreu um avanço do setor madeireiro.

Desta forma, o setor madeireiro se envolveu diretamente nesse processo, porque tinha interesse na madeira desse assentamento; então, com relação às autorizações iniciais de 3 hectares, que o órgão ambiental havia concedido para as famílias desmatarem, os madeireiros já aproveitaram a facilidade e tiraram a madeira desta área, bem como a madeira da reserva legal, conforme relatou o entrevistado.

A retirada da madeira da maioria dos lotes ocorreu entre os anos de 2006 até por volta de 2012/14, criando um ciclo de desmatamento do setor madeireiro na região das “Quarentas” (compostas pelas vicinais 41, 42, 43, 44). Contudo, cabe mencionar que na realidade esse assentamento começou em 2005, e as ocupações se deram através dessa associação do PA-Sucuriçu, que reivindicou a regularização perante o INCRA.

Conforme A. de S., o INCRA conseguiu encaixar, nesse intervalo de 2005 até 2007, a questão da construção das estradas e a divisão dos lotes, promovendo a demarcação dos lotes das vicinais 41, 42, 43 e 44. Atualmente, a Associação do PA-Sucuriçu conta com mais uma, a vicinal 45, que tem acesso por um carreador que leva até os lotes.

Quanto à documentação referente à criação da associação, segundo o entrevistado, os dados e as informações encontram-se em posse do senhor Rafael (tesoureiro da associação na época), mas essa documentação não foram localizadas com o antigo tesoureiro. De acordo com o entrevistado, inclusive é possível obter mais detalhes sobre o histórico inicial do PA-Sucuriçu junto ao senhor Rafael, (o mesmo foi procurado mas não deu importância ao trabalho que estava sendo feito desta maneira não foi possível obter dados da associação). Com relação a Sandra (primeira presidente da associação), ela se encontra morando há mais de quatro anos na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo (segundo o entrevistado). Como eles participaram de todo esse processo, pressupõem os documentos dessa associação encontram-se sob a guarda de Sandra e Rafael, já que era uma associação privada.

Diante de toda essa situação descrita no histórico, o governo conseguiu assentar essas pessoas, mas as condições dos assentados no período de inverno são críticas, pois as estradas, como mostra a (Figura 8), ficam intráfegáveis, e muitos produtos se perdem por falta de manutenção da rodovia.

Figura 8 - Infraestrutura de acesso aos lotes das viciniais do Projeto de Assentamento Sucuriçu no Município de Rorainópolis/RR



Fonte: Fotografias de arquivo pessoal (2020).

Como se pode perceber na Figura 8, além dos atoleiros, boa parte da estrada fica submersa no período de inverno, dificultando o tráfego das pessoas, que ficam isoladas com as intensas chuvas e alagamentos. Cabe frisar que, nesse citado período, as pessoas ficam isoladas em seus lotes ou acabam abandonando, permanecendo na área urbana até as águas diminuírem, para então voltar aos seus terrenos, ainda segundo relatou Adriano de Sousa.

Como se pode observar, os abandonos ocorrem devido às más condições das estradas e à falta de apoio do poder público. Essa situação tem promovido constantemente a venda dos lotes por preços baixos e a migração dos assentados para a cidade, à procura de uma melhor condição de vida, vivendo desta forma nos bairros afastados do centro e enfrentando o subemprego para poder sustentar a sua família.

Muitos assentados são pressionados a vender os lotes, como se observa na (Figura 9), devido à chegada de grileiros, e até mesmo pela procura por pessoas com poder aquisitivo maior, para quem os assentados acabam vendendo suas propriedades, indo em busca de outra área onde possam ser assentados.

Figura 9 – Lotes das Viciniais do Projeto de Assentamento Sucuriçu no Município de Rorainópolis/RR



Fonte: fotografias de arquivo pessoal (2020).

Outro fator que leva os assentados a venderem os lotes, é a presença dos madeireiros, que chegam oferecendo valores pelos lotes, e os assentados acabam vendendo sua propriedade por um preço abaixo do preço de mercado, pois os madeireiros vão devastando a floresta e expulsando o homem simples do campo.

Essa relação de poder se aplica constantemente nos assentamentos caracterizados sob a ótica de Hasbaert (2014) ao mencionar que:

As relações de poder são, assim, imanentes a todas as demais: econômica, epistemológica, culturais, de gênero [...]. Nesse sentido é que o poder, para muitos, além da figura do Estado e de suas territorialidades, envolve esferas, como a cultura e a economia (HASBAERT, 2014, p. 44).

A família que tem uma porção de terra num assentamento, precisa de assistência do poder público para que possa cultivar em sua propriedade os mais variados modos de cultura; desta forma, a ausência do poder público e de até mesmo de políticas públicas, levam os assentados a venderem suas propriedades, indo viver nas pequenas cidades (CASTRO; PEREIRA, 2017).

Percebe-se que os proprietários acabam vendendo seus lotes ou até mesmo abandonando, devido à falta de um maior apoio pelo poder público, falta de políticas públicas e não ter assistência técnica para cultivar de modo mais produtivo e eficiente. As políticas públicas para os assentados são essenciais para sua permanência no local, de forma que possam se efetivar verdadeiramente no campo e desenvolver-se, tirando seu sustento da agricultura familiar. (CASTRO; PEREIRA, 2017).

1.3.2 A questão do desmatamento

A área que corresponde à Amazônia Legal brasileira compreende cerca de 59% de todo o território brasileiro, e está distribuída entre nove estados e por cerca de 775 municípios do Brasil. A área florestal, que recobre toda a região desempenha, papel indispensável para a manutenção de todos os serviços ecológicos e ambientais, e nela tem se mantido uma grande parte da biodiversidade da região (IBGE, 2020).

Conforme Barni *et al.*, (2016) a floresta tem dado uma contribuição de extrema importância no que diz respeito ao armazenamento de carbono, pois boa parte dele está estocado no solo amazônico e nos tecidos vegetais que compõem grande parte da floresta, por isso a importância de se manter essa condição, para a preservação de toda a fauna e flora da Floresta Amazônica, e conseqüentemente para os seres humanos no planeta.

A implantação dos grandes assentamentos na região sul do estado de Roraima, veio acompanhada por uma devastação na área demarcada, pois, além dos assentados, também aparecem os exploradores de madeiras, que se aproveitam da licença que o INCRA concede aos assentados para derrubar a mata. É importante frisar que os madeireiros já vêm de outros estados, onde já se esgotou a capacidade de produção, para essas áreas demarcadas pelo INCRA (BRASIL, 2019).

De acordo com Copertino *et al.*, (2019) nos anos de 1960 e 1970, com incentivos dos governos militares de várias esferas do poder, instituíram-se na Região Norte do Brasil diversos implementos para a ocupação de terras. Entretanto, Yanai *et al.*, (2015) mencionam que, somente com a construção das grandes rodovias na Região Norte e com a criação e implantação dos projetos de assentamentos, esse processo se consolidou, marcado pela migração de muitas famílias que vieram habitar a região, em virtude da facilidade de se adquirir uma porção de terra. Todos esses fatores promoveram um aumento significativo na taxa de desflorestamento e uma mudança no uso da terra, praticado por grileiros e grandes latifundiários, causando uma aceleração do desmatamento na região.

Com a implantação do assentamento, muitos produtores derrubam parte da floresta para fazerem sua plantação, sendo uma prática que inclui queimadas para a limpeza da área, que, quando saem do controle, devastam uma grande quantidade de área de floresta que ainda está de pé (BARNI *et al.*, 2016).

As queimadas são feitas para a preparação do solo para as atividades agrícolas, sendo práticas de uso do solo comuns na região, devido aos produtores não terem capital financeiro para fazer um manejo mais adequado do solo, tornando-se algo natural para os agricultores que moram nos assentamentos (YANAI *et al.*, 2015).

Em Roraima, localizado no extremo-norte do Brasil, o processo de desmatamento ainda é uma prática artesanal, porém, sabe-se que em várias partes dos estados brasileiros, já não se maneja o solo desta forma. Apesar de ser um dos estados que apresentam uma das menores taxas de desmatamento da região, temos uma grande área de floresta desmatada e queimada para o plantio (BRASIL, 2020). Dos 184.499,0 km² de floresta original pertencente ao estado, apenas 6,1% (11.254,4 km²) foram desmatados até o ano de 2019 (BARNI *et al.*, 2016; BRASIL, 2020).

No período de 1987/1988, com a colonização mais intensa na região, e com o aumento da oferta de madeiras, grandes madeireiras se instalaram na região para explorar parte dessa madeira, que era autorizada para o corte pelo INCRA, aos assentados nos lotes. Devido ao aumento da demanda por madeira, tanto no Amazonas quanto em Roraima, o número de madeireiras que se instalaram na região sul do estado, no ano de 1988, chegou a 26 serrarias; isso demonstra a grande demanda por madeira e a exploração de forma desenfreada na região (BARBOSA, 1990).

O desmatamento de forma desordenada, e muitas das vezes sem nenhum manejo florestal em Roraima, é um fenômeno recente, pois está associado aos processos de ocupação desordenada da terra, através da construção de estradas, criação de novos municípios e implantação de Projetos de Assentamento (PAs) rurais a partir de 1980 (MOURÃO, 2011; BARNI *et al.*, 2012).

A construção das rodovias BR-174 e BR-210 (Perimetral Norte), representamos principais vetores históricos do desmatamento e suas áreas de influência abrigam quase a totalidade das áreas desmatadas em Roraima (RODRIGUES; PINHEIRO, 2011; BARNI *et al.*, 2012).

O desmatamento é uma realidade que está presente em praticamente todos os municípios de Roraima, em uma escala maior ou menor, e depende do rigor da fiscalização

por parte dos órgãos responsáveis. O município de Rorainópolis possui uma das maiores áreas desmatadas do estado, devido a ser um polo madeireiro (BARNI *et al.*, 2016).

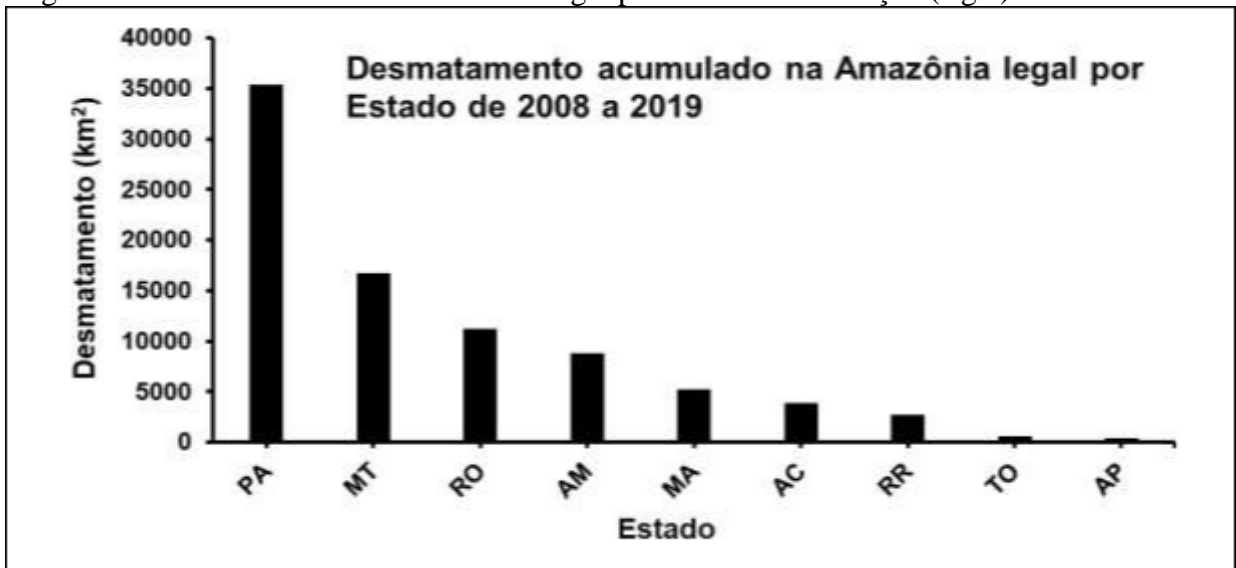
Atualmente, Rorainópolis possui um dos principais focos de exploração de madeira na região sul do estado, abastecendo Roraima como um todo e até mesmo fornecendo para o Amazonas, sendo que a localização do município se torna estratégica, pois fica entre os dois estados, atraindo muitos migrantes, vindos de várias partes da Amazônia brasileira, tornando-se um fator que impulsiona o desmatamento na região, elevando o índice significativamente (BRASIL, 2020).

A situação do desmatamento na região vem se agravando a cada ano, de tal maneira, que o município passou a fazer parte de uma lista, publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 13 de janeiro de 2021, de locais para ações de prevenção e monitoramento do controle do desmatamento na Amazônia, pois tem chamado a atenção das autoridades ambientais, que cuidam da preservação da região (G1, 2021).

O tamanho das florestas naturais vem diminuindo a cada ano, devido ao resultado, principalmente da exploração de forma desorganizada da área florestal dos assentamentos, das construções das rodovias e conseqüentemente das chegadas dos migrantes, das madeiras instaladas na região e as queimadas feitas pelos assentados para a exploração agrícola, e até mesmo para o plantio de capim utilizado na agropecuária no estado (BRASIL, 2020). O desmatamento, de modo geral, acontece por várias razões: exploração ilegal, agricultura, desastres naturais, urbanização e mineração (FEARNSIDE, 2005).

O desmatamento vem acontecendo de forma descontrolada, conforme mostra a (Figura 10). É um problema que cresce em uma escala maior ou menor em alguns estados da Região Norte, devido à grande demanda por madeira, mas, com o aumento da fiscalização por parte dos órgãos competentes, tende-se a inibir o desmatamento, levando desta forma à preservação da Amazônia brasileira e de sua área de floresta, que significa também parte da cultura dos amazônidas. A seguir, podem-se ver os estados em que mais acontece o desmatamento (BARNI *et al.*, 2016).

Figura 10 – Desmatamento na Amazônia legal por estado da federação (sigla) de 2008 a 2019.



Fonte: BRASIL; INPE (2020).

A taxa de desmatamento em Roraima aumenta e diminui conforme a fiscalização se intensifica, por isso se torna variável, e esta situação tem se tornado frequente devido às movimentações políticas em campanhas eleitorais. No ano de 2009, por exemplo, houve uma queda significativa, devido à intensificação da fiscalização por parte dos órgãos (BRASIL, 2020).

Conforme o INPE, Roraima foi o estado como maior avanço do desmatamento relativo em um único mês, em toda a Amazônia, com uma alta de 2.700%. Em julho de 2019, foram desmatados 28 km², contra apenas 1 km² registrado em julho de 2018. De acordo com os estudos do INPE, esse avanço pode estar ligado, além do desmatamento ilegal, à atividade garimpeira, que tem crescido muito, de forma ilegal, principalmente nas áreas de preservação ambiental e áreas indígenas (BRASIL, 2020).

O desmatamento na região sul do estado tem se tornado uma condição de difícil controle, pois segundo o G1 (2021), a região faz parte do avanço da fronteira agropecuária nesses lotes que correspondem às grandes áreas assentadas, nas quais os assentados, por não terem condição de se manter nos lotes doados pelo INCRA, acabam vendendo para os grandes latifundiários, que têm objetivos de criação de gado em grandes áreas de pastagem. De acordo como INPE, a área total de florestas desmatadas, entre 1988 e 2019, foi de 8.297,0 km² no estado de Roraima, sendo que 2.759,3 km²(33,3%) ocorreram no período entre 2008 e 2019 (BRASIL, 2020) (Figura 11).

Figura 11 - Taxas anuais de desmatamento em Roraima de 1988 a 2019



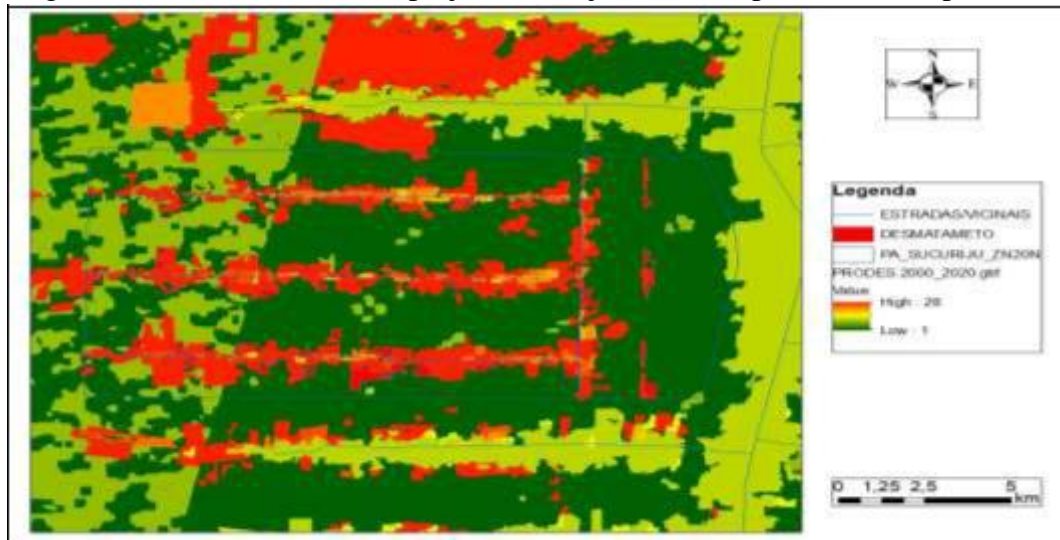
Fonte: BRASIL; INPE (2020).

Os assentamentos rurais implantados em Roraima têm como objetivo principal ocupar áreas devolutas do governo federal e expandir as fronteiras agrícolas no extremo-norte do Brasil, sendo que as pessoas que migraram para a região, vinham devido às promessas de uma vida melhor, que o governo da época prometia, instigando que quem desejasse adquirir um pedaço de terra para cultivar e tirar o sustento da família, principalmente de pessoas de classe sociais empobrecidos e sem-terra das mais diferentes regiões do país (BARNI *et al.*, 2012) (Figura 12).

Essa situação de deslocamento de pessoas levou o INCRA a criar vários assentamentos no estado, principalmente na região sul (BARNI *et al.*, 2012). Nessa perspectiva, Vale e Lima (2001, p. 03) mencionam que a procura de melhores condições de vida e de um lugar que pudessem dizer que era seu, criou no imigrante o pensamento utópico de posse da terra, baseado nas “promessas de acesso à propriedade da terra nas regiões de fronteira, como Roraima, foram embutidas numa ideologia migratória ilusória de ascensão social, que muitas vezes possui uma correspondência real”.

Deste modo, a migração continua sendo estimulada por aquelas famílias que aqui chegaram primeiro, obtendo terra e criando as condições mínimas de subsistência em Roraima, incentivando desta forma um fluxo migratório familiar. “Assegurados terra e/ou trabalho, tais indivíduos promovem a chegada de seus familiares, dando origem a uma nova onda migratória, compostas por pais, esposas, irmãs e irmãos mais novos” (DINIZ; SANTOS, 2005, p. 33). São poucas, além das zonas alagadas, que inviabilizam a ocupação humana e o desenvolvimento da agricultura (BARNI *et al.*, 2016).

Figura 12 - Desmatamento do projeto Sucuriçu no município de Rorainópolis-RR



Fonte: SRC selecionado (EPSG: 32620, WGS84/UTM Zone 20 N) (Autor: Ednilson. P. Reis).
Adaptado pelo autor.

Mas, apesar de toda situação, Roraima tem se destacado com a utilização de novas tecnologias para a produção de grãos, como um dos grandes produtores de soja do norte do Brasil, trazendo divisas para o estado e empregando mão de obra na época da colheita, Desta maneira, muitas famílias saíram de sua terra natal e vieram ao estado de Roraima em busca de melhores condições de vida; destas famílias, várias se fixaram; outras, que tinham um poder aquisitivo maior, voltaram depois, uma vez que na época as promessas feitas pelas autoridades não foram cumpridas (BARNI *et al.*, 2012).

Os espaços disponíveis para ocupação humana como se pode observar, são poucos; e, para o cultivo da terra, são áreas muito próximas às florestas e/ou áreas de Proteção Ambiental (APP), regulamentadas pelo governo federal ou, ainda, de reservas indígenas, desta forma, inviabilizando o cultivo em grandes áreas agrícolas no estado, sobrando poucas áreas para esta atividade (BARNI *et al.*, 2012).

Devido às políticas de proteção do meio ambiente e à demarcação de terras indígenas, através de uma política indigenista, o governo federal tem demarcado grandes áreas no estado, deixando assim uma população, em sua maioria, sem uma porção de terra para a cultivo de produtos agrícolas, sendo que as áreas agricultáveis porém, mesmo assim, a cada término das colheitas, os trabalhadores sem-terra se submetem a qualquer tipo de ocupação informal para sobreviverem e também para tirar o sustento da família; outros se apossam de terras de forma indiscriminada (BARNI *et al.*, 2012).

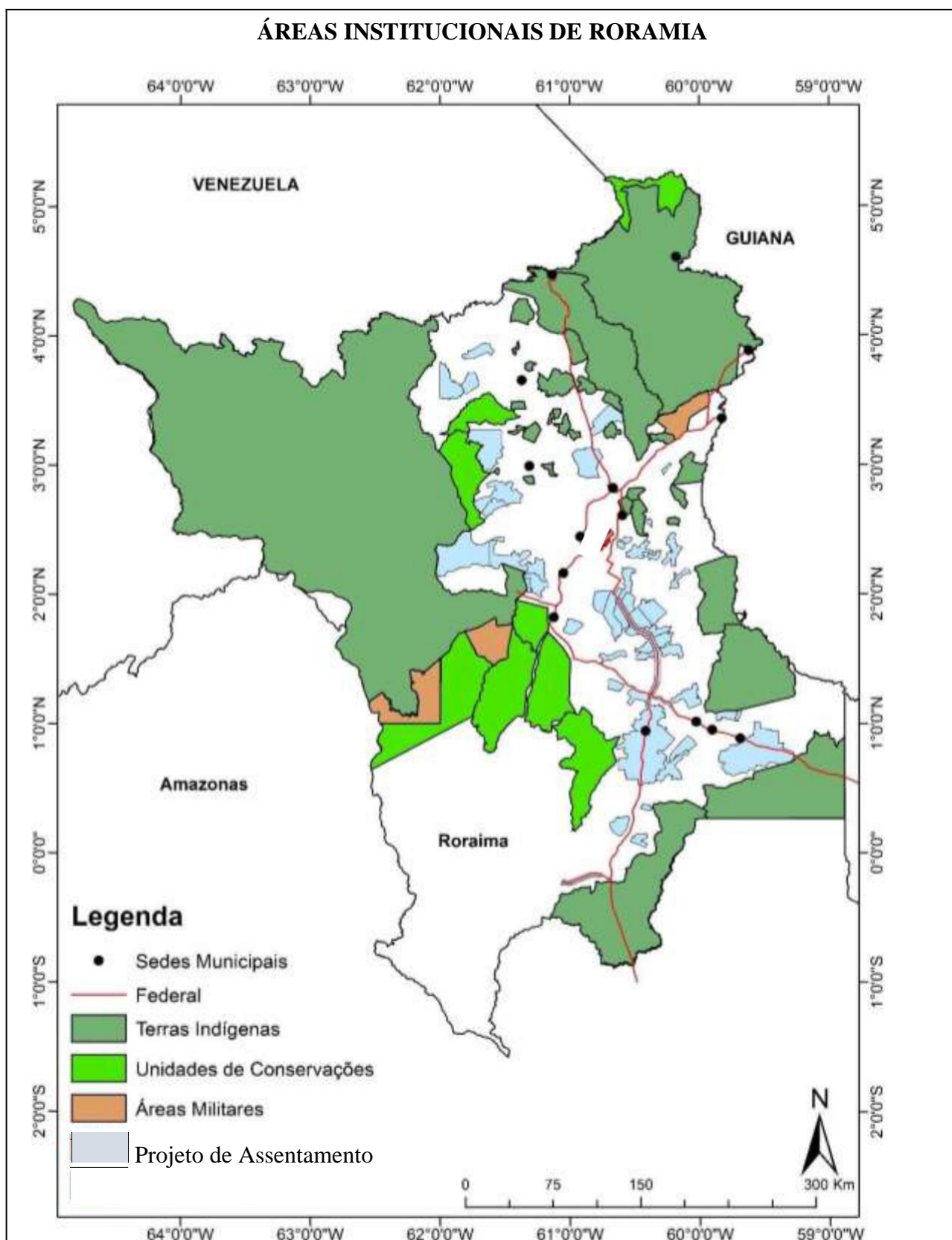
Estimula-se desta forma a grilagem de terras, devido às condições às quais estavam submetidos. Isto porque, conforme mostra a figura 6, “28% (64.470 km²) já pertencem ao INCRA; 39,4% (90.670 km²) à FUNAI, 2,85% (6.560 km²) ao Exército, 2,11% (4.870 km²) às Unidades de Conservação e, 5,41% (12.170 km²) ao governo federal” (TOURNEAU; BURSZTYN, 2010, p. 18). Desta forma, em Roraima, somente uma pequena área de terra está disponível para a agricultura e pecuária (Figura 13).

A (Figura 13) destaca as áreas institucionais no estado de Roraima que pertencem à União, com a localização dos 67 projetos de Assentamento distribuídos por todo o estado. Entre estes está o assentamento PAD-Anaúá, o segundo maior assentamento do Brasil, localizado no município de Rorainópolis, ao sul do estado de Roraima, do qual o assentamento Sucuriju faz parte, sendo 8 unidades de Conservação Federais, 3 áreas do Ministério da Defesa e, 32 Terras Indígenas (LACERDA; DINIZ, 2020).

Deste modo percebe-se, no mapa da Figura 6, que as áreas que estão disponíveis para ocupação humana normalmente são áreas muito próximas às florestas e/ou são áreas de proteção. Assim, a derrubada da floresta é a única maneira encontrada para o homem fazer o seu roçado e cultivar a terra. Com isso, a degradação ambiental torna-se recorrente nestas áreas, devido à ação humana, sendo o desflorestamento e conseqüentemente a queimada, as técnicas mais utilizadas para a formação da roça (DANTAS *et al.*, 2015).

Todas essas áreas ocupadas de forma desordenada tornam-se ao longo do tempo pouco produtivas, devido à falta de técnica de cultivo e adubação de solo, pois os agricultores derrubam as florestas todos os anos, ateiando fogo, deixando o solo pobre de nutrientes, o que demanda um intenso investimento de trabalho e capital, de que os pequenos agricultores não dispõem; além disso, a infraestrutura básica, como estradas, é inexistente (LACERDA; DINIZ, 2020).

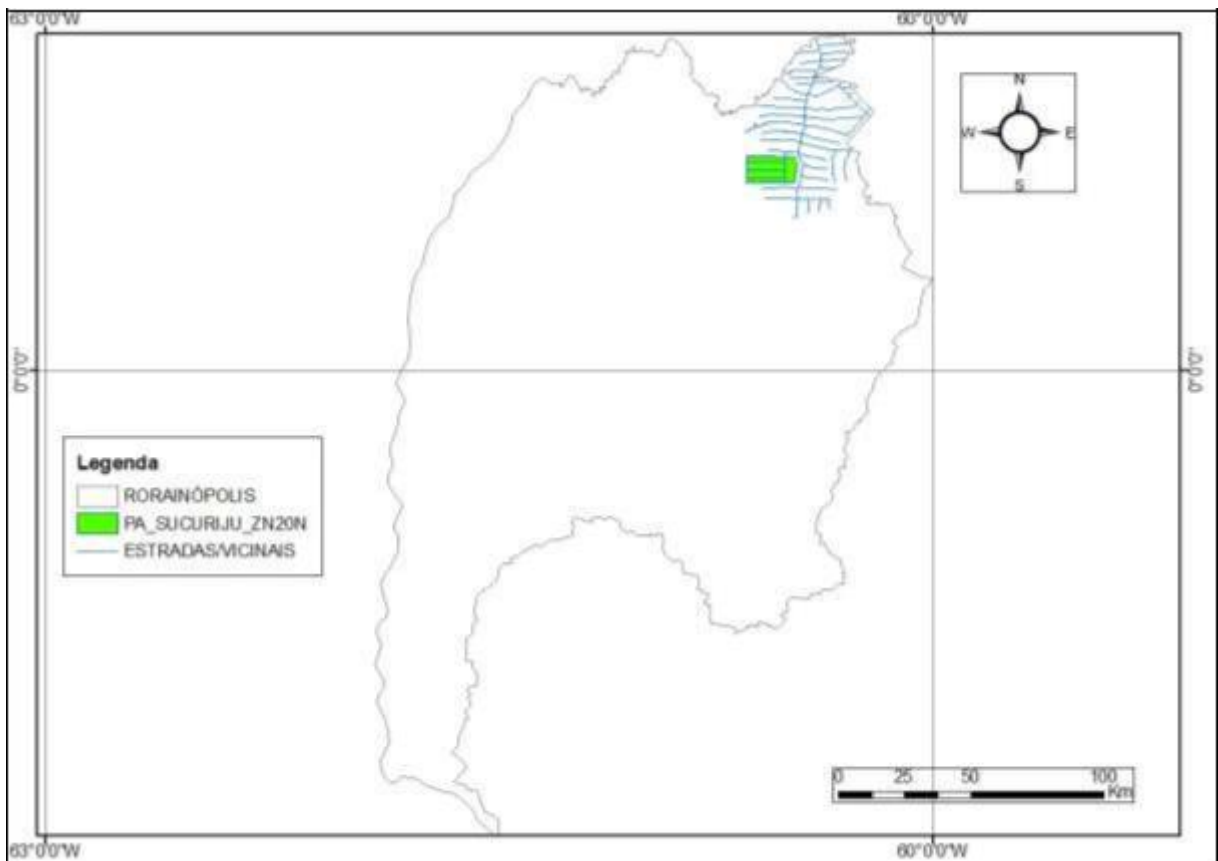
Figura 13- Áreas Institucionais de Roraima



Fonte: INCRA (2010) adaptado pelo autor (2020).

A Figura 14 mostra o assentamento Sucuriju em destaque, dentro do PAD-Anauá, no município de Rorainópolis-RR. Percebe-se a disposição do assentamento, que tem capacidade de atender 320 famílias, que estão dispostas a produzir, mas para isso precisam de políticas públicas que possam ser implementadas nos assentamentos, a fim de que esse assentado possa permanecer no seu lote de forma digna, dali provendo sua subsistência e comercializando o excedente (BARNI *et al.*, 2012).

Figura 14 - Destacando o Assentamento Sucuriju dentro do Pad-Anauá



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: SRC selecionado (EPSG:32620,WGS84/UTM Zone 20 N).

1. 3.3 Os movimentos migratórios na região

Até meados da década de 1950, a população brasileira era predominantemente rural, conforme se observa na (Tabela 3). A partir de então, a população urbana passa a predominar sobre a rural, devido a fatores que levam as famílias a saírem do campo em direção às cidades, numa ascensão constante e acentuada nas mais diferentes partes dos estados brasileiros, devido à mecanização agrícola no campo; e o estado de Roraima não foge a esse contexto. Essa migração pendular, do campo para cidade, reflete os fatores mencionados

anteriormente, especialmente o fato de que os assentados não são assistidos pelo poder público e acabam por se tornarem vulneráveis às propostas dos grandes latifundiários, que forçam a saída desse contingente para a cidade (BARNI *et al.*, 2012) (Tabela 3):

Tabela 3 - Percentual da população residente no Brasil

Ano	2000	1996	1991	1980	1970	1960	1950
Urbana	81,25	78,36	75,59	67,70	55,98	55,08	36,16
Rural	18,75	21,64	32,30	32,30	44,02	54,92	63,84

Fonte: IBGE (2010).

Esse predomínio da população urbana sobre a rural foi fortemente influenciado pela revolução técnico-científica, principalmente no campo, o que leva o produtor rural a colocar as máquinas no campo, e o homem, que antes estava trabalhando na lavoura é substituído pelas máquinas, presentes hoje em grande parte do país. Esta revolução foi iniciada a partir dos anos de 1950, a qual imprimiu uma nova complexidade aos processos de urbanização e industrialização em todo o território brasileiro (BALSADI, 2001).

Na Região Norte, o grande produtor rural e grandes latifúndios estão chegando, explorando a terra com a plantação de soja, principalmente, e promovendo o desenvolvimento do capitalismo no campo e a consequente modernização da agricultura, redefinindo os espaços rurais e imprimindo-lhes uma nova dinâmica, no extremo-norte do Brasil (BARNI *et al.*, 2012).

Com a implementação da nova dinâmica diversificando os serviços urbanos, intensificando os fluxos de transportes e comunicações, acelerando o processo de êxodo rural em todo o Brasil. e reestruturando a interação das áreas rurais com os espaços urbanos, muitas famílias estão deixando as áreas rurais e indo em direção às grandes e pequenas cidades em todo o território brasileiro (GONÇALVES, 2007).

No município de Rorainópolis-RR, onde boa parte dos moradores vieram de outras regiões do Brasil, conforme Oliveira (2014), essas pessoas adquirem uma porção de terra e começam a produzir, mas, com o passar do tempo, chegam os grandes latifúndios e começam a comprar terras baratas, para lucrar e para mais tarde vender essas terras, servindo apenas como moeda de valor, atividade frequente aqui na região.

Assim a modernização da agricultura no Brasil vem ganhando novos espaços e proporcionando uma nova dinâmica tanto nos espaços rurais como nos centros urbanos. Os principais reflexos dessa modernização da agricultura foram o crescimento da sazonalidade do

trabalho agrícola, impulsionado pela modernização no campo, advindo da modificação nas relações técnicas de produção e da intensificação do uso de máquinas no campo, trazendo uma revolução nos espaços rurais, aumentando desta forma a produção agrícolas no Brasil, implementos e insumos de origem industrial; a concentração fundiária e o intenso fluxo migratório (rural-urbano) de boa parte da população. Essa situação tem levado muitas pessoas a deixarem a zona rural e passar a viver na zona urbana, trazendo desta maneira um crescimento desordenado das pequenas cidades (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014).

Esse fluxo migratório contribuiu, sobremaneira, para o estabelecimento do novo padrão demográfico brasileiro, padrão este que a cada dia fica mais visível e estabelecido quando comparamos a população rural com a urbana, com o esvaziamento populacional do campo e o conseqüente aumento da população urbana (GONÇALVES, 2007).

Portanto, o avanço do grande latifúndio no meio rural tem causado uma revolução no campo, que leva ao desenvolvimento econômico em algumas regiões em detrimento de outras, intensificando a divisão de trabalho nestes espaços, sendo fator determinante para a compreensão de uma maior ou menor relação entre o rural e o urbano (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014).

Desta maneira, percebe que a mobilidade populacional entre campo-cidade compõe uma equivalência da reestruturação territorial produtiva e econômica do capital, levando o processo migratório a acompanhar as nuances do mercado de trabalho, quando nos referimos à fixação ou até mesmo à transferência da força de trabalho entre as mais diferentes regiões do território nacional (GONÇALVES, 2007).

Esta dinâmica das pessoas à procura de trabalho atinge de forma mais significativa e diferenciada as pessoas que não apresentam uma força de trabalho qualificada, devido a vários fatores, mas, em especial, as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar e que, em grande parte, integram o que se poderia chamar de mão de obra barata, desqualificada, com baixo nível de escolaridade e disposta a aceitar todo e qualquer tipo de emprego (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014).

Nesse sentido, apontam-se quatro fases no que tange ao processo histórico da mobilidade populacional no Brasil, conforme estudo da (UNESP, 2012) mostrado no (Quadro 1).

Quadro 1 - As quatro fases do processo histórico da mobilidade populacional no Brasil

FASES	DESCRIÇÃO
Primeiro	<ul style="list-style-type: none"> • A saída do espaço rural em direção às cidades; a procura de oportunidade de emprego tem se tornado um problema para as cidades, pois elas crescem de maneira desordenada, devido ao grande fluxo de pessoas que estão saindo do campo
Segundo	<ul style="list-style-type: none"> • O deslocamento inter-regional de uma cidade a outra, a fim de acompanhar as oportunidades de emprego; desta forma tem levado muitas famílias a saírem de suas cidades e migrarem para outras, de modo a acompanhar a sazonalidade das colheitas, principalmente.
Terceiro	<ul style="list-style-type: none"> • Em um número significativo de situações, o retorno ao local de origem, uma vez esgotadas as oportunidades e possibilidades de emprego nos espaços dinâmicos da economia.
Quarto	<ul style="list-style-type: none"> • A mobilidade pendular ou sazonal, principalmente na relação cidade (local de moradia) – campo (local de trabalho) e inter-regionais, estaduais e entre diferentes cidades.

Fonte: Adaptado a partir da UNESP (2012).

Portanto, atualmente, intensifica-se o ritmo e a velocidade da mobilidade. A questão aponta para a sincronia entre fluxo de capital e fluxo de trabalho. São os investimentos produtivos capazes de mobilizar força de trabalho no espaço.

Mas, de certa forma, os governos, em casos pontuais, têm tentado resolver tal situação com políticas públicas, para que o homem possa se fixar em uma pequena porção de terra e produzir. Nessa condição, o Estado assume uma posição de neutralidade e atua como representante dos interesses do conjunto da sociedade. Para Teixeira (2002, p. 13):

A visão liberal opõe-se à universalidade dos benefícios de uma política social. Para ela, as desigualdades sociais são resultado de decisões individuais, cabendo à política social, um papel residual no ajuste de seus efeitos. Na visão socialdemocrata, concebem-se os benefícios sociais, como proteção aos mais fracos, como compensação aos desajustes da supremacia do capital, o que, ao mesmo tempo, garante sua reprodução e legitimação [...] essa concepção foi traduzida no sistema do chamado Estado de Bem-Estar Social [...] (TEIXEIRA, 2002, p. 13).

1.3.4 A matriz econômica do Assentamento Sucuriçu no município de Rorainópolis- RR

Sobre a feira livre, como podemos ver na (Figura 15), é um lugar onde se encontram pessoas com vários níveis de renda; não importa a raça e nem a cor, todos são feirantes. Na feira, pode ser observada a linguagem, por meio da qual se verifica que há pessoas de todas as

regiões do Brasil e até estrangeiros, todos querendo um espaço para poder comercializar os seus produtos.

Figura 15 -Foto aérea da Feira Amazon Dalva em Rorainópolis -RR



Foto: cedida por Claudio Caetano (adaptada pelo autor).

Na feira, geralmente para anunciar seus produtos, os feirantes se utilizam de gritos, para que os clientes se atentem e venham visitar suas “barracas”. É um pouco confuso, mas cada um utiliza seus próprios meios, pois precisa vender os seus produtos. E as pessoas chegam para comprar e, assim, continua durante o dia todo. Observa-se que há uma linguagem confusa, mas que todos se entendem, como afirma Machado (2001).

Uma língua é um instrumento de comunicação segundo o qual, de modo variável de comunidade para comunidade, se analisa a experiência humana em unidades providas de conteúdo semântico e expressão fônica – os monemas; esta expressão fônica articula-se por sua vez em unidades distintivas e sucessivas – os fonemas –, de número fixo em cada língua e cuja natureza e relações mútuas também diferem de língua para língua (MACHADO, 2001, p. 92).

É na feira que se encontram vários tipos de linguagens, não importa o conhecimento. O mais importante é que todos se entendem e se comunicam na linguagem dos feirantes.

Conforme o Portal de notícias do G1, que levantou relatos dos migrantes que vieram para trabalhar na construção da BR-174 e acabaram fixando moradia em Rorainópolis, fica evidente que o primeiro ponto de comercialização da produção agropecuária foi no prédio da antiga (COBAL), localizado na Avenida Doutora Yandara, prédio criado pelo governo federal, principal ponto de comercialização dos produtos vindos da agricultura, mas, com o passar do tempo, como relatam os antigos moradores, foi sendo ocupado por atravessadores que compravam os produtos dos lavradores, para poder comercializar neste local, perdendo desta forma a sua característica original (OLIVEIRA, 2014).

Com a implantação de uma subsede do INCRA em Rorainópolis, esta adquire um papel de fundamental importância, passando a assumir o protagonismo, com a instalação de polos de colonização e de desenvolvimento agropecuário na região, associando-se na prática comercial dos produtos agrícolas, tornando-se, assim, parceira dos produtores rurais, que são diretamente beneficiados, sendo que, para tal empreitada, foi usado o terreno onde se localiza a subsede do INCRA em Rorainópolis (BARNI *et al.*, 2012).

Desta forma, constrói-se uma parceria com o IBAMA, que fornece toda a madeira para a construção de um novo local, para que os produtores pudessem comercializar seus produtos diretamente com o consumidor. Como data de início da feira, o dia 4 de junho de 2001, porém, só foi constituída legalmente em assembleia geral da Câmara dos vereadores, em maio de 2003, com o objetivo de atendimentos e criação de um local para que os produtores rurais pudessem comercializar seus produtos (BARNI *et al.*, 2012).

A localização da feira foi estratégica para beneficiar os produtores rurais, pois, ao lado da casa de apoio do INCRA, os produtores tinham um local para regularizar as questões fundiárias do assentamento, dirimir as dúvidas sobre tais assuntos, em como sobre as documentações referentes às propriedades, já que a subsede do INCRA se encontrava acessível, ao lado do ponto de venda (CHAVES, 2018).

Bem antes da construção do barracão, os produtores faziam a comercialização dos produtos a céu aberto, em bancas montadas pelos próprios feirantes na área de pátio da subsede do INCRA; a feira durava três dias e eram comercializados os mais diversos produtos. Depois, com o correr do tempo, a cobertura das barracas passa a ser feita com lonas, ficando na área do terreno ao lado da subsede do INCRA, ainda com poucas pessoas vendendo seus produtos, mas a feira foi crescendo e atraindo mais produtores. Desta forma, o barracão se consolida como local de venda das mercadorias, diretamente do produtor para os consumidores (CHAVES, 2018).

A atual feira do INCRA tem como nome feira Amazon Dalva. Esse nome foi escolhido por um senhor, conhecido por Antônio da SUCAM, em homenagem a dois funcionários do INCRA, que vieram a óbito em um acidente trágico, acontecido no km 55 da BR-174 anos atrás; essa feira é designada institucionalmente como feira da agricultura familiar, e é uma Organização Não Governamental (ONG) sem fins lucrativos, de interesse dos participantes da comunidade, principalmente dos pequenos produtores que a utilizam como local para comercialização dos seus produtos (CHAVES, 2018).

A agricultura familiar é uma atividade agrícola desenvolvida nas pequenas propriedades rurais, principalmente por famílias assentadas e que cultivam nos lotes recebidos pelo INCRA, ou seja, são pequenos agricultores que sobrevivem do cultivo da terra e que têm como característica poucos empregados ou nenhum empregado, pois muitos deles são trabalhadores formados em família. Esse tipo de trabalho é gerenciado pela própria família, e a produção é a principal fonte geradora de renda para o sustento de todos (BARNI *et al.*, 2012).

Observa-se que a agricultura familiar tem uma intimidade com a terra, uma vez que desenvolve o seu trabalho com a família, envolvendo todos os moradores da casa. Sendo assim, o agricultor familiar tem uma parceria com a sustentabilidade, responsabilidade ambiental, e um dever socioambiental, desenvolvendo técnicas para obter um cultivo costumeiro com a produção dos seus alimentos de forma orgânica, oferecendo produtos de boa qualidade para o consumo da população (SENHORAS; NASCIMENTO, 2020).

Quando os alimentos não são orgânicos, causam prejuízo no meio ambiente, como o desmatamento de forma desordenada e o uso de agrotóxicos prejudiciais ao ecossistema. Com isso, causam problemas irreversíveis para todo o meio ambiente, e a produção ocasiona danos e poluição, levando à oferta de alimentos não saudáveis para a sociedade (CHAVES, 2018).

No ano de 2015, a agricultura familiar foi responsável por 80% de toda a produção global de alimentos; nesse contexto, foi publicada no Brasil a Lei n.º 11 326, de 24 de julho de 2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
 I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011).
 IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - Silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - Aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 há (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;

IV - Pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º ; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011).

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011).

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009).

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009) (BRASIL, 2006).

Mesmo com essa lei, que garante o direito à agricultura familiar, observa-se que muitos não têm acesso. Pois, programas e projetos precisam ser divulgados para alcançarem um número maior de parceiros da agricultura familiar, com ênfase em atingir os produtores no cultivo de alimentos saudáveis, que colaborarão para uma boa qualidade de vida de toda uma sociedade (BRASIL, 2006).

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Buscando atender a problemática e as hipóteses, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a dinâmica socioespacial, o fluxo econômico e as perspectivas sociais do projeto de assentamento Sucuriju no município de Rorainópolis-RR.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos destacam-se:

- a) Traçar um perfil da questão agrária no Brasil, Amazônia e Roraima correspondente ao capítulo 1;
- b) Apresentar a localização e a contextualização do recorte da área em estudo referente ao tópico 1.1;
- c) Discorrer sobre o processo de criação e aplicação do projeto de assentamento Sucuriju e seu impacto agrário no município de Rorainópolis-RR, correspondente ao tópico 1.2;
- d) Verificar a percepção dos moradores do assentamento Sucuriju sobre a dinâmica econômica e sua relação com Rorainópolis, respondendo ao tópico 1.3 dessa dissertação.

3. METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos para a obtenção dos resultados, devem responder aos objetivos da pesquisa. Logo, optou-se pelo o método da pesquisa bibliográfica e pelo procedimento da pesquisa de campo, bem como a área de localização do objeto de estudo.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA AREA DE ESTUDO

No período da construção da BR-174, que durou longos anos, veio para Roraima um número expressivo de trabalhadores para a construção da rodovia, e a empresa responsável pela obra fez vários acampamentos ao longo da extensão da rodovia que ligaria Manaus a Boa Vista, para que os operários pudessem se abrigar, sendo que foram construídos oito alojamentos, para atender a necessidades dos trabalhadores envolvidos na construção da rodovia (REZENDE, 2006).

Segundo Diniz e Lacerda (2015), destes oito alojamentos construídos ao longo da rodovia, dois foram no Amazonas, e seis em Roraima, dos quais três serviram de embrião para o povoamento das vilas, que depois passaram à condição de cidade, no caso de Rorainópolis. Essas vilas iniciais foram instaladas na área que hoje pertence ao município de Rorainópolis, como a Vila de Jundiá, Arara Vermelha e Martins Pereira.

Com a obra da construção da BR-174, favoreceu-se a entrada de pessoas para colonizar a região, e estas pessoas começaram a se aglomerar nas vilas e acampamentos construídos pela empreiteira, abrindo pequenas clareiras, para depois cultivar o roçado e, assim, foram expandindo a fronteira agrícola no estado, e a região foi sendo povoada ao longo da rodovia, com o surgimento de vários vilarejos (LACERDA, 2017).

Visando à regularização de terras nestes embriões de assentamentos, o INCRA criou um posto avançado na região e, em 1979, foi institucionalizada a criação do Projeto de Assentamento Dirigido Anauá (PAD-Anauá), o segundo maior assentamento rural do país em extensão (DINIZ; LACERDA, 2015). Buscando-se a ocupação da área, o povoamento da região logo foi abrindo estradas e rasgando a floresta (vicinais), para que os assentados pudessem ter acesso aos lotes e começassem a cultivar a terra que o governo tinha disponibilizado às famílias. A localização do assentamento PAD-Anauá em Rorainópolis,

com grande área de abrangência, encontra-se em grande parte de sua extensão às margens da rodovia BR-174.

O Assentamento Sucuriju, localizado no município de Rorainópolis-RR, atualmente passa por transformações devido aos agentes transformadores do espaço, agentes estes que constroem a sua territorialidade, seja ela de caráter simbólico e/ou funcional. Com a chegada das madeireiras e de imigrantes vindos de outros lugares, a paisagem do assentamento foi transformada, com a exploração de madeira e até mesmo com a compra de grande extensão de terras, devido ao valor ser baixo (LACERDA, 2017).

Rorainópolis está localizada ao sul do estado de Roraima, a uma distância de aproximadamente 300 Km da capital, Boa Vista, com uma área territorial de 33.594,046 km², que corresponde a 14,98% do território de Roraima. Segundo dados do IBGE (2020), conta com uma população estimada em 30.782 habitantes e uma densidade demográfica de 0,72 habitantes por km².

O setor agropecuário no município apresenta um importante componente na economia local. Atualmente, observam-se ainda setores que têm crescido nos últimos anos: a citricultura e a piscicultura, pois vêm ganhando destaque com incentivo do governo, tanto estadual como federal com os programas de fixação do homem no campo; e a agricultura familiar, principalmente nas áreas de assentamentos existentes no município. Segundo a EMBRAPA, a área plantada no estado tem crescido significativamente e, em Rorainópolis-RR, percebe-se o aumento desta área de plantação destinada ao consumo das famílias. O excedente é destinado ao comércio local, com destaque à Feira Municipal Amazon Dalva, que tem sido um diferencial para essas comunidades, pois, nesse espaço, os pequenos produtores de agricultura familiar podem trazer seus produtos para serem comercializados (LACERDA, 2017).

A feira está com uma nova configuração, pois o governo, através de convênios com a Prefeitura Municipal de Rorainópolis, construiu uma nova feira. A antiga feira precisava de uma melhor infraestrutura para os feirantes, pois deixava muito a desejar com relação ao arejamento e até mesmo à questão de higienização. O piso era de chão batido, e os tabuleiros de madeira antigos dificultavam a higienização. Já a nova feira, apresenta condições satisfatórias de higiene e ventilação para os comerciantes e o público em geral, que têm um ambiente mais aconchegante e harmonizado (LACERDA, 2019).

Cabe ressaltar que Rorainópolis se distancia 143 km de Caracaraí, 88 km de São Luiz, 104 km de São João da Baliza e 130 km de Caroebe, tendo como principal rodovia a

BR-174, e com uma distância de aproximadamente 300 km de Boa Vista, capital de Roraima, e cerca de 470 km da capital do Amazonas (SEPLAN, 2014, p. 13).

O assentamento PAD-Anauá ocupa uma vasta área às margens da BR-174, sendo um dos maiores assentamentos do Brasil. Foi criado em 1979 e, desde então, vários outros assentamentos rurais foram constituídos na região. Desta forma, Roraima passou a apresentar uma alta taxa de crescimento populacional a partir de 1970, com ajuda da construção da BR-174 e a construção das colônias agrícolas e assentamentos rurais (LACERDA, 2019).

Nesse contexto, deve-se considerar que a introdução de novas formas de manejo da terra e, conseqüentemente, maior produção para ser comercializada no município, principalmente na feira Amazon Dalva, levou a presente dissertação a refletir sobre a dinâmica econômica, analisando dessa forma quais os impactos do assentamento Sucuriju para Rorainópolis. Conseqüentemente, tal reflexão direcionou o estudo a optar pela pesquisa bibliográfica e pela pesquisa de campo.

Dessa forma, cabe frisar a importância da feira Amazon Dalva para a economia local, pois representa o ponto de encontro entre produtor e consumidor, que adquire sempre mercadorias novas vindas diretamente do produtor rural, o que possibilita maior variedade de produtos disponíveis na feira. Isso é possível se o governo subsidiar o produtor rural através de linha de crédito para incentivo à agricultura familiar e a permanência do homem no campo.

A metodologia utilizada apresenta os caminhos os quais o pesquisador percorreu durante a realização da dissertação, ou seja, os procedimentos que norteiam a dissertação foram, ao mesmo tempo, fatores determinantes para resolução dos objetivos propostos neste trabalho.

A metodologia diz respeito ao estudo dos métodos aplicados pelo pesquisador e ao conjunto de procedimentos que será aplicado, quanto ao fundamento e validade, distinguindo das técnicas que serão aplicadas, e especificando com isso o método escolhido pelo pesquisador (LIBÂNEO, 1994).

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é descritiva, o que, segundo Gil (2002), envolve o uso de técnica padronizada, que assume geralmente a forma de levantamento de dados, visando descrever determinadas características de uma população, ou até mesmo os fenômenos que acontecem no ambiente a ser pesquisado. Coletados os dados, estes passam a ser analisados pelo pesquisador, gerando posteriormente a descrição dos resultados.

A pesquisa tem ainda caráter explicativo, determinando a ocorrência de fatores que contribuem para a ocorrência de fenômenos. De acordo com Gil (2002), a pesquisa explicativa tem como objetivo identificar os fatores que determinam ou até mesmo

contribuem para a ocorrência dos fenômenos; aprofunda o conhecimento da realidade dos pesquisados, pois explica a razão e o porquê das coisas, o que, nas ciências sociais, requer o método observacional, pois o pesquisador pode se utilizar deste instrumento de coleta de dados, que é a observação, para descrever os fatos que ocorrem no ambiente a ser pesquisado.

Quanto à abordagem, a pesquisa é de caráter qualitativo, pois estuda os aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Uma pesquisa qualitativa aborda temas que não podem ser quantificados em equações e estatísticas. Diferentemente, estudam-se os símbolos, as crenças, os valores e as relações humanas de determinado grupo social (MARCONI; LAKATOS, 2008).

A abordagem qualitativa exige um estudo amplo do objeto de pesquisa, considerando o contexto em que ele está inserido e as características da sociedade a que pertence. Devido ao caráter da pesquisa qualitativa, é necessário realizar um trabalho de campo para coletar as informações necessárias para a realização de um estudo satisfatório, sendo que o pesquisador precisa se inserir no local onde a pesquisa vai acontecer (MARCONI; LAKATOS, 2008).

O marco metodológico de uma pesquisa é um dos pontos mais importantes em um trabalho científico, pois é nele que o pesquisador descreve os caminhos pela qual a investigação acontece e se desenvolve. Dessa forma, a metodologia desenvolvida nesta pesquisa seguiu alguns passos elencados a seguir:

- a) Pesquisa Bibliográfica - Todo pesquisador segue uma proposta para atingir os objetivos; neste caso, foi feito um levantamento bibliográfico, por meio de publicações em periódicos, além de livros de autores, como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Antônio Carlos Robert de Moraes, entre outros, além de teses de autoria de Elisângela Gonçalves Lacerda, e outras dissertações, entre documentos variados (GIL, 2002).
- b) Pesquisa documental - Assemelha-se à pesquisa bibliográfica, mas, enquanto a primeira utiliza como fonte os materiais já publicados em livros, revistas, jornais, teses e dissertações, a pesquisa documental se difere, devido à natureza das fontes, porque se vale de materiais e documentos que ainda não passaram por um tratamento analítico mais criterioso e que ainda podem ser reeditados ou até mesmo reelaborados (GIL, 2002). Documentos para essa pesquisa documental, tais como resoluções e portarias referentes ao Assentamento PAD-Anauá, foram coletados na sede do INCRA, em Boa Vista- RR. Nesse sentido, a pesquisa documental foi realizada junto aos órgãos públicos, para conhecimento e

aprofundamento das questões pertinentes aos assentamentos, tanto no Brasil quanto em Roraima, bem como ao caso mais específico do Assentamento PAD-Anauá, do qual faz parte o assentamento Sucuriju objeto central deste estudo.

Foi realizada, deste modo, a análise de vários documentos e arquivos encontrados em sindicatos e cooperativas de produtores rurais, instituições responsáveis por política de assentamento etc. Ainda na busca pelo acervo de documentos necessários, buscaram-se registros em outros órgãos públicos, com destaque para o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Também foram realizadas pesquisas nos arquivos da Prefeitura Municipal de Rorainópolis, Secretaria Estadual de Agricultura, Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rorainópolis, Sindicato dos Produtores Rurais, e na feira do produtor, no caso, a Feira Amazona Dalva.

- c) Observação de campo - A observação ocorreu em dois momentos. No primeiro momento, em março de 2020, foi feita uma visita de campo para reconhecer a área. No segundo momento, em junho de 2020, foram feitas entrevistas pré-teste, para verificar se as questões elaboradas poderiam ser aplicadas e, conseqüentemente, ter a noção de como foi a receptividade dos entrevistados.
- d) Elaboração de roteiro de entrevista com perguntas abertas, voltadas a quatro grandes temas a serem abordados no assentamento: questões voltadas à identificação da propriedade; perguntas voltadas ao tema socioeconômico; questões de infraestrutura; questões acerca da produção no assentamento (identificação do que seria produzido e em quais condições)
- e) Aplicação de entrevista (Apêndice A) - Aconteceu nos meses de julho e agosto de 2021. Para registrar essa etapa, foi produzido um acervo fotográfico, construído ao longo das visitas de campo, em que se mostra a área do Assentamento Sucuriju e se revela o modo como os moradores do local se comportavam, os tipos de plantação que cultivavam, os ambientes onde eles residiam etc...

Neste aspecto, o mencionado procedimento de levantamento de dados é apropriado à pesquisa qualitativa. Segundo Marconi e Lakatos (2010), este se justifica, porque permite que o pesquisador tenha liberdade de escolher o método e a teoria adotados; entretanto, sendo coerente ao método escolhido para que possa apresentar resultados originais, confiáveis e de

imparcialidade, procurando não interferir nas respostas dos entrevistados durante o levantamento das informações e dados. Dessa forma, a pesquisa qualitativa pode empregar vários métodos e técnicas, já que a escolha depende do tipo de investigação.

Com relação à entrevista, Marconi e Lakatos (2008) afirmam ser um encontro entre duas pessoas, em que uma delas obtém informações a respeito de um determinado tema de interesse do pesquisador; esse tipo de instrumento é utilizado bastante pelas ciências sociais para a coleta de dados, pois ajuda no diagnóstico dos problemas sociais enfrentados pela sociedade. Desta forma, a entrevista se torna necessária, neste projeto, para obter informações a respeito dos assentados no projeto de assentamento Sucuriçu.

Com respeito às entrevistas, faz-se a opção pela padronizada, por exigir rigidez de roteiro e não permitir que o investigador possa trazer questionamentos fora do contexto da entrevista, além de este formato lhe permitir comparar as respostas dos entrevistados. Sendo assim, entrevistaram-se os assentados do projeto de Assentamento Sucuriçu, com o objetivo de entender o seu papel como sujeitos da genealogia e dinâmica urbana do município de Rorainópolis, além de conhecer os principais fatores responsáveis pela migração, levando em consideração os aspectos de atração e expulsão dentro dessa mobilidade.

Nesse sentido, a pesquisa faz uma abordagem para conhecer o contexto histórico de estabelecimento do assentamento, sobre o qual os entrevistados ressaltam o passado, quando chegaram ao assentamento, falando das suas dificuldades e até mesmo do seu sucesso como produtores rurais. A valorização dessa história do passado das pessoas é uma forma válida de registrar, constituindo-se elemento característico da História Oral (GOMES; SANTANA, 2010).

A opção por entrevistar quatro moradores do assentamento se deu de forma direcionada, considerando sua temporalidade de chegada ao local, com intuito de conhecer a realidade dessa comunidade, suas dificuldades e desafios, para se desenvolver a agricultura no assentamento. Para identificar os assentados entrevistados, utilizaram-se -se códigos mediante letras e números em algarismos romanos e as letras *a* e *o* entre parênteses, para identificar o gênero dos entrevistados, como, por exemplo, E(o) I – Entrevistado masculino e o primeiro entre os entrevistados, que foi assentado no Sucuriçu.

A entrevista foi do tipo padronizada, pois o pesquisador tinha um roteiro de perguntas a serem feitas durante a coleta de dados. Esse tipo de entrevista visa obter uma resposta-padrão, sendo que depois estas respostas são comparadas dentro de uma mesma categoria.

A entrevista, segundo Ribeiro (2008), é a técnica mais utilizada pelos pesquisadores para obter informações a respeito do objeto de estudo. Possibilita ao pesquisador ir além das descrições das ações, desta forma incorporando novas informações e interpretações. A entrevista pode ser dividida de acordo como interesse do entrevistador; neste caso, como mencionado, utilizou-se a padronizada ou estruturada, em que pesquisador segue um roteiro pré-elaborado.

Em consonância com outras atividades de coletas de dados primários, realizou-se a observação, método também utilizado pelo geógrafo, que possui como principal objetivo a obtenção de informações durante a permanência *in loco* ao ensejo da ocorrência de determinados aspectos da realidade, e desta forma, o investigador exerce importante papel no aspecto da descoberta, que, por sua vez, serve como ponto inicial para a investigação social. Sendo assim, buscou-se identificar a expansão do assentamento Sucuriçu no município de Rorainópolis, levando em consideração o papel do assentado.

Portanto, espera-se que a pesquisa sirva de instrumento que possa sanar dúvidas e ampliar conhecimentos que irão contribuir de forma significativa para a vida acadêmica, desencadeando reflexões sobre o caráter das questões rurais e de (re)produção do espaço, especificamente do Assentamento Sucuriçu no município de Rorainópolis-RR.

4 RESULTADOS

4.1 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO SUCURIJU SOBRE A DINÂMICA ECONÔMICA E SUA RELAÇÃO COM RORAINÓPOLIS

O presente capítulo apresenta os resultados e discussões, mostrando a percepção dos moradores sobre a concepção do assentamento, considerado nessa pesquisa como de extrema importância para a construção da identidade deles com a terra, ou seja, com a sua propriedade; e, neste sentido, a pesquisa ressalta ainda a abordagem sobre a dinâmica econômica do assentamento em relação a Rorainópolis.

4.1.1 Aspectos Sociais e Econômicos do Assentamento Sucuriju

Diante da pesquisa de campo realizada por meio de entrevista com os moradores (quatro moradores) mais antigos do assentamento Sucuriju, o presente estudo traçou um perfil socioeconômico dos assentados.

Nesse sentido, a pesquisa faz uma abordagem para conhecer o contexto histórico de estabelecimento do assentamento, considerando que os entrevistados ressaltam o passado, quando chegaram ao assentamento, falando das suas dificuldades e até mesmo do seu sucesso como produtores rurais. A valorização dessa história do passado das pessoas é uma forma válida de registrar, elemento característico da História Oral (GOMES; SANTANA, 2010).

Dessa forma, ouvir as memórias dos assentados leva o pesquisador a registrar a história daquele lugar e como tudo começou. Deste modo, ouvir o que cada entrevistado tem para contar de sua experiência, é fundamental para o resgate de todo um contexto, mostrando que o apego ao seu território é fundamental para que esse assentado possa ter uma identidade, associada ao lugar onde mora e trabalha como produtor rural (SAQUET; SPOSITO, 2009).

A história oral, ou seja, os registros que essas pessoas têm na memória contribui para a recuperação de todo um contexto histórico do lugar, isso acontece a partir dos registros, ainda que na memória, mas eles podem lembrar de momentos que já viveram, sejam eles no campo ou nas cidades. Essas lembranças são importantes para o pesquisador resgatar a história de um povo. Sabe-se que é inquestionável o resgate da identidade de um lugar; por

isso a difusão da “história oral” e as memórias dos mais velhos são imprescindíveis para este resgate (GOMES; SANTANA, 2010).

Esse papel é de extrema importância para o pesquisador que quer abordar sobre a história de um lugar ou até mesmo de um povo. A história oral tem a sua importância neste contexto. Desta forma, as fontes de obtenção dos conhecimentos são contadas pelas pessoas mais antigas que remontam à história local (FERREIRA; FERNANDES; ALBERTI, 2000).

A trajetória que cada pessoa faz para chegar a ser assentado em uma porção de terra não é fácil. Para atenuar tantas dificuldades, percebe-se que existe uma rede de informação construída entre as pessoas que ainda não possuem terra e que fazem cadastro no INCRA em busca desse benefício. Tal rede de apoio e informações mostra-se fundamental para esse grupo, ainda passando pelo processo que antecede a posse da terra (INCRA, 2020).

Para cumprir o teor científico, a realização das entrevistas seguiu um roteiro pré-estabelecido e padronizado de entrevista: os nomes dos entrevistados aparecem somente com as iniciais, para preservar sua identidade. As falas foram transcritas na íntegra, exatamente como eles narraram, para manter a originalidade das narrativas expostas ao entrevistador (VASCONCELOS, 2018).

Segue a primeira entrevista, com as perguntas feitas pelo entrevistador e as respostas da entrevistada.

No primeiro relato, o entrevistado do assentamento Sucuriju descreve oralmente, contando como tudo aconteceu no ano de 2008, quando as pessoas foram assentadas e tiveram seus lotes entregues pelo INCRA.

Olha aqui foi o seguinte, na época do assentamento, inclusive era o rapaz que era executor aqui do INCRA em Rorainópolis chamava Matias, foi feito mais ou menos numa semana, não ...praticamente uma semana, todo dia vinha ônibus né, ônibus lotado de de agricultor pra ser assentado.

Aqui, só era mesmo as estradas não tinham, não tinha casa não tinha nada né ...e chegava mostrava onde era é ... o lote de cada um e seu lote vai ser aqui aí a pessoa pegava e demarcava com alguma madeira alguma coisa, fazia qualquer tipo de ... marcação pra saber onde era o dele, o lote dele quando ele se volta ainda foi feito isso, mais ou menos numa semana foi assentado aí uma ... cerca de 320 pessoas que é o tamanho que o projeto abrigou.

Apesar do assentamento ter sido criado em 2006, as pessoas só foram assentadas em 2008, eu, por exemplo fiz um cadastro e esperei, esperei bastante pelo INCRA até que chegou o dia, eles disseram que eu ia ganhar uma terra e aí me mandaram pra cá pra Sucuriju.

O mês em que fui assentado eu não lembro só lembro o ano na qual aconteceu em 2008, mas como foi no verão acredito que foi entre os meses de janeiro a março que foi entregue esses lotes.

As estradas já estava todas abertas, tinha uma firma que inclusive, quando a gente veio pra cá tinha uma firma terminando ainda, acho que a 44 parece, eles abriram encascalharam aí assentaram o povo, segundo a executor do INCRA da época esse

modelo de assentamento já com as estradas prontas é um modelo vamos dizer assim bem avançado às vezes em vez dos outros que eram no picadão.

Esse já foi feito estrada toda encascalhada era muito boa as estradas na época, muito boa mesmo, essas condições aí a gente não pode negar que o INCRA entregou mesmo bem, bem, executada a questão das estradas né.

Só não tinha moradia, mas estradas, tinha e bem feita e depois desse período o INCRA repassou pra órgão não sei se governo ou prefeitura, aí desse tempo pra cá nunca mais foi feito estrada.

Foi só recapeada assim no caso de tapa-buraco, dar uma raspadinha, mas fazer assim como foi feito a primeira vez com rolo compressor com tudo enquanto é maquinário nunca mais foi feita.

Mais mesmo com as condições da estrada com você vê hoje, está entrando gente direto, supervalorizou os lotes pra comprar uma terra aqui hoje tem que ter dinheiro rs, rs.

Porque o negócio aqui ficou caríssimo, a demanda é direto, entrando gente saindo gente, mudando direto saindo os mais antigos chegando gente mais novo, de vez em quando passa mudança de pessoas, quem comprou terra barato comprou pois agora não compra não.

Aí pra final da vicinal tem gente que já tem 10 lotes grandes fazendas, fazendeiro aí com fazenda boa, já tem pecuarista já pode dizer criador mesmo que cria bastante gado.

Para melhor entendimento a entrevista foi dividida por categoria apresentando os aspectos socioeconômicos dos entrevistados, questões de infraestrutura dos assentamentos e questões de produção dos lotes.

Quadro 2 - Aspectos socioeconômicos dos assentados

Há quantos anos reside no assentamento?	
E I	Entrevista com o morador A. A que reside no assentamento desde 2013, mas recebeu o lote no ano de 2008: Mas só vim fazer alguma coisa no lote depois de um certo tempo e em 2013 decidi vim morar aqui com a minha família.
E II	Segundo o senhor L.A, morando definitivo no assentamento está com cerca de seis anos, mas adquiriu o lote comprando de terceiros, os direitos do antigo assentado mais o lote praticamente não tinha nada praticamente a mata, não foi doado pelo INCRA: Eu comprei já tem em média de nove a dez anos já que comprei o lote, mas moro aqui há pouco de seis anos.
E III	Segundo a senhora F. R há doze anos reside no assentamento, no início com muita dificuldade, mas agora está melhor pra se morar.
E IV	Mais uma entrevista, agora com o morador da vicinal 41, o senhor F.S M, que há mais de dez anos tem a propriedade, onde passou a morar há quatro anos,
Qual era o antigo local de moradia antes de vir aqui para assentamento?	
E I	Vim de Rorainópolis pra cá fui assentado pelo INCRA na época em que começou tudo aqui, tinha apenas as vicinais abertas e o INCRA veio e assentou nos sem nenhuma condição só tinha mesmo a mata aí pra gente dominar e trabalhar.
E II	Eu morava no distrito de Rorainópolis.
E II	Morava e Rorainópolis numa casinha pequena num bairro distante do centro.
E IV	O senhor F. S M. relatou que, antes de vir para Rorainópolis, esteve em outros estados da federação, procurando um lugar melhor para poder criar a família; saiu do Maranhão com a família, foi primeiramente para o Amapá, mas não gostou, passou pouco tempo, depois veio para Manaus, trabalhou de empregado, mas também não gostou, pois tudo era difícil na cidade e, depois de uma temporada morando em Manaus, veio para Rorainópolis

Para melhor compreensão dos resultados, o pesquisador faz uma análise das entrevistas por questão, mostrando os seguintes posicionamentos.

- Há quantos anos reside no assentamento?

Quando os entrevistados foram indagados sobre há quantos anos residem no assentamento, eles relataram que vieram morar nos lotes e, segundo os relatos, apenas há alguns anos. Mesmo sendo os mais antigos do assentamento, o tempo em que residem no assentamento varia entre quatro e doze anos; desta forma, percebe-se que ainda são bem recentes quanto à residência no local. Mas já adquiriram os lotes há um tempo maior, mas, devido às condições, não vieram logo morar neles.

- Qual era o antigo local de moradia antes de vir para o assentamento?

Com relação ao antigo local de moradia antes de vir para o assentamento, percebe-se que os assentados todos residiam em Rorainópolis antes de virem morar no assentamento, pois, como foi constatado, eles residiam na cidade, mas sempre tiveram identidade com a terra. Desta maneira, sonhavam ter uma porção de terra para plantar e colher, para tirar o sustento da família.

Quadro 3: Infraestrutura dos assentamentos

É proprietário do lote aqui no assentamento?	
E I	Sim, tenho toda a documentação só não tenho o título ainda mais vou correr atrás pra conseguir o título.
E II	Sim, uma área que são dois lotes cerca eu acho uns 110 hectares de terras mais ou menos por aí que já dá pra ir trabalhando devagarzinho pra poder sustentar a família, pois boa parte do sustento vem daqui do lote.
E III	Sim, mais devido uma situação vendemos o lote para ir pra outro lugar, vamos para onde a família do meu esposo mora pra ficar perto da mãe dele, pois a mesma está em idade avançada e acho que lá vai ser melhor pra nós.
E IV	É o proprietário da terra, relatou que já apareceu comprador para a terra dele, mas ele não abriu mão, seus vizinhos mais antigos, que entraram junto com, ele já vendeu, mas segundo o entrevistado, não vai vender a propriedade se não vai viver de quê?
Que atividade exercia antes de chegar no assentamento?	
E I	Antes em trabalhava na construção civil, mas estava muito difícil serviço em Rorainópolis então como tinha ganhado o lote decidi vim pra dentro do lote com a minha família e estamos aqui até hoje.
E II	Eu trabalhava em oficina durante um bom tempo em Rorainópolis, mas depois cansei de trabalhar em oficina e decidir vim pra lote pra trabalhar com a terra.
E III	O meu esposo trabalhava numa loja era cobrador, mais como o ganho era pouco queria um lote para gente poder trabalhar por nossa conta ele já estava cansado de trabalhar de empregado e aí conseguimos esse lote doado pelo INCRA.
E IV	Antes de vir morar no assentamento trabalhava na construção civil em Rorainópolis, tinha um comércinho mais o forte mesmo era a construção civil.
Qual a infraestrutura das residências e do assentamento?	
E I	A residência é parte de madeira, parte de alvenaria tem piso de cimento na casa possui água de poço na qual tem uma bomba que joga água na caixa e da caixa distribui para toda a casa, tem energia elétrica tem sinal de internet da colina, parabólica e televisão, não é atendido por transporte público, possui um pequeno veículo para se locomover até a cidade. O assentamento quanto ao posto de saúde, não tem mais tinha um atendimento numa casa pra

	caso de exame de malária, mas eles não estão atendendo mais, era uma menina que fez o curso pra atender na coleta dos exames para saber se tem malária, mas o posto pra atender com médico nós ainda não tem, e quando estamos doentes vamos pra Rorainópolis a procura de médico para ser atendido.
E II	A residência é de madeira tem piso de cimento na casa possui água de poço na qual tem uma bomba que joga água na caixa e da caixa distribuí para toda a casa, tem energia elétrica tem sinal de internet da colina, parabólica e televisão, não é atendido por transporte público, possui um pequeno veículo para se locomover até a cidade, O assentamento quanto ao posto de saúde, não tem mais tem um atendimento numa casa pra caso de exame de malária, já tá tendo aqui mesmo na vicinal 43 tem uma menina que fez o curso pra atender na coleta dos exames para saber se tem malária, mas o posto pra atender com médico nos ainda não tem.
E III	A residência é de madeira tem piso de cimento na casa possui água de poço na qual tem uma bomba que joga água na caixa e da caixa distribuí para toda a casa, tem energia elétrica tem sinal de internet, parabólica e televisão, não é atendido por transporte público, possui uma moto e um carrinho para se locomover até a cidade, no verão os alunos são atendidos com transporte escolar que pega os nossos filhos e leva até Rorainópolis para estudar. No assentamento tem uma casa que funciona como um pequeno postinho de saúde, tem um atendimento numa casa pra caso de exame de malária, tem uma menina que fez o curso pra atender na coleta dos exames para saber se tem malária, mas o posto pra atender com médico nos ainda não tem.
E IV	A residência é de madeira tem piso de cimento na casa possui água de poço na qual tem uma bomba que joga água na caixa e da caixa distribuí para toda a casa, tem energia elétrica, ainda não tem sinal de internet, mas nos próximos meses vou colocar parabólica e televisão, não é atendido por transporte público, possui uma moto e um carrinho para se locomover até a cidade. Aqui no assentamento tem uma casa que funciona como um pequeno postinho de saúde, onde se faz exame de malária pois tem tempo que ela ataca que muitas pessoas iam para Rorainópolis fazer o exame, mas agora tem uma pessoa paga pela prefeitura para colher a lâmina aqui e levar para análise em Rorainópolis.
Como você considera o acesso ao seu lote aqui no assentamento?	
E I	Essas épocas na qual estamos não tá muito legal por causa das condições das estradas, que visita aqui, quem anda aqui sabe que as coisas não estão boas, muito buraco e fica difícil pra tirar a produção principalmente no inverno e ...tá ... a gente pode considerar de difícil acesso, pois na época de inverno já aconteceu de muitos moradores perder a produção. Por exemplo, na época do milho que é uma época muito chuvosa o produtor queria colher ele verde pra vender mais não teve como colher, pois não tinha como tirar a produção, passou o período e o milho secou devido essa situação
E II	Tá difícil essas épocas principalmente a época de inverno, fica muito difícil porque aqui o que o poder público fez mesmo aqui foi quando fizeram as estradas pra entregar os lotes, feito de dez anos atrás foi feito e bem feito, era muito bem feito aqui, que você andava a cem cento e pouco as estradas muito boas as pontes era muito boa, mais aí teve o período madeireiro e tal e acabou a estrada e de lá pra cá o poder público mesmo não investiu mais. Tem aquele tapa buraco aqui acolá quando está muito crítico vem faz um é tapa buraco aqui mas resolver mesmo faz muito tempo, fica praticamente intrafegável no período de inverno, esse ano mesmo no inverno chegou dias que a gente não podia nem sair daqui, aliás não é só esse ano, o ano passado também tem uns três anos que começou ficar crítico mesmo o tráfego daqui pra Rorainópolis, sempre tem sido muito difícil, esse ano nessa época já está melhor um pouco tão conseguindo até sair de carro mais teve muito difícil.
E III	Péssimo, muito ruim, principalmente no período de inverno, agora mesmo ficamos isolado durante 60 dias sem sair daqui da vicinal, só saía de moto de carro não saía ninguém, fazia até medo adoecer e não poder sair daqui do lote, o carro nosso tem uns 15 dias que conseguimos tirar ele pra fora pra cidade, devido a estrada que era cheia de buraco, lama desta forma dificultando a saída das pessoas que residem aqui no assentamento e isso é muito difícil, por isso que meu esposo quis vender o lote e eu concordei porque a situação estava muito difícil.
E IV	Ultimamente a estrada tá péssimo, tá muito ruim ... na verdade, depois que abriram isso aqui nunca deram uma manutenção, há mais de dez anos doze anos que abriram nunca vieram aqui ... deram assim uma certa manutenção, depois que fizeram vem se acabando, toda vida desse jeito, e nesse inverno rigoroso ficou desse jeito, como você pode observar.

Para melhor compreensão dos resultados, o pesquisador faz uma análise das entrevistas por questão, mostrando os seguintes posicionamentos.

- É proprietário do lote aqui no assentamento?

Quanto a serem proprietários do lote aqui no assentamento, a pesquisa mostra que todos os entrevistados são donos da propriedade, mas o excesso de burocracia e a falta de informação são os fatores que dificultam a regularização do lote, conforme relatado pelos entrevistados. Cabe observar que a complexa situação fundiária do estado de Roraima contribui para a demora no processo de regularização dos lotes. Esse procedimento requer a atuação do INCRA frente ao processo de licenciamento ambiental do assentamento, atualização do cadastro dos beneficiários da Reforma Agrária, georreferenciamento da área e, por fim, a emissão do Título Definitivo (INCRA, 2020).

A questão fundiária do PA Sucuriçu não difere da realidade encontrada em todo o estado de Roraima, onde existe uma indefinição sobre os rumos que esta política de distribuição de terras poderá tomar. Mesmo sendo uma área do INCRA, e, portanto, de domínio federal, o Sucuriçu está vinculado aos problemas que ocorrem na atualidade no estado, tais como a transferência de terras da União para o estado, a Lei das Terras Estadual, ao Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) e à pouca efetividade do INCRA nas diretrizes de consolidação e emancipação dos assentamentos rurais (CAMPOS, 2012; INCRA, 2020).

Deste modo, a regularização do lote, através do Título Definitivo, é um fator crítico da estrutura fundiária do PA Sucuriçu, considerando que, sem esse documento, o assentado permanece subjugado ao órgão executor da política de Reforma Agrária, mesmo já tendo percorrido um extenso caminho até entrar no programa de Reforma Agrária (INCRA, 2020).

Os beneficiários da Reforma Agrária são selecionados a partir de um perfil estabelecido na Instrução Normativa 45/2008 do INCRA, que fixa os procedimentos para legitimação de posse em áreas de até 100 hectares localizadas em terras públicas rurais da União (INCRA, 2008).

Após essa seleção, o assentado passa a ter acesso aos programas e projetos da Reforma Agrária, elencados anteriormente, e percorre um longo caminho em busca do título da propriedade, um dos mais almejados documentos para sua emancipação, e para, posteriormente ter acesso a empréstimo nos bancos públicos para investir na propriedade (CORDEIRO, 2011).

Conforme Peirano (2009), precisa-se de documentos que atestem quem somos no mundo moderno, não sendo suficiente afirmar-se que somos. Isso é válido também para a relação com a terra; neste caso, a família não consegue simplesmente assegurar que possui uma relação de propriedade perante o Estado e seus organismos de financiamento rural.

Sem a documentação comprobatória, o título da terra é impossível para os assentados fazerem qualquer negócio em órgão público, pois precisam comprovar que são os verdadeiros proprietários do imóvel rural (INCRA, 2020).

O título de domínio definitivo da terra em assentamentos rurais, segundo Cordeiro (2011), é um importante documento que atesta a posse da terra da Reforma Agrária ocupada por uma família assentada e, posteriormente, quando quitadas as parcelas da terra, e registrado o documento em cartório, certifica a propriedade do lote.

Assim, compreende-se o título de domínio definitivo como uma certidão efetiva para comprovação do vínculo de uma determinada família com a terra, para efeitos de catalogação estatal; mas, como políticas públicas, são insuficientes para atender à grande demanda das famílias que há anos estão assentadas, mas não têm a posse do título definitivo (CORDEIRO, 2011).

O caminho para chegar até o título definitivo da terra é longo e cheio de obstáculos, seja a distância geográfica entre os assentados e o órgão executor (INCRA), seja pela demora na emissão dos documentos fatores que inviabilizar a busca por esse importante documento de posse (INCRA, 2020).

A Instrução Normativa 30/2006 (INCRA, 2006) indica os procedimentos administrativos para transferência de domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em projetos de assentamento de Reforma Agrária em terras públicas de domínio do INCRA ou da união.

Em primeiro lugar, a família assentada recebe um Contrato de Concessão de Uso (CCU) da terra ocupada, quando da homologação dos beneficiários do projeto de Reforma Agrária em questão. Esse contrato é firmado por um prazo de cinco anos, prorrogado por igual período (INCRA, 2020).

O Título de Domínio (TD) só será transferido à família assentada, quando transcorridos pelo menos cinco anos após a vigência do CCU, se as parcelas de terra já estiverem demarcadas e georreferenciadas com a confecção de uma planta, um memorial e a área do projeto estiver sob o nome do INCRA (CORDEIRO, 2011).

- Que atividade exercia antes de chegar ao assentamento?

Com relação às atividades desenvolvidas pelos assentados antes de se estabelecerem no assentamento Sucuriçu, estas variam entre trabalhadores rurais e na construção civil, mas devido às dificuldades enfrentadas, decidiram procurar o INCRA pra fazerem cadastro e posteriormente tentar obter um pedaço de terra, e foi isso que aconteceu.

- Qual a infraestrutura das residências e do assentamento?

Conforme as entrevistas, o tipo de moradia do agricultor no projeto de assentamento é predominantemente de madeira. No Projeto de Assentamento Sucuriçu o acesso à eletrificação rural está presente em todas as casas pesquisadas, mas pude perceber que os lotes que não têm energia são os lotes que não têm morador, mas, em todas as vicinais, passa a rede de energia, sendo acessível, portanto, a todos os que desejam ter energia na sua propriedade.

O abastecimento de água das moradias dos agricultores é fornecido em todas as casas por poços, na qual tem uma bomba que leva água até a caixa e depois é distribuída na casa.

Quanto ao esgoto, a água que sai da pia da cozinha é despejada diretamente no quintal. Já quanto à água do vaso sanitário, junto com os dejetos, vai para a fossa, o que foi constatado em todas as casas pesquisadas.

Com relação ao telefone, todas as casas possuem telefone com internet, televisão e parabólica, ou seja, há uma boa infraestrutura e um aparato tecnológico que muitas casas da cidade não possuem.

Já quanto ao transporte público, apenas os estudantes são atendidos por transporte escolar que apanha os alunos nas residências e traz até a cidade de Rorainópolis para estudar na rede estadual, se for aluno do ensino médio.

E os alunos do ensino fundamental são atendidos pela rede municipal, tendo em vista não ter escola no assentamento. Estes estudantes contam com transporte escolar duas vezes ao dia.

O principal meio de transporte utilizado individualmente pelos assentados é a motocicleta. A produção agrícola é transportada para Rorainópolis e, daí, para outros centros consumidores.

Sobre o saneamento, o atendimento é o mínimo possível, pois não existe uma política pública que contemple essa situação no assentamento.

Segundo informações dos moradores, no assentamento tem uma casa que funciona como um pequeno posto de saúde, havendo atendimento somente para o caso de exame de malária. Há uma jovem que fez o curso para a coleta dos exames que fazem o diagnóstico de malária. Porém, a comunidade ainda não conta com um posto de saúde, nem com acesso a médico.

A trafegabilidade das estradas vicinais no Sucuriçu e o acesso aos lotes são considerados precários. Os entrevistados relatam assim dificuldades no acesso aos lotes com estradas vicinais que apresentam uma difícil trafegabilidade, implicando em precárias condições para o escoamento da produção, principalmente no período chuvoso, como pode ser observado nas imagens (Figura 16):

Figura 16 - Infraestrutura das estradas vicinais no assentamento Sucuriçu



Fonte: Fotografias de arquivo pessoal (2021).

- Como você considera o acesso ao seu lote aqui no assentamento?

Com relação a como os assentados consideram o acesso ao seu lote no assentamento, a pesquisa mostra que a trafegabilidade das estradas vicinais no Sucuriçu e o acesso aos lotes são considerados precários pelos assentados, que relatam dificuldades no acesso aos terrenos, com estradas vicinais que apresentam uma difícil trafegabilidade, implicando em precárias condições para o escoamento da produção, principalmente no período chuvoso. Segundo relato dos moradores, esse inverno de 2021 foi o mais difícil, pois ficaram isolados durante 60 dias, em que não entrava carro, apenas motos passavam, com muita dificuldade, pelos atoleiros da vicinal (Figura 17):

Figura 17 - Infraestrutura das estradas vicinais no assentamento Sucuriju



Fonte: Fotografias de arquivo pessoal (2020).

Quadro 4 - Produção dos Lotes

Quais aves/animais você cria na sua propriedade?	
E I	Hoje criamos galinha um pouquinho de gado, um leitão temos sempre um no chiqueiro para engodar e depois comer junto com a família, é isso que criamos aqui com dificuldade mais dar pra ir passando.
E II	Por enquanto eu to com um pouco de galinha pra consumo e estou começando a criação de gado já.
E III	Criava galinha, mais como vendemos o lote para ir embora vendemos as galinhas todas. Mas aí pra dentro já tem muitas pessoas com dinheiro que estão criando gado, tá vindo gente de fora com dinheiro e comprando muito lote para poder criar gado.
E IV	Por enquanto estou criando apenas galinha pra consumo e colher uns ovos de vezem quando, mais só isso mesmo.
Há cultivo de algum produto aqui na sua propriedade?	
E I	Aqui a gente tem plantado mais produtos que tem a ver com a agricultura familiar, mas a gente usa plantar quando faz a roça planta de tudo, planta o feijão, a macaxeira, planta a abóbora, planta o milho, o arroz, a banana esse tipo de cultivo agente sempre tem aqui no lote
E II	Desde do ano retrasado eu comecei a plantar um pouco de banana, esse ano eu pretendo aumentar mais um pouco, mas até a produção daqui da nossa região, ela está entre a laranja, banana, mandioca e também agora o gado, já tem bastante gado na nossa região, tem também um projeto novo que era entrando agora que ainda não estou participando, mas tem muito produtor animado, muito animado mesmo, pois tem um pessoal novo que chego aqui com essa ideia colocando e a gente tá animado
E III	Nós temos um plantio de banana, mexendo com banana, laranja, coco, manga, jambo, macaxeira. Mas tem outras pessoas aí pra dentro que planta muita coisa sai carrada de produção de limão, laranja e banana esses são os fortes na produção aqui no assentamento
E IV	Já quanto ao cultivo eu tenho aqui, laranja, banana, limão, abacaxi tem mais é pouco, mas tem, um pouco de macaxeira, goiaba caju manga, acerola, cupuaçu, graviola todas essas frutas eu tenho aqui, mas muitas delas é pra consumo de casa, já a laranja e a banana são mais para a comercialização.
A produção é utilizada para consumo ou comercialização?	
E I	O consumo e o que sobra agente vende para o atravessador que vem aqui comprar os produtos para levar pra outro local e vender pra lá.
E II	A produção aqui na minha propriedade é utilizada pra consumo da família e os restantes nós vendemos para poder entrar um dinheirinho.

E III	Os produtos que plantamos é pra vender, se der pra sair no inverno, pois como falei antes a estrada fica intrafegável que não entra nem sai ninguém desta forma não aparece comprador aqui na vicinal porque não entra carro.
E IV	Agora eu estou comercializando, pois os compradores vêm aqui na porta comprar o que tiver, agora no momento eu tenho banana, laranja e limão que comercializo com os compradores que vêm a procura dos produtos
Que tipo de produtos o senhor comercializa?	
E I	Olha geralmente a banana que é plantada em uma quantidade maior para poder ser vendida, pois tem pessoas quem vem comprar aqui e o que geralmente eles compram mais é banana eu decidi investir para poder ter um dinheirinho a mais.
E II	Banana que eu quero fazer pra ter uma renda mais e o que eu tenho também laranja já tem um tempo que eu estou aqui com um pouco de laranja que me dar uma rendazinha também, a dificuldade maior pra produtor é por causa da estrada, pois se tivesse uma estrada boa aqui tivesse um acesso bom a gente não tinha dificuldade por que o comprador ele entra aqui é chegando um entrando outro e a época que a estrada tá boa a gente não tem dificuldade pra vender os produtos produzidos no lote, aliás é muito bom mesmo pra vender, o que produz vende tudo, tudo, tudo.
E III	Os produtos são os mais diversos possível mais principalmente banana, laranja e limão estes são os produtos mais comercializados aqui no assentamento nós plantamos muitos estes produtos.
E IV	Aqui é o seguinte tudo que se planta vende, pois vêm pessoas de fora pra comprar aqui, então o que precisa é plantar. Eu aqui já planto banana que o que eles mais procuram e laranja também, eles procuram por limão.
O produto comercializado segue para qual destino?	
E I	Geralmente essa produção de banana que tenho aqui e não só eu mais também alguns moradores aqui na vicinal vem o atravessador compra toda a produção e leva pra Manaus, pois como é um mercado que consome muita banana toda a produção nossa eles compram e levam pra lá.
E II	Hoje praticamente é Manaus que domina a região aqui já tem o atravessador que fica na região aqui, mas o acesso maior é pra Manaus e Boa Vista pra nós aqui eu posso até dizer que somos um povo que tem um certo privilégio de morar entre duas capitais aqui se você produzir você vende aqui não tem dizer que você produz e fica o que você produz sem vender aqui é muito bom pra vender a nossa produção, o mercado que consome a maior parte dos nossos produtos é Manaus, principalmente a banana, eu não posso investir muito mais que investir está ganhando dinheiro com banana.
E III	Os produtos que são plantados aqui pelos agricultores vêm atravessadores e compram pra levar pra Manaus.
E IV	A maioria dos compradores que entram aqui levam para Manaus, e pra Boa Vista, Rorainópolis é muito pouco, não consegue absorver a demanda que temos, às vezes eu levo para feira em Rorainópolis, mas como já tem muitos produtos eles às vezes nem querem comprar os produtos.
Qual o destino do lucro obtido com a comercialização dos produtos?	
E I	O lucro com as vendas agente procura investir no lote, o dinheiro que sobra depois que fazemos o rancho agente compra um arame, uma outra coisa assim pra investir no lote, pois é daqui do lote que tiramos nosso sustento.
E II	Todo o lucro que temos com a venda dos produtos é investido no lote mesmo, hoje o que eu tenho tirado tenho rejeitando de volta no lote, to investindo fazendo cerca to melhorando mais os pastos agente procura revestir porque é um patrimônio que a gente não tem pra venda então a gente tá procurando o que a gente pega já investe de volta aqui.
E III	Tem um comprador que leva pra Manaus às vezes leva pra Boa Vista, mais a maior perto é levada pra Manaus, o comprador vem na porta comprar os produtos, eles compram a banana no quilo a 2 reais, quando compra no cacho sai a 10 reais o cacho, isso depende do tipo de banana, aqui mais o cultivo e da banana pacovam, aquela de fritar.
E IV	Todo o lucro com as vendas é investido aqui no lote, na compra de algum adubo para colocar nas plantas e desta forma vou abrindo, aumentando a plantação, hoje eu tenho em média de 900 pés de laranja e 250 pés de limão aqui na propriedade, como a laranja é nova ainda não está toda produzindo eu tiro em média de 5000 kg a 6000 kg de laranja por ano, pode até tirar mais ela sempre dá tiro e levo pra Rorainópolis às vezes por enquanto mas quando tiver tudo dando aí vai dar bastante aí vai dar pra tirar ai uns 30 mil quilos por anos, o preço da laranja hoje está em média está entre 1 real um real e dez até um e quinze tenho vendido o

	quilo aqui na porta, mas nesse período tá difícil eles não estão entrando, mas quando tem mesmo e está boa eles entra e compra tudo e leva para Manaus a maior parte e a outra parte vai para Boa Vista.
Há alguma política pública voltada para os assentados do Sucuriçu em Rorainópolis?	
E I	Por enquanto o que temos é só promessa, nada, não tem cumprido muita coisa não, olha eu sobre isso aí eu... eu... depois de muito tempo já... já tem mais de 11 anos que a gente tá por aqui que fomos assentado, vai fazer 12 parece, é tem dois anos que eu recebi aquele ... crédito habitacional que é cinco mil e duzentos reais, mais depois de muito tempo eu recebi esse crédito do INCRA, aqui foram poucos que receberam dinheiro tem, pois eles alegam das pessoas que pegaram terra passaram pra outro e... aí é outro processo eu mesmo nunca corri atrás de nada, de nada né e como eu fui uma das pessoas que fui assentado e nunca vendi terra sempre estive por aqui, foram eles que correram atrás de mim pra me fazer o processo e receber esse benefício.
E II	Nada de política pública de nenhuma esfera de governo seja ele federal estadual ou municipal, nunca tivemos assistência em nada do poder público, o que a gente poderia ter uma assistência e quem colocou agente no assentamento é o INCRA poderia ter nos dado assistência de alguma forma, mais nunca foi nos dado assistência de nada aqui, o que a gente procura fazer hoje até documentação, até documentação hoje a gente tem que contratar um escritório particular para você entrar com a documentação, por exemplo, eu e outros mais aí que estamos fazendo financiamento hoje a gente tem que ir é nessa área aí do escritório particular a gente vai ter um certo gasto pra poder agente ter a documentação tudo regularizada pra poder fazer um financiamento, mas o poder público não assiste em nada, o INCRA. O que a gente está precisando mesmo de concreto é que o poder público venha e nos der assistência pra produzir uma banana a gente faz por conta, mas tem um certo tipo de cultura que precisa ter um conhecimento a mais para poder produzir.
E III	Nunca tivemos nenhuma política pública para poder nos atender aqui, aqui o que eu recebo é o bolsa-família, mas política pública voltada ao homem do campo nunca tivemos, nenhuma, só temos coragem pra trabalhar e a fé em Deus ...rs, rs ... porque esse negócio de políticas públicas nunca. Há ...se tivesse mais incentivos aí era outra coisa aí poderia que nem nós mesmos, ele tinha um plano de fazer uns açudes pra criar peixe, mais aí só a hora de trator que tem é muito caríssimo as horas de trator que eles cobram né ... aí fica meio difícil pra gente trabalhar só tendo bastante dinheiro pra isso, ou então alguma ajuda ... não tem.
E IV	Rapaz aqui não, nunca tive incentivo de nada aqui no assentamento, nem assim uma assistência técnica que a gente precisa aqui no assentamento nunca aparece ninguém aqui pra dar uma orientação, agora mesmo estou precisando pra me orientar na adubação, borrifação pode ver que tá toda feia aí a folhagem precisando ... A laranja dando laranja deformada, não sei se é falta de adubo alguma coisa que tá faltando, não tem assistência, já conversei com o Alex ele disse que ia mandar alguém aqui ele disse que ia mandar um técnico aqui pra me dar um acompanhamento, mas até aqui nada, fica difícil produzir assim a gente perde muito, porque se você trata bem é outra história, um laranjal desse bem adubado, borrifado jogado aí ... óleo mineral, outros produtos aí pra limpar as folhas. Tem um insumo de borrifar na floração pra ela segurar bastante, nem isso aqui eu tenho, se eu tivesse tudo isso aí carregava e segurava, agora esse ano carregou bastante, mas pra dezembro não vai ter a safra, mas também o inverno muito rigoroso não teve verão e isso contribuiu, ela precisa de verão pra ela florir, ela pra ela ter florado no verão aí ela flora renova e carrega aí é a hora de borrifar pra segurar bem. No assentamento o que mais se produz aqui ultimamente é banana, laranja, limão e macaxeira também, esses são o forte da produção aqui do assentamento, tá começando uma criação de gado, muita gente chegando e investindo na criação de gado, mais tarde quero trabalhar com cultura irrigada pois não tenho como derrubar mais. Vou trabalhar com banana e laranja, hoje tá 28 reais o cacho de banana aqui na porta, agora tá bom é tanto tem como eles compram o comprador vai passar aqui hoje comprando.
Já foi beneficiado por algum tipo de política pública?	
E I	Não, do INCRA não, tem algumas pessoas que fez projeto pra comprar gado, mas fez particular, contratou empresa e fez recebeu o dinheiro comprou gado, mas com relação à política pública do governo até agora nada, quem quiser tem que correr atrás se quiser pegar em dinheiro pra investir no lote.
E II	Não nunca tivemos nada disso.
E III	Não, nunca.
E IV	Até o momento nenhum tipo de política pública chegou aqui, pois o que temos visto é o desprezo das autoridades que nos deveria prestar uma assistência com políticas públicas pra

<p>nos desenvolver aqui no assentamento, por isso que muitos moradores já venderam os lotes porque não tem nenhuma assistência por parte do poder público.</p>
--

Para melhor compreensão dos resultados, o pesquisador faz uma análise das entrevistas por questão, mostrando os seguintes posicionamentos.

- Que aves/animais você cria na sua propriedade?

Já em relação à criação de animais, nas propriedades pesquisadas, os proprietários criam gado, porco, galinha e outros animais de pequeno porte. Identificou-se, durante o estudo, que os lotes têm uma grande área desmatada e muito pasto, com uma ocupação de vários lotes por um único proprietário para formação de fazendas, isso foi constatado principalmente na vicinal 44, grandes áreas de fazendas.

- Há cultivo de algum produto aqui na sua propriedade?

Quando questionado sobre o cultivo de algum produto em sua propriedade, durante a pesquisa foi possível identificar grandes áreas de cultivo de banana e laranja, pois são culturas que têm grande procura na região e que são vendidas principalmente para o estado do Amazonas. Mas também foi identificada a implantação de um projeto para o cultivo de chagal, trazido por pessoas que estão chegando do estado de Rondônia e comprando grandes áreas de terra na região (Figura 18).

Figura 18 - Plantações vicinais no assentamento Sucuriçu



Fonte: Fotografias de arquivo pessoal (2020).

- A produção é utilizada para consumo ou comercialização?

No que se refere a como a produção é utilizada para consumo ou comercialização, a pesquisa mostra que o consumo e o excedente são comercializados, pois foi comprovado durante a pesquisa que vêm compradores (atravessadores) de Manaus para comprar os produtos dos agricultores, e que esses negociantes procuram principalmente por banana e laranja, sendo este o carro-chefe da produção do assentamento.

- Que tipo de produtos o senhor comercializa?

Quando indagados sobre que tipo de produtos comercializados, o estudo registra que os produtos comercializados pelos moradores do assentamento são banana e laranja, mas, nas visitas feitas, percebe-se que já há uma grande quantidade de gado sendo criado na região, com um grande potencial de crescimento.

- O produto comercializado segue para qual destino?

Com relação ao destino dos produtos, de acordo com os entrevistados, o principal destino dos produtos cultivados no assentamento é Manaus, capital do Amazonas.

- Qual o destino do lucro obtido com a comercialização dos produtos?

Quanto ao destino do lucro obtido com a comercialização dos produtos, a pesquisa menciona que a renda familiar é importante indicador para a consolidação de um assentamento. Sendo assim, no que diz respeito à renda dos assentados do Sucuriju, esses valores referem-se ao lucro com a comercialização da produção agrícola, sempre declarado como insatisfatório, mas, mesmo assim, o pouco que eles lucram, conforme informado pelos entrevistados, é investido em melhorias na propriedade.

- Há alguma política pública voltada para os assentados do Sucuriju em Rorainópolis?

Quando questionados sobre a existência de política pública voltada para os assentados do Sucuriju, em Rorainópolis, a pesquisa ressalta que a política educacional voltada para o assentamento está vinculada ao sistema formal de ensino, havendo ainda um

longo caminho a ser percorrido para que os agricultores do PA Sucuriçu assegurem uma educação que promova a autonomia dos agricultores e suas famílias.

Algumas famílias mantêm residências em Rorainópolis para possibilitar aos seus filhos ensino de melhor qualidade.

Quanto ao direito à saúde, este é assegurado a todos os cidadãos brasileiros, mas, no meio rural, os fatores de risco são agravados pelas condições de vida e trabalho, sendo as mulheres, os idosos e as crianças mais suscetíveis ao adoecimento.

O atendimento básico de saúde dos moradores do assentamento Sucuriçu é realizado através de agentes de saúde que esporadicamente fazem visitas aos assentados, para colherem informações sobre o estado de saúde dos lavradores, sendo que aqueles que estão doentes são encaminhados ao posto de saúde mais próximo, que fica localizado na cidade de Rorainópolis.

- Já foi beneficiado por algum tipo de política pública?

Quanto a ser beneficiado por alguma política pública, a pesquisa mostra que as políticas públicas voltadas para o campo são fundamentais para a permanência dos assentados na terra, e necessárias para garantir o fortalecimento dos assentamentos rurais, através de atendimento às demandas da sociedade civil por entidades governamentais das esferas federal, estadual e municipal.

Outros importantes programas da política de Reforma Agrária podem ser implementados no PA Sucuriçu, mas não são acessados pelos assentados, que declaram o desconhecimento das regras de acesso ou não têm um nível de organização satisfatório, como lideranças ou associação, que traga esses programas para a comunidade.

Destes programas, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Arca das Letras e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Outro programa é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que se dá de acordo com o perfil do assentado. Pelo fato de as famílias recém-assentadas não disporem de nenhuma renda inicial, trata-se do investimento para a estruturação inicial do lote, tendo como prazo de pagamento dez anos.

Há também programa para os assentados rurais desenvolverem a sua lavoura, que corresponde ao primeiro crédito de custeio dos agricultores, com prazo de até dois anos de pagamento, mas nenhum dos entrevistados foi contemplado até o momento com esse benefício.

No Sucuriju, os assentados não são atendidos por esse programa tecem críticas à burocracia e a falta de orientação pelos órgãos de assistência técnica do INCRA.

Como resultado, percebeu-se que as políticas públicas rurais no estado de Roraima e, particularmente no assentamento Sucuriju, ainda estão longe de atingir os resultados esperados por todos.

Sendo assim, a ausência de políticas públicas redistributivas ou até mesmo a dificuldade no acesso a estas são uma forma de impedir a conquista dos direitos dessas pessoas enquanto cidadãos, ou vinculá-los a práticas eleitoreiras, provocando o enfraquecimento da organização social dos assentados do Sucuriju.

Mesmo assim, a maioria dos assentados sobrevive do próprio lote, conforme observado durante o trabalho de campo. Prevalece, todavia, a visão de uma realidade que apresenta uma série de dificuldades, como precariedade na assistência técnica, regularização fundiária, crédito rural, entre outras, e cabe ao Estado uma análise criteriosa e dinâmica das políticas públicas, avaliando seu desempenho de forma articulada e respondendo pelo fortalecimento e valorização de políticas que trarão reais melhorias para qualidade de vida dos assentados da Reforma Agrária, particularmente, do projeto de assentamento Sucuriju.

Conforme os entrevistados, tudo aconteceu de forma espontânea quando ele percebeu seu nome estava na lista dos possíveis assentados da Reforma Agrária para receber um lote no assentamento Sucuriju. Ele veio para o assentamento nesse dia com os demais colegas para tomar posse do lote e, só mais tarde, depois de um tempo indo para o lote sozinho, decidiu fazer um barraco ali e mudar com a família, e até hoje residindo no mesmo lote onde foi assentado. O entrevistado informa ainda que é muito difícil morar no lote devido às más condições das estradas, principalmente no inverno, dificultando a escoação dos produtos que eles plantam. Por essas razões, muitos dos moradores, conforme o entrevistado, já venderam os lotes e foram morar na cidade de Rorainópolis.

Um dos entrevistados do assentamento Sucuriju têm uma residência na cidade que serve como apoio, pois sua esposa passa a semana na cidade e só finais de semana vai para o lote, o mesmo disse que poderia ter uma renda bem maior, mas, devido à falta de incentivo e de políticas públicas, não pode fazer muita coisa no lote (DANTAS, 2015), o agricultor falou que no último ano tem entrado muitas pessoas de outros lugares para comprar terra,

Bem que o meu pai dizia “que os verdadeiros donos dos lotes ainda iriam chegar” hoje vejo isso acontecer, pois meu pai falou a bastante tempo e só agora percebo isso.

O entrevistado foi pontual em suas narrativas, demonstrou desejo de investir na sua propriedade, de continuar morando no lote e relatou que mais tarde pretende construir uma

casa melhor para oferecer um melhor conforto a sua família e poder receber melhor as pessoas.

Observa-se durante a entrevista que a entrevistada encontra-se descontente no assentamento devido à falta de políticas públicas que possam lhe atender (CAMPOS, 2012) e desta forma, juntamente com esposo e filhos, decidiram vender a única propriedade que tinham aqui no município para irem embora para outro estado, à procura de melhores condições de vida para a família, pois, segundo a entrevistada, depois de passarem mais de 60 dias isolados na vicinal, correndo o risco de adoecer e não ter como vir pra cidade à procura de médico, à situação deixou seu esposo muito triste e, por este e outros motivos mencionados anteriormente, decidiram ir embora, ou seja, voltar ao Maranhão, onde o esposo tem seus familiares, e ali tentar reconstruir uma nova vida.

Percebe-se que o entrevistado faz um grande esforço para poder produzir. O agricultor planta de tudo no seu lote, mas, no período de inverno, perde a produção por falta de estrada em que se trafegue, porém, mesmo assim ele continua com esperança de dias melhores, já está pensando em investir em irrigação para poder produzir durante o ano todo, mas, como abordou, ele fica impossibilitado de fazer isso devido à falta de assistência técnica que não recebe por parte do poder público (DANTAS, 2015). Como ele relatou, suas condições são precárias e tudo que faz investe no lote; no entanto, apesar de tudo isso, ele continua otimista em dias melhores, nos quais ele poderá tirar uma boa produção, principalmente de laranja e banana que é o forte no terreno dele.

Para Altafin (2005), a produção familiar é orientada para a satisfação do bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família. Mesmo quando ocorre a necessidade de contratar mão de obra, ela ocorre de forma a complementar a força de trabalho da família. Sob esta ótica, Denardi (2001) concebe que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo, e uma unidade de produção e reprodução social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a dinâmica socioespacial e econômica do projeto de assentamento Sucuriçu e seu impacto agrário no município de Rorainópolis-RR.

Neste contexto, a pesquisa partiu da seguinte hipótese inicial: economicamente, o assentamento Sucuriçu não depende totalmente de Rorainópolis-RR, visto que seus moradores podem fazer a comercialização dos produtos com outros centros comerciais como, por exemplo, Boa Vista ou até mesmo com a capital do Amazonas, Manaus.

Dessa forma, a hipótese foi confirmada, pois o assentamento Sucuriçu não depende do mercado consumidor interno de Rorainópolis, tendo em vista que a maior parte da produção do assentamento é vendida para Manaus, por apresentar um mercado consumidor de grande demanda em virtude de ser a metrópole regional do norte do Brasil.

A pesquisa mostrou, nas literaturas abordadas e nas narrativas dos entrevistados, que o assentamento se desenvolveu perfeitamente sem a dependência econômica de Rorainópolis. Entretanto, o assentamento necessita de políticas públicas para subsidiar sua produção, trazendo mais divisas ao município.

Considera-se que esta dissertação foi desenvolvida sob a ótica da pesquisa descritiva, fundamentada na coleta de dados primários e secundários, a qual teve o objetivo de levantar dados confiáveis a partir dos relatos dos agricultores do assentamento.

A categoria de análise foi o espaço, sobre o qual os principais princípios teóricos abordados fundamentaram-se nas concepções de Santos (1988; 1990; 2012) e Corrêa (2011; 2012), entre outros.

Quanto à pesquisa de campo, ressalta-se que foram desenvolvidas nas vicinais 41, 42, 43 e 44 no assentamento Sucuriçu, no município de Rorainópolis, junto aos moradores mais antigos. Para isso, as ferramentas utilizadas foram as observações *in loco*, a pesquisa bibliográfica, análise de documentos, registros fotográficos, aplicação de entrevistas com 4 (quatro) moradores do assentamento, sendo escolhidos os mais antigos residentes do assentamento.

A pesquisa de campo foi realizada em 2020, com algumas visitas *in loco* ao local da pesquisa, mas as entrevistas foram feitas no ano de 2021, pois o período chuvoso e as medidas de contenção sanitária de combate à COVID-19 dificultaram a coleta de dados por parte do entrevistador. Nesse sentido, cabe ressaltar a dificuldade ocasionada pela pandemia da

COVID-19, pois, em respeito às medidas de distanciamento social, as entrevistas levaram um período maior para serem realizadas.

Com relação às recomendações para as pesquisas futuras, menciona-se a necessidade de seguir o cronograma da pesquisa, considerando os passos tomados neste estudo, e que possibilitaram sua realização no período programado.

Como resultados e considerações apresentadas, a pesquisa ressalta alguns pontos: percebe-se que as políticas públicas que possam atender ao homem do campo passam longe de acontecer, pois o INCRA apenas assentou os agricultores, mas não lhes ofereceu assistência, como disse um dos entrevistados “quem poderia dar assistência para nós aqui era quem nos assentou”, mas isso não acontece por nenhuma das esferas de governo, seja, Federal, estadual ou até mesmo Municipal; os assentados vivem abandonados pelo poder público, mas, mesmo assim, há aqueles que resistem ao capital financeiro e estão morando nos seus lotes e produzindo, ainda que com dificuldade.

Diante dos resultados apresentados, a pesquisa demonstrou que se perdeu o objetivo maior do assentamento, que era a agricultura familiar, pois o que se nota atualmente são grandes áreas desmatadas para a criação de gado. Constatou-se também a presença de pequenas fazendas constituídas de 500 hectares na área do assentamento Sucuriçu, eliminando, desta forma, o caráter inicial do projeto, que seria o de produzir alimentos vindos da agricultura familiar.

Nesse sentido, essa dissertação não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas lançar nova luz em torno da temática. Assim, acredita-se que este estudo possa suscitar outros pesquisadores a pensarem outras problematizações, tais como: a política pública para fixação do homem no campo; as condições necessárias para que um assentamento possa se desenvolver; a qualidade de vida dos assentados no Sucuriçu; ou até mesmo qual o verdadeiro papel do poder público na promoção dos desenvolvimentos do assentamento Sucuriçu e outros semelhantes.

Como problemas ambientais rurais notados, cabe citar o desmatamento, mencionado pelos técnicos do INCRA, vinculados ao projeto Lumiar, em relatório de diagnóstico dos Projetos de Assentamento, que apontaram que os assentados, ao chegarem aos lotes que o INCRA lhes havia entregado, brocavam, desmatavam e depois queimavam, para fazerem suas roças em terras sem ao menos serem destocadas, levando a um desmatamento indiscriminado.

Destaca-se que, no assentamento Sucuriçu, a cada ano aumenta o índice de desmatamento, pois os assentados encontram dificuldades para cultivar a terra. Um dos fatores causadores dessa situação é a presença da juquirá, ou mato grosso, de porte baixo, erva

daninha característica das savanas, e que nasce predominantemente em áreas abandonadas. Essa vegetação acaba infestando toda a área, que, desta forma, é aproveitada apenas uma vez ao ano, e no ano seguinte, para refazer o plantio, acontece novamente o ciclo de desmatamento e queima.

Atualmente em virtude de a legislação ambiental em vigor ser bastante rígida, através do Código Florestal e da repressão dos órgãos ambientais no Estado, como IBAMA e FEAR, existe uma conscientização por parte dos assentados no que diz respeito à preservação da área de Reserva Legal da propriedade e dos danos ambientais ocasionados pelo desmatamento de forma descontrolada.

Deste modo, apesar da insuficiência dos serviços e das políticas públicas voltadas para os assentados, estes podem se desenvolver em suas propriedades ou até mesmo solicitar linha de crédito para contratar uma máquina pra fazer a destoca da terra, fato que contribuiu, entre outros fatores, para a ocupação desordenada e predatória da floresta, que, em muitos casos, ultrapassa as áreas de reserva legal.

Cabe ressaltar ainda um problema socioambiental relacionado ao fato de os proprietários de lotes precisarem deixar suas terras e irem para a cidade. Em razão disso, o que se vê também é o abandono/venda de lotes que se constituíram em fazendas, assim como para a expansão do desmatamento e da ocupação irregular nas áreas adjacentes aos projetos.

Por sua vez, a ausência de uma cultura de associativismo por parte dos assentados possibilita irregularidades como o agrupamento de vários lotes por um único proprietário, bem como as dificuldades de comercialização de produtos e insumos para os assentados.

Desta forma, mantém-se uma estrutura fundiária na qual a grande propriedade é priorizada, o que provoca graves consequências sociais, econômicas e políticas que afetam a população das comunidades rurais e acabam de forma definitiva com o objetivo do assentamento de contribuir na produção da agricultura familiar. Neste sentido, os trabalhadores rurais assentados, representando as pequenas propriedades, são colocados em uma posição de menor prestígio, ficando subordinados a uma concorrência desleal e injusta no que concerne às políticas públicas, que deveriam promover o crescimento sustentável.

Com relação às dificuldades e desafios, a pesquisa frisa a precariedade na assistência técnica, demora na regularização fundiária, inexistência de extensão rural, dificuldade na capacitação dos assentados e no acesso ao crédito rural, como alguns dos aspectos negativos apontados pelos agricultores, o que evidencia a forma incipiente do acesso a essas políticas.

Finalmente, é relevante reiterar que no Assentamento Sucuriju, a agricultura e a pecuária praticadas pela maioria dos assentados são de pequena escala, excetuando-se os

assentados e proprietários com maior poder econômico, detentores de vários lotes, que caminham para uma agricultura patronal, em oposição à proposta principal da Política Nacional de Reforma Agrária, que é a agricultura familiar e a distribuição de terras para trabalhadores sem-terra. Desta forma, salienta-se que a matéria é de extrema relevância em qualquer contexto e que, futuramente, pretende-se dar continuidade aos estudos de doutorado discutindo as questões agrárias na Amazônia, visto ser de suma importância o aprofundamento dos estudos nessa temática.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista HEERA**, p. 63-85, 2009.

ALI, V. P.; MENELAU, A. S. Formação de Preços nas Principais Feiras Livres Associadas aos Mercados Públicos de Recife. **Revista Científico**, Fortaleza, v. 14. n. 27. jan-jun. 2014.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: Rede Agrícola, 2005. Disponível em: <<http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/ CONCEITO % 20 DE % 20 AGRICULTURA%20FAM.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BALSADI, O. V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, p. 155-165, 2001.

BARBOSA, R. I. Análise do setor madeireiro do estado de Roraima. **Acta Amazônica**, v. 20, p.1 93-209.1990.

BARBOSA, R. I. Ocupação Humana em Roraima. I. Do Histórico Colonial ao Início do Assentamento Dirigido. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 9., n. 1., p. 123-144, 1993.

BARNI, P. E.; FEARNSIDE, P. M.; GRAÇA, P. M. L. A. Desmatamento no sul do Estado de Roraima: padrões de distribuição em função de Projetos de Assentamento do INCRA e da distância das principais rodovias (BR-174 e BR-210). **Acta Amazônica**, v.42, n. 2, p. 195-204,2012.

BARNI, P. E.; MANZI, A. O.; CONDÉ, T. M.; BARBOSA, R. I.; FEARNSIDE, P. M. Distribuição espacial da biomassa florestal no estado brasileiro de Roraima, norte da Amazônia. **Ecologia e Manejo Florestal**, v. 377, 2016, p. 170-181.

BARROS, J. D.' A. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia História**, v. 22., p. 460-475, 2006.

BECKER, B. K. **Estratégia do Estado e povoamento na expansão das fronteiras agrícolas em Rondônia: interação e conflito**. Brasília: Editora da UNB, 1990.

BRAGA, R. M. **O espaço geográfico: um esforço de definição**. São Paulo: Editora Geoups, 2007

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971**. Brasília: Câmara, 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1164-1-abril-1971-375317-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 99, de 30 de dezembro de 2019**. Diário Oficial da União. Publicado em: 31/12/2019. Edição: 252. Seção: 1. Página: 52, 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 30 set. 2021.

CAMARGO, J. C. G.; REIS JÚNIOR, D. F. C. A filosofia (neo)positivista e a Geografia Quantitativa. *In*: VITTE, A. C. (Orgs.). **Contribuição à História e à Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

CAMARGO, O. "**Desigualdade social**". Portal Eletrônico Brasil Escola [2021]. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>>. Acesso em: 30 set. 2021.

CAMILO, L. A. P. **A geopolítica brasileira e sua influência para as iniciativas nacionais**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização em Ciências Militares com ênfase em Defesa Nacional). Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2019.

CAMPOS, C. **Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região**. v. 3. Série Cartô Brasil Socioambiental, 2012.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da USP, 2008.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

CAVALCANTE, L. S. **Geografia escola e construção de conhecimento**. Campinas: Editora Papirus, 1998.

CAVALCANTI, A. P. B. Abordagens geográficas no estudo da paisagem. **Breves Contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos**, v. 22., n. 22., 2017.

CHAVES, S. G. M. **Feira Amazondalva: Proposta de requalificação da atual feira do município de Rorainópolis**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação). Boa Vista: UFRR, 2018.

CHRISTOFOLETTI, A. As características da nova geografia. *In*: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Editora Difel, 1985.

COPERTINO, M; PIEDADE, M. T. F; VIEIRA, I. C. G.; BUSTAMANTE, M. **Desmatamento, fogo e clima estão intimamente conectados na Amazônia**. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000400002>>. Acesso em: 30 set. 2021.

CORDEIRO, M. S. S. O recebimento do título definitivo em assentamentos: discursos acerca da propriedade da terra. XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA 26 a 29 de julho de 2011, **Anais [...]**, Curitiba, 2011.

CORRÊA, R. L. Espaço um conceito - chave da geografia. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.: CORREA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2000.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

DANTAS, J. C. **Políticas de Assentamentos Rurais: Análise do Assentamento Quitauaú no Município de Cantá-RR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2015.

DELGADO, G. C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003** - Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul./set., 2001.

DIAS, M. G. S. Fundamentos da ocupação da Amazônia Colonial. **Textos e Debates**, v. 1., n. 5., 2012.

DINIZ, A. M. A.; SANTOS, R. O. O vertiginoso crescimento populacional de Roraima seus impactos socioambientais. **Caderno de Geografia**, v. 15, n. 25, p. 23-44, 2005.

EMMI, M. F. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos italianos. *In*: ARAGÓN, L. E. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: UFPA, NAEA, 2009.

ENTRIKIN, N. O humanismo contemporâneo em geografia. **Boletim de Geografia Teorética**, v. 10., n. 19., p. 5-30, 1990.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**. v. 1, n. 1, p.113-123. 2005.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2014.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs.). **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008.

FERREIRA, B. et al. **Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo-fatores de sucesso ou insucesso**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://repositório.ipea.gov.br/bitstream/11058/7635/1/RPAvalia%C3%A7%C3%A3o_2013.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. **História Oral: desafios para o século XXI**. Editora Fiocruz, 2000.

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2001.

FREITAS, W. A.; MELLO, M. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território. **Sociedade & Natureza**, v. 26., p. 471-482, 2014.

GALDINO, L. K. A. **Roraima: da colonização ao estado**. Boa Vista: Editora da UERR, 2018a.

GALDINO, L. K. A. **Roraima: sociedade, política e meio ambiente**. Boa Vista: Editora da UERR, 2018b.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. **Cadernos Ebape. BR**, v. 8, p. 1-18, 2010.

GONÇALVES, T. M. **A dinâmica do espaço urbano: um estudo sobre o bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra-ES**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

HARTSHORNE, R. **Propósito e natureza da Geografia**. São Paulo: Editora Hucitec/Edusp, 1979.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/rorainopolis/panorama>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Rorainópolis - panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/rorainopolis/panorama>>. Acessado em junho de 2021.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Perguntas Frequentes**. Portal do INCRA [08 ago. 2020]. Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/perguntas-frequentes-acesso-inf.html>>. Acesso em: 10 out. 2021.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **INPE - 2020**. Boa Vista: INPE, 2020. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>. Acesso em: 30 set. 2021.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto PRODES – Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), São José dos Campos. São Paulo: INPE, 2020. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>>. Acesso em: 30 set. 2021.

JACCOUD, L. B. et al. (Orgs.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2009.

LACERDA, E. G. A reforma agrária e produção rural no município de Rorainópolis, Roraima – Brasil. ENANPEGE - XIII, **Anais [...]**. São Paulo, 2019. Disponível em <https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562621847_ARQUIVO_Artigo_Enanpege2019.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

LACERDA, E. G. **Gênese e evolução do urbano em assentamentos rurais na Amazônia: o caso do município de Rorainópolis-RR**. Tese (Doutorado em Tratamento da Informação Espacial). Minas Gerais: PUC Minas, 2017.

LACERDA, E. G.; DINIZ, A. M. Gênese urbana na Amazônia Setentrional: Considerações a partir do município de Rorainópolis-RR. **Acta Geográfica**, v. 14., n. 34., p. 216-241, 2020.

LECIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. Dinâmica temporal do assentamento e os projetos de vida da juventude rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53., p. 571-588, 2015.

MACHADO, N. J. **Matemática e Língua Materna: análise de uma impregnação mútua**. São Paulo: Cortez, 2001.

MALANSKI, L. M. Geografia humanista: percepção e representação espacial. **Revista Geográfica de América Central**, v. 1., n. 52., p. 29-50, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnica de Pesquisa - Planejamento de pesquisa, amostragem e técnica de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16., e16015, 2017.

MORAES, A. C. R.; FERNANDES, F. (Orgs.). Coleção Grandes Pensadores Sociais, 59. *In*: RATZEL, F. **Geografia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORAES, E. C. A. **Projeto de assentamento Dirigido PAD Anauá e suas implicações socioambientais no Sul do Estado de Roraima**. Dissertação (Mestrado Institucional em Economia). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MOURA, R.; OLIVEIRA, D.; LISBOA, H. S.; FONTOURA, L. M.; GERALDI, J. Geografia Crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. XIII., n. 786, 2008.

MOURÃO, G. M. N. **Colonización reciente y asentamientos rural es en el sureste de Roraima, Amazonia Brasilena: entre la política y la naturaleza**. Tesis Doctoral. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2003.

MOURÃO, G. M. N. O sudeste de Roraima: de um cenário natural altamente contrastado a grandes aglomerados rurais. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-15, 2011.

NASCIMENTO, F. L. **Cemitérios públicos urbanos municipais da região sul do estado de Roraima (1995-2018)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia). Boa Vista: UFRR, 2019.

NETO, T. O. As rodovias na Amazônia: uma discussão geopolítica. **Revista Franco-brasileira de Geografia**, n. 501, 2019.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

OLIVEIRA, R. V. **O papel do migrante como sujeito da genealogia e dinâmica urbana do município de Rorainópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2014.

OLIVEIRA, S. **Rorainópolis, em RR, entra na lista de municípios com prioridade no controle ao desmatamento na Amazônia**. Portal Eletrônico G1 Roraima. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/01/13/rorainopolis-em-rr-entra-na-lista-de-municipios-com-prioridade-no-controle-ao-desmatamento-na-amazonia.ghtml>>. Acesso em: 30 set. 2021.

OLIVEIRA, V. **Posseiros começam a deixar área invadida em Rorainópolis, Sul de RR**. Portal Eletrônico G1 Roraima. Disponível em: <<<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/03/posseiros-comecam-deixar-area-invadida-em-rorainopolis-sul-de-rr.html>>>. Acesso em: 30 set. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo, Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

PEIRANO, M. A **O paradoxo dos documentos de identidade** - Antropologia vivida: e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

REZENDE, T. V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: USP, 2006.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 04., p. 129-148, maio de 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: método e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 2008

RODRIGUES, E. P; PINHEIRO, E. S. O desflorestamento ao longo da rodovia BR-174 (Manaus/AM – Boa Vista/RR). **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 3 n. 3, p. 513 - 528.2011.

RODRIGUES, F. S.; SILVA, E. S. Estudos sobre colonização e imigração no norte do Brasil (1840-1930). **Revista de História Regional**, v. 22., n. 1., p. 53-73, 2017.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estudos CEBRAP**, p. 89-109, 2011.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova economia**, v. 19., p. 11-39, 2009.

SENHORAS, E. M.; NASCIMENTO, F. L. **Rorainópolis: fragmentos geográficos da realidade local**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SILVA, E. L. S. A vegetação de Roraima. *In*: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLÓN, E. G. (Orgs.). **Homem, ambiente e ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: INPA, 1997.

SOUZA, J. S. **Novas tendências de (re) produção do espaço urbano: a dinâmica socioespacial dos condomínios horizontais fechados no município de Boa Vista-RR e entorno**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2018.

TEIXEIRA, A. J. A. Espaço e Natureza: questões e desafios para a geografia. **Khóra: Revista Transdisciplinar**, v. 2., n. 2., 2015.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. *In*: **Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas**. Salvador: Editora AATR, 2002.

TOURNEAU, F. M. Le.; BURSZTYN, M. Assentamentos Rurais na Amazônia: Contradições entre a Política Agrária e a Política Ambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas-SP, v. XIII, n. 1, p. 111-130, jan.-jun., 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Editora DIFEL, 1980.

UNESP. Universidade estadual Paulista. **Fluxos e Redes no Campo e na Cidade**. Unesp/Redefor, Módulo II, Disciplina 04. São Paulo – SP, 2012.

VALADARES, A. A. **O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais.** Brasília: IPEA, 2014.

VALE, A. L. F.; LIMA, L. C. Migração e mudança social: a influência do migrante do sertão nordestino no Norte do Brasil. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n. 5, p. 82, 2001.

VASCONCELOS, D. P. et al. Narrativa como técnica de coleta de informações na pesquisa qualitativa. *In*: SILVA, R. M. et al (orgs). **Estudos Qualitativos: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações.** Sobral: Edições UVA, 2018.

YANAI, A. M.; NOGUEIRA, E. M.; FEARNSIDE, P. M.; GRAÇA, P. M. L. A. Desmatamento e perda de carbono até 2013 em assentamentos rurais na Amazônia Legal. XVII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - SBSR, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril de 2015, **Anais [...]**, INPE. João Pessoa. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Yanai_et_al_2015SBSR_Assentamentos.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

ASSENTAMENTO SUCURIJU E SUA INFLUÊNCIA NA MATRIZ ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS

ROTEIRO DE ENTREVISTA.

- 1- Há quantos anos reside no assentamento?
 - a) 0-5 anos
 - b) 6-10 anos
 - c) 11-20 anos
 - d) Acima de 20 anos

- 2- Qual era seu antigo local de moradia antes de vir aqui para assentamento?
 - Manaus
 - Boa Vista
 - Rorainópolis (cidade)
 - Outro estado? Qual? _____

- 3- É Proprietário do lote aqui no assentamento?
 Sim Não _____

- 4- Que atividade exercia antes de chegar no assentamento?

- 5- Infraestrutura das residências e do assentamento.
 - Água.
 - energia elétrica
 - esgoto
 - telefone
 - transporte público
 - saneamento
 - saúde (UBS)

- 6- Como você considera o acesso ao seu lote aqui no assentamento?
 Bom Ruim Regular Trafegável o ano todo
 Intrafegável

- 7- Quais aves/animais você cria na sua propriedade? sim não
 Gado Porco Galinha Peixes Outros ()

8- Há cultivo de algum produto aqui na sua propriedade? () sim () não
Laranja () Banana () arroz () Macaxeira () coco () Abacaxi ()
Melancia () Goiaba () Caju () Manga () Acerola () limão () pimenta do
reino () outros ()

9- A produção é utilizada para:
consumo () comercialização ()

10- Que tipo de produtos o sr. comercializa?

Laranja () Banana () arroz () Macaxeira () coco () Abacaxi () Melancia () Goiaba ()
) Caju () Manga () Acerola () limão () pimenta do reino () animais () outros ()
.....

11- O produto comercializado segue para qual destino?

- () Boa Vista
- () Manaus
- () Rorainópolis
- () Outros Assentamentos
- () Outro destino _____

12- Qual o destino do lucro obtido com a comercialização dos produtos?

13- Há alguma política pública voltada para os assentados do Sucuriju em
Rorainópolis? Sim () Não ()

14- Já foi beneficiado por algum tipo de política pública?
Sim () _____ Não ().